

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE CAMPOS-RJ E OS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO
A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES

QUÉSIA DE SOUZA FRANCISCO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
MAIO 2009

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE CAMPOS-RJ E OS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO
A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES

QUÉSIA DE SOUZA FRANCISCO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio de Azevedo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
MAIO 2009

FICHA CATALOGRÁFICAPreparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

016/2009

F818 Francisco, Quésia de Souza
A agroindústria canavieira de Campos-RJ e os *royalties* do petróleo a partir da percepção dos atores / Quésia de Souza Francisco -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.
126 f. : il
Orientador: Sérgio de Azevedo
Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009
Bibliografia: f. 102 – 110
1. Cana-de-açúcar – Produção – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Agroindústria Canavieira. 3. Royalties. 4. Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM). 5. Políticas Públicas. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 338.1

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE CAMPOS-RJ E OS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO
A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES

QUÉSIA DE SOUZA FRANCISCO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 11 de maio de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo (Doutor em Sociologia) – UENF (Orientador)

Prof. Dr. Arno Vogel (Doutor em Antropologia Social) – UENF

Profª. Dra. Silvia Alicia Martínez (Doutora em Educação) – UENF

Prof. Dr. Romeu e Silva Neto (Doutor em Engenharia de Produção) – IFF

AGRADECIMENTOS

Agradeço, ao Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelas bolsas de estudo concedidas.

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) por proporcionar um ambiente acadêmico de dedicação à atividade científica.

Agradeço ao professor Sérgio de Azevedo, orientador e professor, cuja orientação foi de fundamental importância para a minha formação no mestrado e para o elaboração desta Dissertação.

Agradeço ao professor Arno Vogel pelos cursos sobre classificação e narrativa no PPAS/UNAM que serviram de base para “pensar a ciência”, em particular; e, de uma forma geral, por ter sido o exemplo de cientista social dedicado, erudito e questionador, como acredito que deve ser um cientista social.

Agradeço ao professor Romeu e Silva Neto, membro da Banca avaliadora desta dissertação, pelos apontamentos e sugestões de artigos que enriqueceram a versão final deste trabalho.

Agradeço à professora Silvia Alicia Martínez, membro da Banca examinadora desta Dissertação, pelas sugestões que foram feitas e por sua contribuição acerca da mudança do título.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF que fizeram parte da minha jornada acadêmica na UENF.

Agradeço à Carlos Abraão Moura Valpassos por ter se prontificado, de bom grado, à leitura da minha Dissertação e por seus comentários acerca do conjunto da obra.

Agradeço à Carla Rocha Souza pelo apoio moral, pela solicitude em colaborar sempre que fosse preciso e, sobretudo, pela amizade que se estenderá para além do período do Mestrado.

Agradeço às minhas amigas Ana Laura, Maylline e Isaura e ao meu amigo Augusto por sempre terem compreendido, ao longo dos anos desde que “entrei para a vida acadêmica”, a minha ausência em alguns eventos importantes. À Isaura agradeço também pela colaboração em alguns contatos para entrevistas.

Agradeço, especialmente, à André Zamana dos Santos, companheiro que me ajudou não apenas de forma efetiva em alguns momentos do desenvolvimento desta Dissertação, mas também pelo suporte afetivo e moral, pela compreensão e pela paciência desde sempre.

*Dedico este trabalho,
como sempre,
à minha família.*

SUMÁRIO

ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES	vi
QUADROS E TABELAS	vii
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
APRESENTAÇÃO	x
INTRODUÇÃO	1
I. DA METODOLOGIA E DAS FONTES	6
1. Categorias do “mundo do açúcar” em Campos	10
2. Os atores sociais institucionalizados	14
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM CAMPOS-RJ	24
1. Percursos da atividade agroindustrial sucroalcooleira no Norte Fluminense	25
III. CARACTERÍSTICAS DA CADEIA PRODUTIVA DA CANA-DE-AÇÚCAR	43
1. Dificuldades do setor canavieiro em Campos-RJ	44
2. Ineficiências do setor canavieiro campista	54
IV. A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i> DO PETRÓLEO E GÁS NO SETOR CANAVIEIRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	60
1. Os <i>royalties</i> do petróleo a partir de 1997	60
2. Caracterização Geral do FUNDECAM	70
3. Investimentos do FUNDECAM no setor agroindustrial sucroalcooleiro regional	74
V. DO PETRÓLEO AO ETANOL	82
1. Potencialidades do setor canavieiro na região	83
2. A cultura como parâmetro de “eleição” dos riscos pela sociedade	86
3. O etanol no século XXI	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	111

ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ACIC - Associação Comercial e Industrial de Campos
ANFEA - Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquiteto
ASFLUCAN - Associação Fluminense dos Plantadores de Cana
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
COAGRO - Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro
COOPLANTA - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Fluminense LTDA
COPPE - Programa de Planejamento Energético da COPPE / UFRJ
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
FENORTE - Fundação Estadual do Norte Fluminense
FIRJAN-NF - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos
FUNDECANA - Programa de Revigoramento da Cana-de-Açúcar
FRC - Fundação Rural de Campos
FUNDENOR - Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IFF - Instituto Federal Fluminense
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
OAB - Organização dos Advogados do Brasil
OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEC - Plano Estratégico de Campos
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PROÁLCOOL - Programa de Incentivo ao uso de Alcool Combustível
SEA - Secretaria de Estado do Ambiente
SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SINDAAF - Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool
SRC - Sindicato Rural de Campos
STAB - Sociedade dos Técnicos de Açúcar e Alcool do Brasil
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UPEA - Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental /IFF

QUADROS E TABELAS

Quadro I – Página 21

Quadro II – Página 62

Quadro III – Página 79

Tabela I – Página 55

RESUMO

SOUZA FRANCISCO, Quésia de. **A agroindústria canavieira de Campos-RJ e os royalties do petróleo a partir da percepção dos atores**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2009.

Palavras-Chave: Cana-de-Açúcar, Campos dos Goytacazes, *Royalties*, FUNDECAM, Políticas Públicas

Nesta dissertação são analisadas as políticas do governo municipal para o setor canavieiro em Campos dos Goytacazes, que utilizam recursos provenientes dos *royalties* do petróleo. Serão estudadas tanto as políticas públicas voltadas para a dinamização da lavoura canavieira como, também, aquelas direcionadas para a implantação ou modernização de indústrias que utilizam a cana-de-açúcar para a fabricação de diversos produtos (açúcar, etanol e solventes, entre outros). Nesse sentido, a pesquisa teve sua atenção focada nos programas e projetos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) nas duas últimas gestões (2001-2008). Assim, a pesquisa poderá fornecer subsídios para a identificação e melhor compreensão das potencialidades e limitações apresentadas pelo setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes nos próximos anos.

Este trabalho teve como uma das principais estratégias para coleta de dados, a obtenção, sistematização e análise dos relatos orais de atores diretamente relacionados à produtividade canavieira regional. Foram entrevistados proprietários de indústrias de açúcar e álcool, os “usineiros”; trabalhadores e representantes de sindicatos de trabalhadores da indústria e agricultura canavieira; membros das associações e cooperativas de produtores de cana; funcionários do poder público municipal e estadual, entre outros.

Dessa forma, a partir da percepção dos atores diretamente envolvidos nesta atividade, juntamente com o estudo de outras fontes tais como bibliografia temática, jornais locais e material de divulgação institucional, obteve-se alguns resultados referentes ao estado da atividade canavieira em Campos-RJ e os investimentos dos royalties na mesma, nos anos iniciais do século XXI.

Campos-RJ, embora seja considerado o segundo município que mais produz cana no país, possui um rendimento médio correspondente a quase metade da média de produtividade nacional. Da mesma forma, as produções de açúcar e álcool possuem defasagens: não apenas o município de Campos, mas considerando-se todo o Estado do Rio de Janeiro, a produção de álcool não atinge a 10% da demanda interna do próprio estado; e, quanto à produção de açúcar, esta não apresentou uma diversificação (produz-se somente o “açúcar cristal”) e parte deste produto consumido no próprio estado, é comprado de outras regiões produtoras.

No que se refere aos investimentos dos recursos dos *royalties* petrolíferos arrecadados por Campos-RJ na agroindústria canavieira, via FUNDECAM, foram constatados na região: o programa de revigoramento da cana-de-açúcar (FUNDECANA); a recuperação da antiga Usina São José pela Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO); o financiamento de indústrias pioneiras no ramo da produção de derivados de cana (a HC Sucroquímica e a Policam Biotecnologia); entre outros.

Destaca-se, por fim, que, apesar de ter diminuída sua importância para a economia municipal em relação à décadas passadas, o setor produtivo canavieiro ainda conserva alguns “prestígios” quando comparado à outras culturas agrícolas do município. As associações e cooperativas de produtores (tanto agrícolas quanto industriais) possuem autonomia para conduzir seus próprios programas e contam, ainda, com a presença de representantes inseridos nos quadros administrativos do poder público municipal.

ABSTRACT

This work has as the main purpose to investigate the governmental policies for the sugar-alcohol industrial segment of Campos dos Goytacazes, that makes use of funds provided by the royalties from petroleum exploration in that region. Public policies directed to sugar cane cultivated area as well as those directed to industry modernization that uses sugar cane as a raw material for fabrication of secondary products (sugar, ethanol, solvents etc.) will also be subject of this study. Accordingly, this research concentrates its attention toward the programs and projects that are sponsored by the Campos Development Fund (FUNDECAM) taking into consideration the period between 2001-2008. This work intends to supply subsidies for identification and, therefore, for a better understanding of the potentiality and limitations presented by the sugar-alcohol agro-industrial segment of the Campos dos Goytacazes in the near future.

This work had as a main data collect strategy the assessment and analysis of oral relates obtained from actors directly related to sugar cane regional industry activities. Interviews had been carried out to industries owners, workers and workers representatives of the sugar cane industry, association and cooperatives members of the producers, representatives of public services among others.

Therefore, from the particular perception of each actor involved in this activity, along with studies form other sources as thematic bibliography, journals etc., some results referring the status of the sugar cane industry in Campos-RJ and the use of the royalties in the beginning to the XXI century, were obtained.

Campos-RJ, despite being considered the second major sugar cane producing city in Brazil, presents a performance about 50% less than the Brazilian mean. The same can be said about alcohol (not only Campos, but the whole state of Rio de Janeiro), whose production hardly reaches 10% of internal demand. It is important to say that, regarding sugar producing, there is no diversity in its type (only crystal sugar is produced) and some amount of this product, consumed inside the State of Rio de Janeiro, is acquired from other producing regions.

As to investments from oil exploration royalties applied in sugar cane industry in Campos, through FUNDECAN, there was brought into being the program to support sugar cane production (FUNDECANA), improvements in the old sugar cane plant called São José company carried by COAGRO, funds raising for bringing in pioneer industries in the branch of sugar cane and derivatives (HC Sucroquímica and Policam Biotecnologia), among others.

Finally, it can be stressed, despite having diminished the importance of the region during last decade, that the sugar cane production sector still keeps some “prestige” when compared to others agro-cultures within municipal border.

Moreover, cooperatives and producers associations possess self-sufficiency to conduct their own programs and can rely on theirs representatives amongst administrative personnel in municipal public administration.

APRESENTAÇÃO

Os estudos referentes a produção de cana-de-açúcar e seus derivados no Norte do Estado do Rio de Janeiro têm sido uma tarefa desempenhada desde o ano de 2003, quando, então estudante da graduação do Curso de Ciências Sociais da UENF, comecei a desenvolver as primeiras atividades de pesquisa enquanto bolsista de Iniciação Científica (UENF-PIBIC), na Unidade Experimental de Som e Imagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UESI/UENF), em um projeto sobre o registro de imagens das antigas usinas de açúcar e álcool da região.

Sendo uma das atividades econômicas de maior expressão do Norte Fluminense, a produção agroindustrial sucroalcooleira esteve presente na história do município de Campos por mais de quatro séculos. Atualmente, os canaviais ocupam os solos da região numa área que se estende de Macaé até o Estado do Espírito Santo; a oeste, até às Serras e a leste, até às praias do litoral norte fluminense. As usinas, cujas chaminés o escritor campista José Cândido de Carvalho comparou a grandes charutos acesos, vêmo-las por toda a parte. Se seguirmos em direção às praias do litoral são joanense, passaremos pela extinta Usina Cambaíba, e logo depois a de Barcelos, atualmente pertencente ou grupo Othon. Se formos para a praia campista, Farol de São Tomé, igualmente passaremos em frente às indústrias de várias usinas inoperantes. Ao seguir para a capital, passando pela BR-101, passaremos diante de algumas usinas também desativadas. Às margens do Rio Paraíba do Sul, próximo ao centro da cidade de Campos, também avistaremos gigantescas chaminés. Só para citar algumas, pois ainda existem mais desses Complexos Arquitetônicos Sucroalcooleiros, em sua maioria em estado avançado de ruínas.

A produção sucroalcooleira também marca sua presença, literalmente, na atmosfera da cidade: em época de moagem não há uma só janela, varanda ou quintal que escape da fuligem, material sólido que a população campista chama de “neve preta” proveniente das queimadas dos canaviais, mesmo sendo esta prática considerada ilegal.

No início do ano de 2009 encontro-me na conclusão do Mestrado em Sociologia Política, iniciado em 2007, na primeira “turma” do recém criado Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: temas estratégicos, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/LESCE/CCH/UENF). Dentre os (muitos) possíveis recortes que poderiam ser abordados, foi escolhido o estudo da utilização dos *royalties* petrolíferos que a Prefeitura Municipal de Campos arrecada devido a sua participação na produção de petróleo e gás da Bacia de Campos, no setor canavieiro campista entre os anos de 2001 a 2008.

É bastante comum selecionar-se para tema de dissertação uma experiência bem sucedida e inovadora. As vantagens de estudos das chamadas “*best practices*” são evidentes: primeiro, revelam ações inovadoras (institucionais, culturais, tipos de negociações entre agentes) que não seriam conhecidas ou levadas em devida conta até aquele momento. Em segundo lugar, nesses casos pode-se demandar para esses trabalhos a possibilidade de servir como um norte para modernização ou enfrentamento de desafios nas suas respectivas áreas de estudo.

Isso poderia ser proposto de uma forma mais precária – como fazem algumas agências multilaterais e ONGs internacionais – defendendo sua replicação em contextos similares, ou de forma mais elaborada, sugerindo que os mesmos poderiam servir de incentivos para que pudessemos – com as devidas “reduções sociológicas”, defendidas por Guerreiro Ramos – buscar alternativas inovadoras, levando em conta as idiossincrasias de diferentes ambientes culturais e as especificidades das correlações de força entre os atores envolvidos nos temas.

O desafio de um tema como o abordado nesta Dissertação, se não oposto, mas seguramente em rota de colisão com as chamadas “boas práticas”, explicita questões mais complicadas. Nesses casos somos levados a mencionar tanto constrangimentos do ambiente cultural (por exemplo, a prática corrente do uso da corrupção sobre o erário público por parte de prefeitos e vereadores) como o comportamento de atores com forte controle sobre “recursos críticos” (por exemplo, quando a Prefeitura deliberadamente esvazia intentos de formação de arenas de negociações neo-corporativas em prol da manutenção de negociações obscuras com os principais atores sociais).

Por outro lado, seria de extrema pretensão avançar no que mais interessaria a maioria do leitor comum, não pertencente aos quadros acadêmicos das ciências sociais. Os primeiros provavelmente esperariam saber o que poderia ter sido feito ou as alternativas para superação dessa conjuntura. Questões passadas e muito menos futuras que não há como responder de forma consistente em virtude das inúmeras variáveis e arenas envolvidas.

Nesse sentido, esta pesquisa, obviamente, não tem a pretensão de esgotar o assunto; trata-se apenas de mais uma narrativa, de tantas possíveis, sobre a trajetória do setor canavieiro de Campos dos Goytacazes-RJ. Um município que já passou por um período de esplendor, e, atualmente conta com uma arrecadação bilionária – em 2008, a média de arrecadação da prefeitura de Campos, só de *royalties* do petróleo, foi de aproximadamente cinco milhões por dia – e, paradoxalmente, possui um índice de desenvolvimento socioeconômico extremamente baixo.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE CAMPOS-RJ E OS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES” compõe o conjunto de trabalhos inseridos na proposta do curso de Pós-Graduação em Sociologia Política: Temas Estratégicos, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – PPGSP/CCH/UENF.

O objetivo proposto é bem delimitado; trata-se de apresentar, a partir de uma abordagem sociológica, um estudo sobre os incentivos que o setor agroindustrial sucroalcooleiro e da produção de demais derivados da cana-de-açúcar de Campos dos Goytacazes, epicentro econômico e político do Norte do Estado do Rio de Janeiro, vêm recebendo nos últimos anos. Para tanto, a pesquisa prioriza a percepção de diversos atores estratégicos do setor sobre os investimentos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Campos – FUNDECAM. Este Fundo, cujos recursos provêm majoritariamente dos *royalties* do Petróleo, está vinculado ao Executivo Municipal e foi criado com o intuito de impulsionar os setores agropecuário e industrial do Município, de modo a gerar emprego e renda.

A escolha da temática aqui apresentada constitui o que se poderia chamar de “tema estratégico”, uma vez que o setor canavieiro¹ consiste em uma área de interesse público desde o Brasil imperial. E agora, mais do que nunca com o advento dos combustíveis de fonte limpa e renovável.

¹ Neste texto, por setor canavieiro entenda-se o conjunto de atividades que vão desde a produção da cana-de-açúcar até aquelas dos setores industriais que utilizam este vegetal como fonte de matéria-prima base em sua produção.

Dito de outra forma, desde a implementação, na segunda metade do século XIX, do Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América do Sul, até a implementação das modernas usinas, destilarias e demais indústrias do ramo da biotecnologia que utilizam a cana-de-açúcar como matéria-prima básica em suas atividades produtivas, o setor canavieiro nacional recebe incentivos e intervenção por parte do poder público. Esta regulação político-estatal teve seu auge nos anos iniciais da chamada Era Vargas, com a criação do Instituto do Açúcar e Álcool – IAA.

O IAA, criado em 1933, tinha por objetivo acompanhar e fiscalizar as atividades do setor agroindustrial sucroalcooleiro em âmbito nacional. Intervinha, assim, nos preços do açúcar, da cana, do álcool, nas cotas de produção de cada empresa e até mesmo, por meio da Lei 178/36, no julgamento das reclamações dos fornecedores referentes às quantidades de fornecimento. Entre fevereiro de 1967 e dezembro de 1991, o IAA também intervinha com a chamada “contribuição ao IAA”, e, entre julho de 1982 e dezembro de 1991, com seu “adicional”. Essas duas taxas eram destinadas a custear programas interventivos do IAA direcionados, fundamentalmente, a minimizar os desequilíbrios decorrentes das disparidades das regiões econômicas sucroalcooleiras envolvidas, de sua capacidade produtiva e de seus custos de produção² (COSTA, 2003).

A participação marcante do poder público no que se refere à atividade agroindustrial canavieira ocorre devido às peculiaridades deste setor, que fazem com que o mesmo se destaque no cenário nacional. A fim de exemplificar, poderemos citar três dessas características singulares.

Em primeiro lugar, a cana-de-açúcar é a mais importante lavoura do País no que se refere ao fornecimento de matéria-prima de origem agrícola para indústrias de processamento diversificadas. Em segundo, é a lavoura, que emprega, ainda, um maior volume de mão-de-obra³, na sua maioria não qualificada⁴ (MATTOS e MATTOS, 2004). Por último, os produtos

² O adicional à contribuição ao IAA, de até 20% sobre os preços oficiais do açúcar e do álcool, era uma política que visava ‘fazer face aos dispêndios provocados por situações excepcionalmente desfavoráveis do mercado internacional de açúcar e para a formação de estoques da produção exportável e complementação de recursos destinados a programas oficiais de equalização de custos’ (COSTA, 2003: 107). Tal política redistributiva fazia-se necessária, sob a ótica de um Estado intervencionista, devido às grandes diferenças nos custos da produção sucroalcooleira e do escoamento desta entre as regiões canavieiras. Com a intenção de ampliar o setor agroindustrial sucroalcooleiro nacional e dinamizar áreas econômicas interioranas, o governo brasileiro incentivou a criação de unidades produtoras de açúcar e de álcool em áreas que possuíam pouca proximidade quer seja da matéria-prima, quer seja dos centros de distribuição da produção. Tais empresas somente tornaram-se viáveis devido aos subsídios proporcionadas por essas políticas implementadas pelo IAA.

³ Segundo Hamilton Jorge de Azevedo (2004), este setor é um dos que apresenta melhor relação entre investimentos e empregos gerados. Destaca o autor que “as estimativas do BNDES apontam que para cada 1 milhão de investimentos neste setor, são gerados 182 empregos (...). Para efeito comparativo, observa-se que no

derivados desta gramínea se tornam cada vez mais de interesse estratégico, sobretudo no que diz respeito ao setor energético, visto que a cana é um dos principais elementos do que se costuma chamar biomassa para a geração de energia renovável e relativamente limpa (MACEDO, 2005).

Devido a estas e outras questões que perpassam o setor canavieiro, tais como a expansão da lavoura de cana-de-açúcar, as queimadas, as condições de empregabilidade de mão-de-obra no cultivo e colheita da cana, dentre outras, esta atividade tem tomado grande destaque na mídia, em centros acadêmicos e na opinião pública. Os usos que se fazem da cana-de-açúcar e as várias conseqüências que decorrem disto, têm sido foco, nos últimos anos, de debates por entidades relacionadas tanto ao âmbito público (movimentos ambientais, órgãos governamentais, ONGs, entre outros) quanto aos setores da iniciativa privada (empresários, produtores de cana-de-açúcar, industriais e comerciantes etc.).

Dessa forma, o estudo da experiência de Campos dos Goytacazes no que se refere ao complexo agroindustrial canavieiro poderá dialogar com outros estudos acerca do setor bioenergético e de biotecnologia no cenário nacional.

De modo a desenvolver o objetivo dessa pesquisa adotou-se alguns dos procedimentos provenientes das metodologias das ciências sociais, os quais são explicitados a seguir.

Primeiramente, buscou-se identificar e organizar, a partir da leitura de bibliografia sobre a produção canavieira no Brasil, um panorama das potencialidades e das implicações deste setor no cenário nacional.

Em um segundo momento, buscou-se localizar e sistematizar o que havia de bibliografia sobre esta atividade no estado do Rio de Janeiro, enfatizando-se a região Norte Fluminense, e, nesta, o município de Campos do Goytacazes mais especificamente, devido a maior concentração da produção sucroalcooleira de todo o estado. Para complementar a formação de um conhecimento local, por assim dizer, da situação desse setor recorreu-se aos jornais publicados na cidade e aos *websites* das instituições envolvidas.

E, finalmente, de forma a subsidiar a pesquisa com informações a respeito da própria atividade local, utilizou-se entrevistas sistemáticas com um amplo universo de sujeitos sociais relacionados a temática pesquisada.

caso da construção civil, para cada 1 milhão de investimentos, são gerados 48 empregos (AZEVEDO, 2004: 117).

⁴ Se por um lado, a lavoura canavieira emprega um grande contingente de trabalhadores de baixa qualificação, que, devido à modernização do processo produtivo, cada vez possuem menos condições de inserção produtiva, por outro, as tendências de mecanização na colheita da cana-de-açúcar em algumas áreas do país, com destaque para São Paulo, tende também – em consonância com o processo mais geral de desenvolvimento tecnológico – a expulsar de forma crescente a mão-de-obra menos qualificada.

Por sua vez, paralelamente a estes estudos sobre o setor canavieiro analisou-se uma extensa bibliografia sobre a arrecadação de *royalties* sobre petróleo e gás que os municípios da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (OMPETRO) recebem e de que forma estes eram aplicados em melhorias para o setor.

Assim, compuseram as fontes utilizadas nesta pesquisa um somatório de bibliografia temática especializada, consultas a jornais locais e nacionais, tanto impressos quanto virtuais (*internet*), *Home Pages* institucionais e entrevistas realizadas com atores sociais que encontram-se direta ou indiretamente relacionados às atividades agroindustriais sucroalcooleiras do município de Campos dos Goytacazes.

De modo a organizar todos esses elementos diversificados e incorpora-los em uma narrativa que pudesse conecta-los de forma a ser explicitada textualmente, elaborou-se esta Dissertação que se encontra dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo expõem-se a metodologia e as diversas fontes utilizadas. Apresenta-se, também, nesta divisão, uma classificação acerca das categorias sociais do mundo do açúcar em Campos, bem como os perfis dos entrevistados, que consistem em atores pertencentes ao mundo do açúcar, ao poder público municipal e estadual, entre outros.

No capítulo dois, apresenta-se uma sucinta contextualização da agroindústria canavieira no município de Campos dos Goytacazes, a partir do ano de 1538, marco do início do cultivo de cana no norte do Estado do Rio de Janeiro. Assim, elaborou-se um breve histórico desta atividade ao longo do século XX de modo a expor as décadas que precederam o período que consiste no recorte desta pesquisa, isto é, os anos entre a criação do FUNDECAM (2001 a 2008).

O terceiro capítulo inicia-se com algumas observações sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar de um modo geral e, logo em seguida, são indicadas as dificuldades que esta atividade enfrenta na região apresentadas pelos atores envolvidos, segundo os quais, além das heranças culturais, as condições climáticas e de solo e da estrutura fundiária regionais são elementos que possuem atualmente algumas características que desfavorecem o cultivo da cana-de-açúcar. Apresenta-se em seguida, algumas das reivindicações dos produtores de cana tanto no nível municipal quanto no nível federal. Finalmente, ainda neste capítulo, são apresentadas as principais ineficiências dessa atividade na região, também a partir das falas dos entrevistados complementadas com dados estatísticos provenientes de diversos estudos.

O capítulo quatro, de grande centralidade para a Dissertação, aborda os investimentos de rendas petrolíferas nas lavouras de cana-de-açúcar e em algumas indústrias de

processamento desta matéria-prima. Assim, começa-se esta seção com uma breve apresentação sobre a política de arrecadação dos *royalties* de petróleo e gás, a partir de 1997, pelos municípios que vieram a formar a OMPETRO e, em seguida sobre as tentativas de se criar, por meio da atuação em conjunto de vários setores da sociedade campista, fóruns de discussão para o planejamento da cidade e de gestão dos recursos dos *royalties*. Depois, segue-se uma apresentação do Fundo de Desenvolvimento de Campos e as observações acerca de seus investimentos e gestão. Este capítulo é finalizado, então, com abordagens referentes aos investimentos do referido Fundo no setor produtivo canavieiro.

No quinto capítulo, articulam-se, a partir de uma visão global mas sem, no entanto, deixar de fazer referências locais, fatores referentes às produções de petróleo e de etanol. Em seguida, são citadas algumas das potencialidades de Campos e região, relativas à fatores históricos e de localização, favoráveis à produção de derivados de cana-de-açúcar. Finaliza-se este capítulo com tipos de análises: na primeira parte, se desenvolve discussões acerca da noção de “risco”, a partir da qual são explicitadas algumas das implicações, em termos de probabilidade, de um maior investimento no ramo da produção do etanol caso isto venha ocorrer no Brasil.

Finalmente, na última seção da dissertação, se realiza um sucinto balanço sobre questões de maior centralidade, discutindo os dilemas e alternativas que se colocam para o setor agroindustrial sucroalcooleiro campista.

CAPÍTULO I

DA METODOLOGIA E DAS FONTES

Nesta pesquisa buscou-se compreender a utilização dos *royalties* do petróleo e gás de Campos dos Goytacazes na agroindústria canvieira a partir de uma abordagem sociológica específica.

Trata-se, acima de tudo, de uma pesquisa do tipo “artesanal”, no sentido apresentado pelo sociólogo Wright Mills, em *A Imaginação Sociológica*. Isto é, organizando um sistema arquivos, fazendo anotações diárias, desenvolvendo hábitos de auto-reflexão. A manutenção de um arquivo deste tipo, destaca Mills, “é uma produção intelectual. É um armazenar crescente de fatos e idéias, desde os mais vagos até os mais preciosos” (MILLS, 1982: 216). E depois, retornando a este sistema de arquivos, reunindo itens, até então isolados, e descobrindo correlações entre eles, cria-se uma narrativa sobre a temática abordada.

Sendo assim, para que esta pesquisa fosse realizada, inicialmente, de forma a fazer um estudo exploratório do campo a ser abordado e obter algumas informações de base para o direcionamento desta, recorreu-se a *websites* e aos jornais locais impressos.

Nessa primeira etapa, visitando as *Home pages* da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), associações de plantadores de cana e produtores de açúcar e álcool, dentre outras; e, também pesquisando matérias referentes ao setor sucroalcooleiro em jornais locais no formato impresso, pôde-se obter uma visão institucionalizada destas entidades.

Paralelamente a isto, foi consultada uma bibliografia temática a fim de levantar dados que pudessem colaborar na pesquisa a ser desenvolvida. No que se refere a arrecadação de *royalties* do petróleo mais especificamente, é abundante o conjunto de pesquisas que têm sido feitas na última década. Dentre muitos outros centros de pesquisa pode-se citar o núcleo de pesquisas sobre *Royalties* do Petróleo da Pós Graduação em Planejamento Regional e Gestão

de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos; alguns Boletins do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense; alguns trabalhos da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) e pesquisas do Programa de Planejamento Energético da COPPE / UFRJ, dentre outros.

No que se refere à produção de pesquisas relacionadas a produção agroindustrial sucroalcooleira na Região Norte Fluminense, entretanto, não se encontra uma produção científica em abundância. O que não ocorre com as regiões de São Paulo e do Nordeste, por exemplo, sobre as quais, sobretudo São Paulo, há farta produção de estudos sobre as zonas canavieiras.

Prosseguindo com as atividades, devido a necessidade de obter outras fontes que não as visões institucionalizadas contidas no material oficial de divulgação das entidades estudadas, em um segundo momento da pesquisa, recorreu-se às entrevistas que vieram somar-se à revisão bibliográfica temática pesquisada e sistematizada. Neste sentido, compuseram o conjunto de informações para o desenvolvimento desta pesquisa, visões institucionais localizadas no material de divulgação das entidades, consultas a jornais impressos e eletrônicos, leituras de bibliografia especializada e entrevistas com atores sociais participantes do contexto estudado.

Para compor um “arquivo salvo” de memórias sociais, foram utilizadas técnicas e métodos provenientes da História Oral. Esta, longe de pertencer exclusivamente ao domínio da disciplina História, possui confluência multidisciplinar e é amplamente utilizada por pesquisadores de diversas disciplinas tais como Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Linguística, Semiótica etc.

Conforme ressalta Paul Thompson,

o uso difundido da expressão “história oral” é novo, tanto quanto o gravador; e tem implicações radicais para o futuro. Isto não significa que ela não tenha um passado. Na verdade, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história (THOMPSON, 1992: 45).

Dessa forma, as entrevistas realizadas mediante a utilização de questionários “abertos”, gravadas e depois transcritas, possibilitaram a construção de documentos que, além do mais, ainda poderão servir de fontes para estudos futuros sobre o setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos-RJ.

Como aponta Jorge Eduardo Lozano, a História Oral consiste em “um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com

ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (LOZANO, 1996: 16).

Ao utilizar fontes orais para a reconstrução de uma narrativa, algumas ressalvas não podem deixar de ser efetuadas. Quando se objetiva conhecer o sistema de normas que têm um significado real na concretização da conduta dos sujeitos sociais pesquisados, e, para tanto, utiliza-se de fontes orais, há de se considerar que muitos de seus princípios fundamentais não estarão expressos nas falas dos entrevistados. Indo mais além nesta constatação, é preciso atentar para o fato de que muitos desses princípios fundamentais sequer podem ser encontrados na consciência dos mesmos (FRANCO, 1997).

Essa percepção acerca do “objeto” das ciências sociais, que são os próprios sujeitos sociais, seus agrupamentos e suas interações, já havia sido destacada antes por Max Weber (1989), um dos fundadores da Sociologia, isto é, um dos responsáveis por sua consolidação enquanto uma Ciência de fato. Para ele,

Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou (...) dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa (grifos do próprio WEBER, 1989: 87).

A questão, portanto, não seria o implemento de uma tentativa frustrada de eliminação das diversas distorções contidas nos depoimentos coletados, uma vez que é considerado que estes podem estar tendo visões não necessariamente equivocadas, mas restritas ao seu grupo de origem, acerca do contexto sobre o qual depõem suas falas; mas ao invés disto, perceber e, sobretudo, admitir que estas mesmas distorções estão presentes, e, se possível, explicitá-las.

Isto deve ocorrer porque, em se tratando de Ciência, a questão não é se chegar a uma exatidão absoluta do fenômeno estudado. A verdadeira “objetividade” das Ciências Humanas não está em se atingir a mais pura e incontestável verdade sobre os fatos; mas em admitir e explicitar que as interpretações podem, por vezes, possuir falhas e limitações circunstanciais com as quais o pesquisador se defronta ao longo da realização de seu trabalho. Desse modo, o mais importante a ser feito, neste caso, é a demarcação do grau de inexatidão, pois isso é o que irá permitir, em certa medida, identificar qual o grau de compromisso do pesquisador para com a pesquisa verdadeiramente científica.

Não obstante, porém, a relativa dificuldade para com a localização de fontes em relação ao setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos-RJ, citada anteriormente, foi também por entender que é nas relações sociais que encontramos os elementos básicos para a

compreensão da configuração de um determinado aspecto do contexto estudado, isto é, do cenário agroindustrial sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes e os investimentos dos *royalties* neste, que optou-se por entrevistar atores sociais.

Por meio dos relatos orais, o que se pretende conhecer não se restringe às “histórias pessoais” dos entrevistados; antes, pretende-se conhecer o “mundo” do qual faziam parte, das situações vivenciadas por estes e compartilhadas por toda uma categoria de agentes sociais que faziam parte do mesmo contexto.

Ora, essa “memória coletiva”, para usar um conceito de Maurice Halbwachs (2006), longe de ser espontânea, é mediatizada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Portanto, as atividades desempenhadas com o objetivo de registrá-la, mediante a utilização de entrevistas, significa o empenho na produção de conhecimentos científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”.

Buscar e identificar traços dessa interação nas falas dos entrevistados foi, portanto, uma opção escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, para a realização de entrevistas de forma sistemática foi necessário um reconhecimento prévio do cenário açucareiro campista, partindo desde seus primórdios até os dias atuais (Capítulo II).

Esse investimento prévio, aliado a entrevistas exploratórias, forneceu subsídios para a elaboração de uma tipologia das categorias analíticas para o setor agroindustrial sucroalcooleiro em Campos dos Goytacazes. Em outras palavras, essa abordagem permitiu a exploração das especificidades centrais de cada categoria, ainda que, no nível concreto é possível encontrar atores individuais que pertençam concomitantemente a mais de uma categoria, sendo que, dependendo da conjuntura econômica possa vir a priorizar mais uma do que outra.

1. CATEGORIAS DO “MUNDO DO AÇÚCAR” EM CAMPOS

Nesta seção são expostas as diversas categorias que compõem o universo da agroindústria canavieira em Campos dos Goytacazes-RJ. Para tanto, os critérios aqui adotados serão referentes ao lugar que os diversos atores sociais ocupam nas várias etapas da produção sucroalcooleira. Esta vai desde o cultivo do gênero agrícola, a cana-de-açúcar, até o seu beneficiamento e a sua transformação no produto final que pode ser açúcar ou álcool.

Ressalta-se, ainda, que a estruturação da classificação tal como será apresentada refere-se à forma com a qual essas categorias encontram-se simbolicamente ordenadas na sociedade campista. Estas foram agrupadas obedecendo-se critérios escolhidos em termos de *status* social. Assim, partiremos da posição mais alta na hierarquia das atividades da agroindústria sucroalcooleira assim estabelecida, que é representada pelo usineiro, proprietário das unidades agroindustriais sucroalcooleiras, chegando até o chamado “bóia-fria”, cortador de cana que não possui carteira profissional assinada, ou seja, o trabalhador informal dessa atividade.

A classificação ficou assim estabelecida:

- **Usineiros:** no topo dessa hierarquia socialmente produzida encontram-se os empresários proprietários das Unidades Agroindustriais Sucroalcooleiras (ou simplesmente usinas de açúcar e álcool), os chamados “usineiros”, também identificados como “produtores de Açúcar e Álcool”. Esses são os “donos das usinas” e, por sua vez, em sua grande maioria, proprietários de médias ou grandes propriedades de terra nas quais plantam a cana que deverá ser utilizada na produção sucroalcooleira.

Ao final de 2008, na Região Norte Fluminense encontravam-se em funcionamento apenas 5 usinas produzindo conjuntamente açúcar e álcool. A Usina Barcelos⁵, pertencente ao Grupo Othon, localizada no município de São João da Barra; e 4 (quatro) em Campos dos Goytacazes: a Usina Santa Cruz, comprada pelo grupo J. Pessoa; a Usina Paraíso, que pertencia a família Hayem Coutinho, e foi recentemente levada a Leilão Judicial; a Usina Sapucaia, do Grupo Costa Brito; e a COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro), antiga Usina São José, localizada em Goytacazes, distrito de Campos-RJ – esta última, além de se tratar de uma usina sucroalcooleira, isto é, uma indústria que produz açúcar e álcool, é também uma cooperativa dos fornecedores de cana, categoria sobre a qual falaremos adiante.

Além das 5 usinas de açúcar e álcool há também outra que atualmente encontra-se produzindo apenas álcool: a Usina Pureza, localizada no distrito de mesmo nome, no Município de São Fidélis.

⁵ Terminada a safra de 2008/2009 a Usina Barcelos não reiniciou suas atividades para a safra 2009/2010. A Cooperativa Agroindustrial do Rio de Janeiro (COAGRO) cogita a possibilidade de reativa-la com o apoio da prefeitura de São João da Barra.

Finalmente, há uma usina de solventes, chamada HC Sucroquímica, localizada em Tocos, distrito campista, que produz acetona e n-butanol a partir de cana, que também pertence a família Hayem Coutinho.⁶

- **Produtores rurais de cana-de-açúcar**: em um “degrau” mais abaixo na hierarquia do “mundo do açúcar” encontram-se os Produtores de cana, os chamados “fornecedores”. Estes se dividem em duas subcategorias: “Plantadores de Cana” e “Lavradores de Cana”.

Os “plantadores de cana” correspondem aos grandes e médios produtores. Estes freqüentemente encontram-se também desempenhando atividades pecuaristas. Grande parte dos indivíduos dessa categoria serve de mediadora, negociando preços de compra e venda, por exemplo, entre os plantadores de cana menores e a usina para a qual vendem a matéria-prima – os pequenos produtores vendem a cana para estes que repassam para as usinas. Muitos pequenos produtores alegam obter um atendimento melhor quando assim o procedem visto que, seria mais difícil negociarem diretamente com as usinas por estarem mais “distantes hierarquicamente”, por assim dizer.

Os “lavradores de cana”, por sua vez, se dividem entre aqueles que plantam a cana e a colhem ou entre aqueles, normalmente os que possuem propriedade menor, que apenas plantam a cana e depois a vendem no próprio solo. No segundo caso, o “Plantador de cana” ou uma usina ficam responsáveis pela colheita e, as despesas com o corte, a colheita e o transporte (CCT) são descontadas no valor total da matéria-prima.

Embora haja essa diferença entre ambas subcategorias, no cotidiano, porém, ambas são identificadas por produtores rurais de cana ou simplesmente “fornecedores”. São em torno de 10 (dez) mil e a maioria é de pequenos produtores. Encontram-se classificados pela Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN) em 4 categorias relativas às suas produções: até 300 toneladas de cana, 86,55%; de 300t a 1.000t, 8,87%; de 1.000t a 5.000t, 3,86% e, acima de 5.000t, 0,71% (VEIGA *et al.*, 2006: 40).

- **Trabalhadores da indústria sucroalcooleira**⁷: esta categoria também encontra-se permeada por subcategorias bem definidas. No topo desta hierarquia estão os chamados

⁶ Mais informações sobre essas usinas, e sobre uma nova usina que está em fase de construção, poderão ser vistas no capítulo IV desta Dissertação.

⁷ Conta Jaudenes Carvalho Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool, que nos anos 1970 e 1980 o número de trabalhadores do setor agroindustrial sucroalcooleiro era de aproximadamente 80.000 (oitenta mil) trabalhadores somando-se os trabalhadores das indústrias e os trabalhadores rurais. Atualmente, porém, esse número se reduziu para aproximadamente um quarto. Somente nos

“administradores da usina”, profissionais graduados com formação de nível superior em administração ou contabilidade ⁸.

Em um segundo nível, há os “técnicos” das usinas. Estes podem possuir formação superior ou técnica em diferentes áreas. Há aqueles com formação em Engenharia Mecânica Industrial, responsáveis pela montagem e supervisão das máquinas da usina; os Técnicos em Química que ficam a cargo da elaboração das misturas e do preparo do açúcar e do álcool⁹; e, por fim, há os Engenheiros Agrônomos, responsáveis pela supervisão do cultivo da cana-de-açúcar.

Em um nível mais abaixo dessa hierarquia encontram-se os operadores de maquinário. À esses não é exigida a formação de nível técnico ou superior visto que, ou suas tarefas correspondem a processos mais simplificados ou porque fizeram isso durante muito tempo. São os “operadores das caldeiras”, responsáveis pelas atividades de manutenção e alimentação das caldeiras, como também os operários responsáveis pelo manuseio de outras máquinas e pela limpeza dessas etc. A limpeza da fábrica na parte onde fica instalado o maquinário não pode ser feita por qualquer pessoa visto que, o próprio locomover-se dentro dessa parte exige certo cuidado e conhecimento do funcionamento das máquinas para evitar acidentes.

No patamar mais baixo da hierarquia estão os “funcionários” responsáveis pela limpeza mais geral da fábrica, os faxineiros.

- **Trabalhadores da agricultura canavieira**: há, finalmente, os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar, também chamados “bóias-frias”. Esses são conhecidos como trabalhadores rurais e podem ser classificados em temporários ou permanentes – ou, ainda, “formais” e “informais. Os trabalhadores permanentes, normalmente são os que possuem carteira profissional assinada, isto é, são trabalhadores formais. Trabalham na colheita no período de safra e na plantação e manutenção dos canaviais nos períodos de entressafra.

últimos 3 anos foram demitidos cerca de 10.000 (dez mil) trabalhadores, da indústria e da lavoura canavieira, em função do fechamento de algumas usinas.

⁸ No caso dos “administradores de empresa”, há ainda aqueles que não possuem formação de nível superior mas que, devido a uma grande experiência adquirida por anos de trabalho nas indústrias podem desempenhar essa função.

⁹ Atividade que antes era desempenhada pelo “mestre do açúcar”, profissão muito respeitada e que exigia uma larga experiência no ramo, pois se o açúcar não cristalizasse no momento certo corria-se o risco de perder toda a produção que estava em andamento.

Há, por último, aqueles trabalhadores que são considerados como localizados no mais baixo nível da hierarquia da agroindústria canavieira, os cortadores de cana informais que não possuem nenhuma espécie de vínculo empregatício com as indústrias.

Algumas considerações sobre a classificação assim estabelecida

Ao elaborar a classificação foram encontradas dificuldades em separar as categorias, pois as atividades industrial, referente ao beneficiamento da cana-de-açúcar, e a rural (cultivo e colheita da matéria-prima) encontram-se de tal forma entrelaçadas, que é complexo separá-las e defini-las em algumas etapas da produção. Por isso, adotou-se como critério definidor, uma linha condutora que seguisse a própria hierarquização constituída na e pela sociedade campista que se dá em termos de “*status*” social.

Por este termo podemos entender várias designações que obedecem a diversos critérios também classificatórios, referindo-se a termos, por vezes muito vagos, ou mais precisos por outras, tais como: prestígio social, “popularidade”, tradição de família que se expressa, dentre outras formas, no “nome de família”, posse de bens materiais, só para citar alguns exemplos.

Importa aqui, destacar o fato de que essa classificação justamente por ser social obedece a critérios mais propriamente simbólicos que empíricos; pode haver controvérsias nas várias categorias anteriormente apresentadas. Por exemplo, há indivíduos que compõem a categoria “Plantadores de cana” com maiores posses que alguns usineiros, ou, pode haver usineiros em recessão econômica e endividados até certo ponto que possuam menos bens e menos prestígio que alguns produtores de cana, por exemplo.

Outro exemplo pode ser observado em relação ao papel social do usineiro. Alguns destes industriais podem vir a se portar, em alguns momentos, e outros até permanentemente, como “fornecedores”. Isto pode ocorrer ou porque a produtividade de suas indústrias encontra-se abaixo da normalidade, e, não necessitando de toda a sua cana plantada, a vendem para outra usina a fim de que não ultrapasse o tempo de colheita, ou para complementar seus ganhos.

Dito isso, qualquer que fosse a linha classificatória escolhida, esta não seria satisfatória; sempre encontraríamos lacunas. O fio condutor escolhido é o mais fácil de ser seguido visto que, essa hierarquização encontra-se na própria sociedade e não seria difícil buscá-la na mesma. Tal procedimento é possível porque, assim o observaram Durkheim e

Mauss em *Algumas Formas Primitivas de Classificação* (1968), a prática humana de classificar o mundo tem como modelo a própria sociedade. Isto significa dizer, dentre outras coisas, que o instrumento com o qual o “nativo” referenciado por esses sociólogos pensa foi copiado da maneira como o grupo era morfologicamente arrumado. A fonte lógica de suas classificações era a *sua* sociedade, no sentido de que ela [a *sua* sociedade] oferecia o modelo básico de ordenamento dos distintos objetos e relações – em suma, a própria sociedade é a fonte que fornece o modelo das nossas classificações.

2. OS ATORES SOCIAIS INSTITUCIONALIZADOS

Envolvendo essas categorias há várias entidades da sociedade organizada, que se articulam das formas mais variadas, ora em cooperação, ora em disputa. E, em alguns casos um mesmo indivíduo pode desempenhar funções em duas ou mais categorias. Há aquelas categorias mais diretamente vinculadas ao setor agroindustrial sucroalcooleiro e as que estão mais indiretamente relacionadas ao referido setor.

O Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (SINDAAF) é atualmente presidido por Geraldo Hayem Coutinho, usineiro proprietário da Usina Paraíso e da HC-Sucroquímica, indústria recém construída que produz solventes a partir de cana. Nos momentos de auge da indústria da cana-de-açúcar em Campos, este Sindicato possuía grande prestígio social e amplo poder de barganha com o poder público em todo o Estado do Rio de Janeiro e também em âmbito nacional. Atualmente, entretanto, devido ao fechamento de muitas usinas na região e a baixa produtividade do setor comparada a média nacional¹⁰, as atividades do SINDAAF possuem menos repercussão, tanto na mídia quanto na política do Estado do Rio como um todo, que em décadas passadas. Esse está vinculado à seção norte fluminense da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN-NF): fisicamente suas sedes localizam-se no mesmo endereço e, politicamente, compartilham o mesmo presidente, ou seja, Geraldo Hayem Coutinho.

A Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN) é uma entidade que foi criada nos anos 1940, quando o “Estatuto da Lavoura Canavieira” regulou as relações comerciais entre os usineiros e os fornecedores de cana, que eram permeadas por conflitos referentes a venda de cana-de-açúcar pelos fornecedores e a compra deste produto agrícola

¹⁰ Mais detalhes sobre essa comparação no Capítulo III.

pelos os usineiros. Assim, a consolidação de leis que regulamentassem essas transações foram importantes na medida em que definiram um reconhecimento legal da condição de fornecedor de cana, resultando no fortalecimento do Sindicato Agrícola de Campos e transformação deste na ASFLUCAN, em 1948 (PAES, 1999). Essa associação, cuja sede se localiza no município de Campos dos Goytacazes, atualmente possui cerca de 10.000 (dez mil) associados. Este número, não apenas a torna muito singular em todo o país no que diz respeito a uma associação de produtores de cana de uma mesma região, quanto a favorece ao dar-lhe suporte às suas reivindicações junto ao poder público devido ao seu elevado número de membros associados.

Vinculada à ASFLUCAN está a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Fluminense LTDA (COOPLANTA), compartilhando a mesma sede e algumas de suas lideranças. Essa Cooperativa foi criada por membros da diretoria da ASFLUCAN em 2006 para gerir os recursos do Programa de Revigoração da Cana-de-açúcar (FUNDECANA)¹¹. A COOPLANTA é de abrangência regional, isto é, admite produtores rurais de toda a região norte fluminense.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool do Norte Fluminense também já representou uma entidade de grande poder de barganha com o poder público municipal e estadual. Conta Jaudenes Carvalho Batista, que na época em que começou a participar da diretoria deste Sindicato, em 1971, e também quando entrou para a presidência do mesmo, em 1986, costumava ser convidado a viajar para várias regiões do Brasil, sobretudo à Brasília, para participar de reuniões e debates referentes ao setor agroindustrial sucroalcooleiro nacional. Segundo Jaudenes Batista, que no início de 2009 ainda se mantinha na presidência, nos anos 1970 e 1980 o número de trabalhadores do setor agroindustrial sucroalcooleiro era de aproximadamente 80.000 (oitenta mil) trabalhadores somando-se os trabalhadores das indústrias e os trabalhadores rurais. Atualmente, porém, esse número se reduziu para aproximadamente um quarto. Somente nos últimos três anos foram demitidos cerca de 10.000 (dez mil) trabalhadores, da indústria e da lavoura canavieira, em função do fechamento de algumas usinas. Assim, da mesma forma que o Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (SINDAAF), devido ao declínio do setor canavieiro em Campos-RJ, este atualmente encontra-se destituído de grande parte da influencia que possuía outrora.

¹¹ Sobre o FUNDECANA, ver Capítulo IV.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, foi o primeiro sindicato de trabalhadores rurais a ser fundado no Brasil, em 23 de outubro de 1938 e teve como um de seus principais fundadores, Antônio João de Faria, um dos líderes sindicalista de maior renome nacional naqueles anos. Atualmente, o Sindicato responde por cerca de 15.000 (quinze mil) trabalhadores rurais, entre os quais cerca de 10.000 (dez mil) são dedicados somente à produção canavieira. Os demais 5.000 (cinco mil) dedicam-se também ao cultivo e colheita de outros gêneros agrícolas.

E, por sua vez, há outras entidades¹² que não estão exclusivamente relacionadas ao setor canavieiro mas que possuem amplas relações com este, como é o caso, por exemplo, do Sindicato Rural de Campos. O SRC foi fundado em 1969 e trata-se de uma das entidades com maior capacidade de influenciar as decisões do poder público municipal. Atualmente é presidido por José do Amaral Ribeiro, 78 anos, e abrange produtores de cana, fruticultores e outras categorias de produtores agrícolas e pecuaristas. Possui em torno de trezentos sindicalizados efetivos mas sua representação responde por mais de 3.000 (três mil) produtores rurais (agricultura e pecuária) lotados em Campos dos Goytacazes, mas também engloba alguns produtores de outros municípios, embora seja intitulado Sindicato Rural de Campos.

Uma vez apresentadas as várias entidades do setor agroindustrial sucroalcooleiro ou, ainda, aquelas que possuem estreitas conexões com este, serão apresentados, a seguir, setores do poder público que possuem relações, ora conflituosas ora cooperadoras, com essas entidades referenciadas anteriormente.

Assim, destacam-se primeiramente as entidades do poder público municipal e estadual, cujas ações tendem a intervir em maior ou menor grau no setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes.

Em âmbito municipal há o Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), atrelado ao poder público municipal que utiliza *royalties* do petróleo com objetivo de promover o desenvolvimento do município de Campos¹³.

Há, ainda no nível de governo municipal, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes. Esta, por sua vez, embora se trate da Secretaria de

¹² Há, ainda, outras entidades que, em maior ou menor grau, possuem alguma relação com o setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos. Só para citar alguns exemplos: a Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), a Fundação Rural de Campos (FRC), a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) etc.

¹³ Sobre o FUNDECAM ver Capítulo IV.

Agricultura, possui poucos vínculos com a produção de cana-de-açúcar do município. Foi constatado durante as entrevistas realizadas, sobretudo na entrevista com um dos diretores desta Secretaria, que o setor canavieiro em Campos dos Goytacazes havia adquirido, em seus tempos de auge, uma relativa autonomia que se estende até os dias atuais. Assim, o setor canavieiro possui suas próprias associações e sindicatos que atuam diretamente tanto na proposição quanto na gestão de seus próprios projetos – o que não ocorre em relação às outras culturas agrícolas do município, que são menos expressivas e mais dependentes, por assim dizer, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes.

Na esfera do poder público Estadual, destaca-se o Instituto Estadual do Ambiente. Instalado em 12 de janeiro de 2009, o INEA é o resultado da fusão, por meio da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, de três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF)¹⁴. Este Instituto foi o órgão responsável pela explosão dos diques na Baixada Campista a partir de um processo liderado pelo Ministério Público¹⁵.

E, finalmente, nesta Dissertação, também serão feitas referências sobre indivíduos que acompanham as ações do poder público (ex-integrantes dos extintos Plano Estratégico da cidade Campos (PEC) e Fórum Permanente de Desenvolvimento de Campos - precursor do FUNDECAM - e fundadores de ONGs, por exemplo), que, de alguma forma influenciaram setores do poder público municipal que atualmente tem investido no setor produtivo da cana-de-açúcar.

Os entrevistados

Das entidades anteriormente citadas, buscou-se entrevistar aqueles indivíduos que apresentavam maior destaque dentro de suas categorias tanto pela legitimidade conferida pelos demais membros quanto pelo conhecimento sobre as atividades que desempenham.

Assim, os entrevistados selecionados são exímios conhecedores das funções dos grupos dos quais participam e representantes legitimados por suas respectivas categorias e, em alguns casos, são aqueles que se destacam dentro da própria sociedade campista. Embora

¹⁴ Cf. <<http://www.inea.rj.gov.br>>

¹⁵ Evento sobre o qual será falado no Capítulo III.

não seja precisa a afirmação de que uma única pessoa possa expressar o pensamento de todas as demais do grupo, na medida do possível, entretanto, esses atores sociais estão, até certo ponto, aptos a expressarem o pensamento de suas categorias.

Foram entrevistados os agrônomos, e também produtores de cana, Luiz Eduardo Campos Crespo, Carlos Frederico de Menezes Veiga, Demétrio Ferreira de Azeredo. Luiz Eduardo Crespo, 43 anos, é filho de Eduardo Crespo, um dos fundadores da ASFLUCAN e do Hospital dos Plantadores de Cana. Inicialmente participou da diretoria como vice-presidente da Associação em 2002. Assumiu a presidência desta associação em 2005; reeleito em maio de 2008, foi presidente até dezembro de 2008, quando saiu para assumir o cargo de presidente do FUNDECAM, em 2009, na gestão Rosinha Garotinho, da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Carlos Frederico de Menezes Veiga, 51 anos, que também já presidiu a ASFLUCAN na ocasião que o então presidente, Luiz Eduardo Campos Crespo, se ausentara para candidatar-se a vereador em Campos-RJ, é pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e diretor da COOPLANTA, cooperativa criada pela ASFLUCAN para gerir os projetos do FUNDECANA¹⁶.

Demétrio Ferreira de Azeredo, 57 anos, também pesquisador da UFRRJ, já foi secretário da Sociedade dos Técnicos de Açúcar e Alcool do Brasil (STAB), chefe da seção de solos e adubação do antigo IAA-Planalçúcar, diretor do Campus Leonel Miranda/UFRRJ, diretor da Usina São José em Campos (atual COAGRO), sócio de empresas de Planejamento Agrícola, empresário no ramo da agroindústria de derivados de cana (açúcar mascavo, cachaça e melado de cana) com a empresa chamada Deneza, que recebeu financiamento do FUNDECAM¹⁷.

Frederico Rangel Paes, 39 anos, atual presidente da Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO, antiga Usina São José) e um de seus principais fundadores, é produtor rural (cana, coco e abacaxi) e já foi presidente da ASFLUCAN, eleito em 2001.

Entrevistou-se também Manuel Pires e Jaudenes Carvalho Batista. Manuel Pires, 78 anos, possui a experiência de ter trabalhado, executando a atividade de “supervisionamento de canaviais e da fábrica de açúcar”, segundo o próprio, em usinas de quatro Estados do Brasil:

¹⁶ Sobre o FUNDECANA ver capítulo IV.

¹⁷ Veja mais informações sobre esse e os demais entrevistados no quadro exposto nas páginas a seguir.

na Usina Climério Sarmiento, em Alagoas; na Usina Serro Azul, em Pernambuco; na Usina Ilha Bela, no Rio Grande do Norte e na Usina Paraíso, em Campos-RJ.

Jaudenes Carvalho Batista, 77 anos, já trabalhou como agricultor nas terras de seu pai, juntamente com seus 11 irmãos, e executando atividades industriais na antiga Usina Queimados, na qual foi funcionário por muitos anos. Atualmente é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool, cargo no qual se encontra desde 1986 quando foi eleito presidente pela primeira vez.

Paulo Honorato, 48 anos, já trabalhou durante muitos anos nas lavouras da extinta Usina Novo Horizonte, localizada no Distrito de Rio Preto, em Campos-RJ. É o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no cumprimento de seu quarto mandato consecutivo.

Como referência do poder público estadual e municipal foram entrevistados Alan Carlos Vieira Vargas e Frederico da Silva Paes. Alan Vargas, 50 anos, é engenheiro ambiental e funcionário concursado do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é o gerente responsável pela sede Regional do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e, em sua própria definição, diz representar “os interesses do meio ambiente”.

Frederico da Silva Paes, 45 anos, é o atual Diretor de Assentamentos Rurais da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, na gestão Rosinha Garotinho que teve início em 2009.

E, finalmente, entrevistou-se Roberto Moraes Pessanha, 50 anos. Esse é um dos fundadores da Ong cidade 21, professor e pesquisador do Instituto Federal Fluminense (IFF – ex-CEFET Campos), e um dos “blogueiros”¹⁸ mais renomados da cidade que acompanha as ações do poder público.

As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados e possuem em média 60 minutos de duração. Os nomes citados correspondem apenas aos atores cujas entrevistas foram mais sistemáticas, com gravação e transcrição. Houve, ainda, outras

¹⁸ A denominação “blogueiro” vem de *blog*, ou *weblog*, que “aportuguesado” também pode ser lido como *blogue*. Trata-se de uma ferramenta de comunicação virtual (internet). “Qualquer registro frequente de informações pode ser considerado um blog (últimas notícias de um jornal *online* por exemplo). A maioria das pessoas tem utilizado os *blogs* como diários pessoais, porém um blog pode ter qualquer tipo de conteúdo e ser utilizado para diversos fins. Uma das vantagens das ferramentas de blog é permitir que os usuários publiquem seu conteúdo sem a necessidade de saber como são construídas páginas na internet, ou seja, sem conhecimento técnico especializado” Cf. <<http://www.interney.net/blogfaq.php?p=6490966>> Acesso em 31/03/2009. Muito difundido entre usuários de internet, os blogs têm sido muito utilizados por jornalistas e pesquisadores em Campos-RJ. Só para citar alguns dos mais famosos da cidade: Blog do Roberto Moraes (<<http://robertomoraes.blogspot.com/>>); Blog Urgente! (<<http://www.urgente.blogspot.com/>>); Blog do Cláudio Andrade (<<http://blogclaudioandrade.blogspot.com/>>), entre outros.

entrevistas mais informais com sujeitos sociais relacionados ao tema de pesquisa que, embora, não tenha resultado em um documento, não se pode deixar de mencionar que suas falas colaboraram no processo da pesquisa. Neste caso, refiro-me ao agrônomo Luis Marcos, técnico de nível superior que trabalha na COOPLANTA e à Zélia Kelby, analista do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM).

No decorrer desta pesquisa aconteceram algumas limitações para a realização de entrevistas devido a conjuntura social e política da cidade no segundo semestre de 2008 e no início de 2009. Destaca-se aqui a dificuldade em agendar entrevistas no final do ano de 2008 com os atores sociais estudados nesta pesquisa em decorrência das eleições municipais. Em algumas ocasiões, pôde-se constatar o quanto ainda há da presença dos envolvidos com a atividade sucroalcooleira nas competições para o poder público – como se evidenciou na candidatura para vereador, em Campos dos Goytacazes, do ex-presidente da ASFLUCAN e na sua indicação para presidente do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), só para citar um exemplo. No início de 2009 também houve dificuldades para a entrevista com representantes do poder público municipal que estava em fase de transição de governo, com a eleição da Prefeita Rosinha Garotinho nas eleições municipais de 2008. E, por sua vez, houve, ainda, certa dificuldade com as entrevistas com os usineiros. Esses atestaram estar bastante ocupados com problemas em decorrência das cheias que prejudicaram a produção canavieira, ocasionando escassez de matéria-prima e prejudicando a produção sucroalcooleira no final da safra 2008/2009.

Quadro I

Quadro Sinóptico dos Entrevistados

Entrevistado	Data da Entrevista	Idade	Escolaridade	Atividade Atual	Atividade(s) Permanente	Categoria(s) que representa	Informações Adicionais
Luiz Eduardo Campos Crespo	19/09/08	43	Engenheiro Agrônomo (Doutor)	Presidente do FUNDECAM	Produtor de cana; Técnico de Nível Superior CCTA/UENF (de licença);	Produtores de cana;	Ex-presidente da ASFLUCAN (de licença para assumir o cargo de presidente do FUNDECAM); ex-Diretor da COAGRO.
Carlos Frederico Menezes Veiga	24/10/08	51	Engenheiro Agrônomo (Doutor)	Presidente da COOPLANTA	Produtor de cana; Pesquisador.	Produtores de cana	Ex-presidente da ASFLUCAN (assumiu quando Crespo estava de licença para a candidatura a vereador em Campos)
Frederico Rangel Paes	24/10/08	39	Engenheiro Agrônomo	Empresário (Presidente da COAGRO)	Produtor Rural (cana, maior parte - Coco e abacaxi em menor parte)	Produtores de cana; Produtores de açúcar e álcool	Presidente da ASFLUCAN em 2001; conselheiro da ASFLUCAN

Manuel Pires	04/12/08	78	1o grau incompleto	----	Supervisor de Usina e Canaviais (aposentado)	Trabalhadores da Agroindústria Sucroalcooleira	Trabalhou nas Usinas: Climério Sarmento (AL); Serro Azul (PE); Ilha Bela (RN); Paraíso (RJ).
Demétrio Ferreira de Azeredo	08/12/08	57	Agrônomo (Doutor)	Pesquisador	Consultor de Usinas; Produtor de cana.	Produtores de cana.	Recebeu empréstimo do FUNDECANA para a criação do empresa Deneza (aguardente, açúcar mascavo e melado) – mas foi vendida a outro proprietário.
Roberto Moraes Pessanha	29/01/09	50	Engenheiro	Professor e pesquisador do IFF (antigo CEFET Campos)	Professor; Pesquisador; Blogueiro;	Instituições de Ensino e Pesquisa	Fundador da ONG Cidade 21; Ex-diretor do IFF; Um dos fundadores do PT em Campos; um dos líderes do Plano Estratégico Campos;
Luis Marcos	04/02/09	--	Engenheiro Agrônomo	Técnico Agrícola Nível Superior da ASFLUCAN			

Alan Carlos Vieira Vargas	25/03/2009	50	Engenheiro Ambiental	Engenheiro do INEA	Engenheiro Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (funcionário concursado)	“Interesses do Meio Ambiente” (INEA: Estado do RJ)	----
Paulo Honorato	03/03/2009	48	7a série do Ensino Fundamental	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Pequeno Agricultor	Trabalhadores Rurais	Está em seu 4o mandato consecutivo enquanto presidente do Sindicato (os mandatos são de 3 anos)
Jaudenes Carvalho Batista	03/03/2009	77	2o grau (Ensino Médio) completo	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool das Regiões Norte e Noroeste Fluminenses	----	Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool	Trabalhou muitos anos na Usina Queimados; está na presidência do Sindicato desde 1986 (os mandatos são de 5 anos)
Frederico da Silva Paes	31/03/2009	45	Bacharel em Direito	Diretor de Assentamentos Rurais da Secretaria de Agricultura e Pesca de Campos.	Advocacia	---	---

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM CAMPOS- RJ

Na transição dos séculos XIX-XX, o Município de Campos dos Goytacazes¹⁹, passou por transformações de natureza diversa. Dentre as modificações ocorridas no âmbito da produção sucroalcooleira nesta transição, houve o processo de declínio dos engenhos e engenhocas²⁰ que foram sendo substituídos por modernas usinas de açúcar e álcool, desencadeando a emergência da figura dos denominados “usineiros” substituindo os senhores de engenho. Ocorreram também, nesta época profundas mudanças no mercado de trabalho, marcadas pelo retorno dos ex-escravos aos canaviais como trabalhadores assalariados.

No que se refere aos produtores agrícolas, atividade de maior expressão nesta época, estes, uma vez decretada a abolição da escravidão, tiveram dificuldades para substituírem a mão-de-obra escrava por uma assalariada e livre²¹. Situação que foi resolvida quando os antigos escravos retornaram aos canaviais com péssimas remunerações e condições de trabalho precárias (SILVA, 2004).

As atividades econômicas mais expressivas ainda continuaram sendo a produção de açúcar a partir de cana e a criação de gado bovino, embora os meios de produzi-los tenham

¹⁹ A Vila de São Salvador tornou-se a cidade de Campos dos Goytacazes em março de 1835 (ABREU, 1994).

²⁰ Pequenos estabelecimentos rústicos voltados para a produção de açúcar e aguardente a partir de cana, precursores dos engenhos.

²¹ Em discurso proferido por Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, no antigo Teatro Trianon, em Campos-RJ, no dia 23 de junho de 1936 este destaca: “Da opulência da vida de Campos, no século XIX, dão notícias encomiásticas numerosos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil, nesse período de notória expansão da sua riqueza agrícola. Da feracidade dos canaviais, da abundância das colheitas, da vida brilhante e faustosa dos senhores de engenho, adveiu-lhe influência preponderante na própria política da côrte, com projecção remarcável no cenário nacional. Período de tão acentuado progresso não resistiu, infelizmente, às profundas perturbações resultantes da mudança do regime de trabalho. Campos, como tantos outros centros de intensa vida econômica, sofreu os efeitos depressivos da brusca substituição do braço escravo pelo assalariado, com repercussão na própria vida administrativa (...)” (VARGAS, 1941, vol. IV: 161).

sido modificados. A partir da década de 1930, Campos não apresentava mais o vigor do *Cyclo Aureo*, como chamou o escritor Horácio de Sousa (SOUSA, 1935), o período de 1835 a 1935. A atividade canavieira apresentou sintomas de crise e foi sendo superada por outras regiões, principalmente São Paulo, que começaram a cultivar a planta e a produzirem açúcar e álcool.

1. PERCURSOS DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRA NO NORTE FLUMINENSE

De acordo com Osório Peixoto e Silva (SILVA, 2004), o cultivo da cana-de-açúcar foi a atividade que obteve maior eficácia no processo de colonização do Brasil pelos portugueses. Isto porque Portugal já possuía experiência na produção de açúcar, substância muito valorizada na economia do sistema colonial. Sendo Portugal uma potência dedicada ao comércio de escravos, uma das mais valiosas mercadorias deste período, valeu-se de uma estratégia de comércio baseada na complementariedade de produtos, na qual o açúcar ocupou um lugar preponderante por vários séculos.

A cana-de-açúcar, espécie originária da Índia, foi, portanto, uma variedade vegetal que teve excelente adaptabilidade ao clima tropical brasileiro. A partir dos 30 do século XVI a cana-de-açúcar começou a ser plantada em grandes extensões de terra utilizando mão-de-obra escrava, constituindo posteriormente um sistema agrícola que ficou conhecido por *plantation*²².

Na primeira metade do século XVI, após o declínio do ciclo de extração do pau-brasil, o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias. Algumas delas passaram a organizar suas atividades²³ em torno do cultivo da cana, para a produção de açúcar. No século seguinte a produção açucareira no Brasil gerou “alguns dos mais poderosos e ricos ciclos econômicos da história colonial européia” (ALBUQUERQUE & NICOL, 1987: 60). Este país manteve a posição de primeiro produtor mundial até o momento em que os holandeses passaram a

²² Monocultura em grandes extensões de terra, com a utilização de mão-de-obra escrava, cuja produção é voltada para o mercado externo. Cf. FURTADO, 2007. Segundo o historiador Jacob Gorender, a “*plantation* foi a forma de organização dominante no escravismo colonial” (GORENDER, 1985: 78).

²³ O primeiro engenho construído no Brasil foi o São Jorge, em 1533, por Martim Afonso de Souza com a fundação da Vila de São Vicente, hoje o Município de Santos, no Estado de São Paulo (BARBOSA, 2003).

produzir açúcar nas Antilhas e no Suriname de forma a competir com o produto brasileiro, sobretudo nas décadas de 1670 e 1680. As quedas bruscas nos preços do açúcar ocorridas nessa época fizeram com que esta economia declinasse no Brasil, dando origem a um novo ciclo econômico - o ciclo do ouro, no início do século XVIII.

Os primórdios da cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes

“No princípio era o boi” (SILVA, 2004: 63).

A atividade canavieira começou a ser implantada no norte fluminense com a capitania de São Tomé. Seu donatário, Pero de Góes, ao final do ano de 1538, plantou as primeiras mudas de cana em terras localizadas a pouca distância da foz do rio Itabapoana, no atual município de São João da Barra, onde fundou uma vila chamada de “Vila da Rainha” (OSCAR, 1985). Neste local, inaugurou o cultivo sistemático da cana-de-açúcar, que, de início, servia de alimento para o gado. Devido aos intensos embates com os índios, o engenho fundado por Pero de Góes não prosperou, e em 1548, isto é, 10 anos depois de ter iniciado seu empreendimento, este retornou à Portugal (PEREIRA PINTO, 1995).

O processo de ocupação da porção Norte do Estado Fluminense, teve seu desenvolvimento intensificado por volta do século XVII (BARBORA, 2003)²⁴. No início do século XVII, a região situada entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé que compreende a Baixada dos Goytacazes ou Baixada Campista foi adquirida por meio do sistema de sesmaria²⁵, por sete homens durante o Governo Geral (CARNEIRO, 2003). Os “Sete Capitães”²⁶, como ficaram conhecidos, foram responsáveis pela partilha da capitania e iniciaram suas atividades voltadas para a pecuária.

²⁴ Embora em *O Homem e o Brejo*, Alberto Ribeiro Lamego (1974) ressalte que a primeira atividade na região consistia na pesca – devido à presença de inúmeros rios e lagoas – considerarei o período que se processa a partir da introdução da criação de gado bovino na região, por se tratar de uma atividade de impacto comercial.

²⁵ O sistema de sesmarias fazia parte da ordenação jurídica portuguesa para ocupação das terras das colônias. O objetivo elementar da legislação era obrigar os colonos a utilizarem as terras, sob perda de domínio. A seguir, um trecho do “Código filipino ou ordenações de leis do reino de Portugal (1603)”: “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casais, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhores, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados de sesmarias pelos sesmeiros, que para isso forem ordenados” (*apud* SILVA, 1996: 37).

²⁶ Os “Sete Capitães” vindos de Portugal chamavam-se: Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa, Duarte Corrêa, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel da Silva Riscado. Cf. PEREIRA PINTO, 1995: 41.

Assim, na porção fluminense classificada como “Zona da Baixada de Goytacazes”, mais especificamente nas proximidades da Lagoa Feia, foram montados currais. Estes tinham a função de suprir os senhores de engenho da Guanabara com o gado para transporte e moagem de cana e para a alimentação dos senhores e escravos. Esta atividade econômica foi o primeiro “marco histórico-geográfico” que ocasionou uma “ocupação da região com finalidade, objetivo específico, atribuindo-lhe ‘função’ definida” (BARBOSA, 2003: 113)²⁷.

O General Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que havia assumido o cargo de Governador da Capitania do Rio de Janeiro em 1647, quando ficou sabendo das terras onde está situado o Município de Campos dos Goytacazes, forçou os Sete Capitães a incluí-lo na partilha. O Governador ficou com significativa parcela das terras e construiu, em 1650, um engenho²⁸ que ficou conhecido como Fazenda do Visconde²⁹. Posteriormente, as engenhocas foram surgindo próximos a este, expandindo a lavoura de cana-de-açúcar no norte do Estado. Desta forma, a região passou a exportar cana e gado para o Rio de Janeiro e para a Bahia.

A atividade sucroalcooleira³⁰ consolidada na região Norte Fluminense, teve sua maior concentração e epicentro político em Campos, onde o setor canavieiro tornou-se um elemento fundamental da “formação socioespacial” específica da região:

Tradicionalmente associada ao cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, trata-se de uma das poucas regiões do Estado que possuem, ainda hoje, traços marcantes de uma ‘identidade própria’ historicamente constituída, apesar de também ter passado por diversas transformações socioespaciais que impedem

²⁷ Sobre as primeiras atividades em Campos dos Goytacazes envolvendo gado bovino ver também: SILVA, 2004.

²⁸ “Engenho é uma denominação típica do nordeste do Brasil e que corresponde a uma área de terras, ou propriedade agrícola que se dedica à cultura da cana e uma fábrica para o fabrico do açúcar” (PEREIRA PINTO, 1995: 49). Ver também, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “todo o conjunto relativo à cultura e ao processamento da cana-de-açúcar, incluindo as terras cultivadas, as instalações para moagem e as residências de proprietários, colonos e trabalhadores”; “estabelecimento industrial situado em zona canavieira e destinado à moagem da cana para o fabrico de açúcar, aguardente, rapadura (Segundo a força motriz, divide-se em engenho de água, de boi, bangüê, de cavalo, a vapor etc.)”.

²⁹ Os primeiros engenhos para a fabricação de açúcar que surgiram na região Norte Fluminense foram construídos por Pero de Góes, na porção do extremo Norte do Estado, divisa com o Estado do Espírito Santo, na região hoje conhecida por Barra de Itabapoana, por volta da primeira metade do século XVI. No entanto, estes não obtiveram nenhum êxito. Uma nova tentativa na mesma região foi feita por um descendente de Pero de Góes, chamado Gil de Góes, no início do século XVII, que também fracassou. O motivo fora a resistência imposta pelos índios da região. Como estes não obtiveram nenhum êxito, a Fazenda do Visconde ficou sendo considerada, pelos historiadores Alberto Lamego e Alberto Ribeiro Lamego, como o primeiro engenho do norte do Estado do Rio de Janeiro (PEREIRA PINTO, 1995).

³⁰ Destaca Pereira Pinto (1995) que os engenhos instalados em Campos por volta da metade do século XVII eram voltados para a produção de aguardente, substância utilizada pelos colonos em muitas ocasiões como uma espécie de “moeda” para trocar por escravos com Portugal. A produção de açúcar seria efetivada no final do século XVII.

uma contínua ligação, única e exclusiva, à atividade canavieira (BARBOSA, *op. cit.*: 111).

Assim, a implantação da cana-de-açúcar teria constituído um “segundo marco histórico-geográfico no processo de ocupação do Norte Fluminense e que viria a estabelecer uma ‘estrutura’ que ainda hoje se manifesta” (BARBOSA, *op. cit.*: 113). Ao longo do século XIX os canaviais expandiram-se com a construção dos engenhos, e, depois no século XX, como veremos adiante, estes deram lugar às “modernas usinas” de açúcar e álcool.

A transição dos engenhos para as usinas em Campos dos Goytacazes

E Campos, morrendo no gemido dos engenhos, renasce no apito das usinas (LAMEGO, 1974: 154).

No início do século XIX o Brasil incorporou o engenho a vapor: “O tempo dos engenhos a vapor começa em 1824 quando se tem notícia da existência do primeiro engenho a vapor. Vai se extinguir com o aparecimento dos Engenhos Centrais por volta de 1877” (PEREIRA PINTO, 1995: 92).

Começa então, uma nova fase da produção açucareira no país com a substituição dos Engenhos e Engenhocas a tração animal pelos Engenhos a vapor. Estes, que haviam caracterizado a primeira etapa da industrialização no país na segunda metade do século XIX, foram substituídos pelos Engenhos Centrais³¹. O primeiro a ser implantado no Brasil foi o Engenho Central de Quissamã³², em 1877, pelo governo imperial brasileiro.

Conta o ex-usineiro e memorialista de Campos-RJ, Jorge Renato Pereira Pinto³³, que no final do Império de Dom Pedro II foram abertos financiamentos públicos para instalação dessas grandes centrais açucareiras no Brasil, voltadas para a produção de açúcar em grandes volumes a partir da cana. Nesse momento, a modernização do setor passou a ser financiada pelo Governo Imperial e os proprietários beneficiados obtiveram prazos de até trinta anos

³¹ O primeiro decreto admitindo e autorizando a construção de engenhos centrais é de 19 de abril de 1873. Cf. PEREIRA PINTO, 1995: 118.

³² Sobre o Engenho Central de Quissamã e sobre o primeiro Engenho Central do município de Campos-RJ, o Engenho Central do Limão, implantado por João José Nunes de Carvalho, em 1879, ver também PEREIRA PINTO, 1995.

³³ Entrevista realizada pelo GPIOH, em 08 de julho de 2003, na residência de Pereira Pinto, lotada na cidade de Campos dos Goytacazes. Fita Mini-Dv 01, 2003.

para pagarem os empréstimos tomados. A matéria-prima seria fornecida por fazendeiros, os “*plantadores de cana*” ou simplesmente “*fornecedores*”³⁴.

Por sua vez, as modernas usinas³⁵ de beneficiamento da cana e destilarias foram introduzidas ao longo do século XX. Atraídos pelo clima político favorável, somado às oportunidades que o mercado mundial oferecia e às vantagens comparativas da região para a monocultura da cana na última etapa do século XIX e início do século XX, se instalou em Campos dos Goytacazes um grupo de empresários estrangeiros de origem francesa que projetaram e construíram na região unidades industriais açucareiras menores que os Engenhos Centrais, em francês chamadas *usine* - termo que deu origem às “usinas”³⁶ sucroalcooleiras – as quais ofereciam características idênticas a uma Grande Central, mas com um fator diferencial fundamental: funcionavam com um estoque bem menor de matéria-prima. Dessa forma, a cana-de-açúcar demandada pela *usine* poderia passar a ser abastecida pelo próprio dono dessas unidades, ficando em suas mãos o controle integral de todo processo produtivo que ia até seu escoamento final, a exportação.

Assim, atrelada à reconversão produtiva do setor, passou a ser favorecida a concentração econômica do negócio do açúcar nas mãos do *empresário usineiro*. Esta mudança paradigmática delineou a estrutura constitutiva do grupo de poder emergente, formado por estes empresários, que passou a se configurar rapidamente como a nova classe dominante, montada na modernização e no surto de negócios do setor. Tal evento se intensificou a partir do momento em que estes “modernos” empresários do açúcar, por vezes “*homens feitos a se mesmo*” – como exemplifica a trajetória meteórica e paradigmática de

³⁴ As primitivas Centrais Açucareiras demandavam grandes estoques permanentes de cana-de-açúcar para satisfazerem a capacidade produtiva. Esta iniciativa fracassou devido ao fato de que os proprietários destas Centrais Açucareiras não possuíam fazendas com matéria-prima própria, tendo que obtê-la dos plantadores que não apresentavam regularidade suficiente em seu fornecimento. Com essa dificuldade, as grandes unidades sistematicamente fecharam suas portas. Já na década de 1980 um fenômeno de características similares, embora em outra escala, levaria à falência, não declarada, os monumentais ‘Complexos Açucareiros’, como foi o caso do Complexo São João, maior e mais moderno empreendimento industrial sucroalcooleiro da América Latina, que entrou em colapso financeiro nos primeiros anos da década de 1990 sob a administração da primeira geração de herdeiros de Bartolomeu Lysandro.

³⁵ As diferenças entre os engenhos centrais e as usinas consistiam no fato de que aos primeiros, que funcionavam em moldes de cooperativas, ficava proibida a posse de terras próprias cultivadas. Estes apenas poderiam utilizar como matéria-prima a cana fornecida por outros plantadores. Neste caso havia uma nítida separação entre as atividades agrícola e industrial. Além do mais, por serem bem maiores, demandavam praticamente o dobro de matéria-prima que as usinas, e dependiam dos empréstimos do governo central para obtê-la. Cf. BARBOSA, 2003.

³⁶ Por isso as indústrias de açúcar e de álcool em Campos-RJ receberam o nome de usinas, enquanto no nordeste ainda são chamadas de Engenhos, apesar destes serem, assim como as usinas, versões “modernas” dos antigos engenhos do período colonial.

Bartolomeu Lisandro³⁷ – ou sustentados por estratégicas alianças matrimoniais com famílias tradicionais³⁸, começaram a se destacar no cenário econômico do país, favorecidos pela abundância de divisas provenientes do novo *boom* comercial do açúcar e sua “comoditização” financeira nos mercados mundiais.

A transição dos Engenhos a vapor para as Usinas foi muito comentada na literatura brasileira³⁹ como se evidencia neste texto:

Outrora, aqui, os engenhos
Recortavam a campina.
Veio o tempo e os engoliu
E ao tempo engoliu a usina.

Um outro ainda há que diga
Que o tempo vence no fim:
Um dia ele engole a usina
Como engole a ti e a mim.⁴⁰

Nos dias atuais, se considerarmos as prósperas usinas de São Paulo, que a partir de 1955 obtiveram um extraordinário crescimento, tornando-se a região do Brasil que mais produz açúcar, o último verso dessa poesia não faria sentido, até então. Ao considerarmos, entretanto, o município de Campos dos Goytacazes e as regiões Norte e Noroeste Fluminenses, cujo setor agroindustrial sucroalcooleiro já apresentava sinais de uma crise desde a década de 1930, poderíamos dizer que este poema narrava o que estava por vir. Excetuando-se algumas poucas

³⁷ Proprietário do tradicional complexo agroindustrial da Usina São João e uma das figuras mais eminentes dos novos empresários-barões do açúcar do século XX. Na sua autobiografia conta o itinerário pelo qual chegou a construir sua fortuna, fundado no espírito comercial que foi inculcado durante sua infância pelo pai, ajudando a sua mãe na venda de “papa de milho” na rua. Já na sua adolescência, tornou-se ativo comerciante, comprando e vendendo garrafas velhas e sacas até chegar a seu primeiro emprego no *Café High – Life*. Logo, viria assumir o cargo de despachante da Estação Campos Cargas, para posteriormente virar representante comercial da *Standard Oil Company*, experiência esta que lhe possibilitou se tornar um bem sucedido empresário do transporte de passageiros, primeiro passo significativo para virar *usineiro*. Conta ele mesmo: “*Mais tarde, fugindo um pouco à direção dos meus serviços de despachantes e empresário de transportes, fiz-me negociante. Antes, havia instalado a Companhia de Armazéns Gerais B. Lysandro S/A, que ainda hoje existe, tendo sido ela a primeira instalada no estado, companhia que nas ocasiões necessárias, presta relevantes serviços às classes produtoras de nossa terra...*”.

³⁸ São comuns as alianças matrimoniais destes prósperos negociantes com filhas de famílias tradicionais, antigas produtoras de cana empobrecidas que não dispunham de recursos financeiros suficientes para investir na reconversão industrial da era das “usinas”, mas tinham “linhagem” e gozavam da influência política junto ao governo para adquirir licenças, subsídios e empréstimos em condições favoráveis para saldarem as dívidas.

³⁹ Não foi o objetivo dessa pesquisa elaborar uma seleção de obras de Literatura Brasileira relacionadas à questão do setor canavieiro, no entanto, eu gostaria de mencionar duas: *Usina* (1936), de José Lins do Rego, que fala do Nordeste açucareiro; e uma das obras clássicas do escritor campista José Cândido de Carvalho, *Olha pro céu, Frederico!* (1939), que por ser ambientada nas áreas canavieiras do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, referencia a passagem dos engenhos para as usinas nessa região.

⁴⁰ Fragmento de *O Regresso de quem estando no mundo, volta ao sertão*, de autoria de Carlos Pena Filho. O autor se referia à substituição dos engenhos pelas usinas do Nordeste brasileiro. Cf. ANDRADE, 2003: 19.

unidades açucareiras que ainda se encontram em funcionamento, da maioria das usinas que existiam na região na década de 1970⁴¹, restaram apenas seus esqueletos. Como neste poema, após as usinas terem “engolido” o tempo, uma vez que o sistema de produção fabril da usina moderna eliminou a lentidão com a qual os engenhos transformavam a cana em açúcar, esta fora “engolida” pelo tempo.

O açúcar e o processo civilizador de Campos

Vale destacar o fato de que, desde o século XVII até avançada a década de 1980, a atividade agroindustrial açucareira constituiu-se na principal alavanca econômica do “*processo civilizatório*”⁴² de Campos dos Goytacazes, pois, a princípio, somente os senhores de engenho tinham condições de impulsionar a urbanização do município.

Boa parte dos melhoramentos feitos na cidade, tais como construção de hospitais, instituições para menores abandonados, obras de saneamento, construção de estradas, veio do açúcar. Em 1913, por exemplo, na IV Conferência do Açúcar, realizada em Campos, os usineiros estabeleceram que seriam descontados 2,5% do valor de cada saco de sessenta quilos de açúcar e doados para obras de melhoramentos na cidade.

Como o disse Getúlio Vargas em discurso pronunciado na cidade campista em 1936:

Toda a civilização da baixada fluminense girou, no século passado, em torno do açúcar. Campos foi sempre o empório da sua produção, no Sul do país. Dos quinhentos engenhos e engenhocas daquela época, passou, com primazia, a utilizar os processos técnicos mais avançados, que transformaram em grande indústria, com todas as características da mecanização e financiamento, a rudimentar economia patriarcal, baseada no trabalho escravo (VARGAS, 1941: 161).

⁴¹ Usinas que estavam em funcionamento em 1970 em Campos dos Goytacazes (município que concentra o maior número dessas unidades industriais no Estado do Rio de Janeiro): Cambaíba, Mineiros, Outeiro, Poço Gordo, Santa Cruz, Cupim, Novo Horizonte, Paraíso, Santa Isabel, Queimados, Santo Amaro, Santo Antônio, São João, São José, Sapucaia.

⁴² Entendemos este processo como uma forma histórica específica decorrente da emergência da sociedade burguesa no Brasil e da absorção dos homens por esta forma de organização social (FERNANDES, 1981). Neste caso, esta absorção se deu pela assimilação da lógica da produção capitalista, caracterizada na região do Norte Fluminense pela tradicional cultura produtiva da monocultura do açúcar e o choque gerado pela nova sociabilidade resultante da implantação das “modernas” usinas, com seu correlato político expresso na hegemônica figura do usineiro.

A formação social colonial, baseada na economia do açúcar, na escravidão e no modelo de organização familiar e social patriarcal⁴³, influenciou não apenas a configuração da estrutura demográfica e socioeconômica regional, marcada hoje por uma profunda e estável desigualdade social caracterizada por altos níveis de concentração de renda, senão também a formação paralela de uma matriz cultural e identitária de caráter local-regional que, perante a crise e a conjuntura de re-estruturação produtiva vivida pelo setor na região, luta por prevalecer como poderosa herança da trajetória do Município.

Na continuação deste texto constituiu-se uma narrativa que ilustra como ocorreram as transformações no setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes-RJ dos anos 1930 ao ano 2000.

Anos 30: a criação do IAA

No norte do Estado do Rio de Janeiro organizou-se um grande parque agroindustrial sucroalcooleiro que obteve, inclusive, participação de capitais estrangeiros. Naquela região, o Município de Campos, que no início do século XX possuía os “mais extensos canaviais, maior parque industrial e mais elevada produção do Brasil” (BARBOSA, 2003: 127), contava sobretudo, com empréstimos do Estado Nacional.

Após 1930, no governo de Getúlio Vargas, o poder público nacional assume traços “centralizadores” (DRAIBE, 1985) e “intervencionistas” (COUTINHO & BELUZZO, 1998). São criados vários Institutos, Ministérios e demais órgãos públicos para permitir ao Governo Federal um maior controle do país. De acordo com Sônia Draibe “a centralização política do pós-30 processa-se com a edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o ‘interesse geral’...” (DRAIBE, 1985: 55).

⁴³ Gilberto Freyre (1988), considera a *família colonial proprietária e autônoma* como formadora de uma estrutura agrária, que utilizou a técnica escravocrata do índio e do negro, tendo em suas mãos o poder de decisão nos mais diversos setores, como o político, econômico e jurídico. Essa sociedade articulada sobre o poder do *Senhor de Engenho*, teve como base a *família patriarcal*, fundada em relações de autoridade e possuidora de um poder que obedecia às engrenagens de uma hierarquia hereditária. Na qual quem possuísse o *sobrenome* de algum *Senhor de Engenho*, tinha *status*, prestígio e muita consideração. Não se pode deixar de notar que, sendo um modelo agrário familiar patriarcal, os filhos herdavam as propriedades do pai, e a partir de então se responsabilizavam em administrá-las. Logo, aqueles que não se tornaram aptos para tal ofício devido à prodigalidade ou incapacidade para os negócios, tiveram que abandonar o “*Mundo do Açúcar*” ou foram perdendo tudo.

No que tange a economia, o Estado passou a funcionar como aglutinador de um processo de concentração do capital dentro do país. Assumiu, inclusive, papel de empresário, investidor, e, “através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia” (DRAIBE, 1985: 55). A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 foi uma das medidas do Estado intervencionista que então se configurou e que teve maior repercussão para o referido setor industrial.

Ao longo do século XX, principalmente após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, foi se consolidando uma tradição de subvencionismo estatal em relação ao setor sucroalcooleiro. Desde a criação do IAA até a década de 1990, o governo brasileiro estabelecia a produção de açúcar e de álcool, encarregava-se de sua comercialização e era responsável por toda sua exportação (BARBOSA, 2003: 121).

O IAA passou a intervir diretamente no setor agroindustrial sucroalcooleiro, na administração dos preços do açúcar e do álcool, estabelecendo cotas de produção por safra, ou seja, o quanto o Brasil poderia produzir e a quantidade que caberia a cada Estado e a cada unidade produtiva (cada usina) a cada ano. Assim, para se abrir uma nova usina, teriam que obter uma cota abandonada ou inativa, ou comprar a cota de outra que estivesse por fechar (COSTA, 2003). Da mesma forma, quem quisesse aumentar sua cota de produção também haveria de comprar as cotas de outras indústrias⁴⁴.

O Estado também passou a intervir, via IAA, na quantidade de cana que as usinas teriam que comprar dos fazendeiros, os “fornecedores”. Sendo assim, ficou decretado que as usinas teriam que utilizar como matéria-prima para a produção de açúcar, cerca de cinquenta por cento das canas compradas de outros proprietários, mesmo que para isto tivessem que deixar a “cana própria” de suas terras sem utilização (BARBOSA, 2003: 122).

De sua criação, no ano de 1933, até o início da década de 1940, o IAA favoreceu as Usinas do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro. Nas décadas posteriores passou a beneficiar as agroindústrias açucareiras paulistas (BARBOSA, 2003: 122).

⁴⁴ O setor agroindustrial sucroalcooleiro do Estado de São Paulo comprou muitas indústrias do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, mantendo-as fechadas - já que o maquinário era ultrapassado para o padrão das usinas daquele Estado - apenas para incorporar sua cota. Cf. SILVA, 2004: 345.

Anos 50: O “avanço” do Estado de São Paulo e a constituição de uma periferia

Nos anos 1950 houve um grande aumento da produção sucroalcooleira em São Paulo “caracterizada pela concentração técnica e pela busca de terras de melhor fertilidade e localização”. Esse estado assumiu a liderança nacional no ramo da produção de açúcar e de álcool a partir de 1955. Isto teria ocorrido, segundo Pedro Paulo Biazzo de Castro Barbosa, porque “São Paulo demonstrou maior preocupação com o aumento do rendimento agrícola e com a modernização das instalações industriais” (BARBOSA, 2003: 122) do que as demais áreas produtoras de derivados de cana-de-açúcar⁴⁵. O Estado fluminense, por exemplo, manteve seu setor sucroalcooleiro estagnado entre as décadas de 1930 e 1960 e os “usineiros ‘acomodados’ devido à assistência do governo manifesta através das políticas do IAA” (BARBOSA, 2003: 127).

Foi formada então, no Brasil, uma periferia do setor sucroalcooleiro envolvendo os Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Estados do Centro-Oeste, em torno do Estado de São Paulo (BARBOSA, 2003: 125).

Anos 70: o PROÁLCOOL e o processo de fusão das usinas

Nos anos setenta, após crise desencadeada pelo aumento do preço do barril do petróleo⁴⁶, o Brasil que, desde a década de 1950 vinha substituindo boa parte de sua estrutura ferroviária por rodovias e incentivando a produção em larga escala de veículos automotores à gasolina, se deparou com uma situação de crise energética. Uma vez que a produção petrolífera do Brasil não era auto-suficiente e este produto teria que ser importado a preços exorbitantes, o Estado brasileiro injetou recursos, via programa de incentivo ao uso de álcool combustível, conhecido como PROÁLCOOL, no setor canavieiro para incentivar a produção dessa fonte alternativa de combustível frente à situação que se instalara (NATALE NETTO, 2007).

⁴⁵ Jornais impressos noticiavam, em finais da década de 1960, que São Paulo estava vendendo açúcar em Campos mais barato do que as próprias indústrias locais. Como se pode observar, a cidade que foi líder nacional na produção açucareira até a década de 1950 agora perdia a concorrência dentro de seu próprio mercado local. (SILVA, 2004).

⁴⁶ A crise decorreu da decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de diminuir a produção petrolífera e atuar como um cartel, elevando os preços do petróleo.

Esse estímulo financeiro estatal, juntamente com o interesse, despertado na ocasião, por parte das montadoras de automóveis pela produção de modelos movidos a álcool, foi de grande importância para a expansão das atividades produtivas do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Muitas empresas receberam os empréstimos do PROÁLCOOL e ampliaram suas unidades agroindustriais, sobretudo no que diz respeito às destilarias para a produção de álcool.

Segundo Barbosa, para quem o Brasil estava vivendo o “paradigma subvencionista” para a Agroindústria canavieira, nos anos 1970, “Em nome de uma maior competitividade setorial, promoveram-se políticas de incentivo às fusões e incorporações de usinas, além de melhorias nas áreas de pesquisa agrônoma e industrial” (BARBOSA, 2003: 123).

A proposta do Governo era ampliar a produtividade sucroalcooleira mediante uma “mudança radical” pois o “parque industrial brasileiro mostrava sinais flagrantes obsolescência e impossibilidade de progresso no campo tecnológico” (PEREIRA PINTO, 1995: 285). Para tanto, era preciso eliminar as indústrias improdutivas. O que seria realizado por meio de incentivos a fusões, incorporações e realocações das unidades menores. E, onde isso não fosse possível, teria de ser feita a modernização do parque industrial.

Era um desafio que mexia com o ego de muitos usineiros e que resolvia graves problemas de unidades fabris que estavam estranguladas (...). Com um mercado internacional francamente favorável e 1 bilhão de dólares em caixa, a eliminação de pequenas fábricas antieconômicas e a possibilidade de uma modernização do parque industrial, sacudiu o Brasil inteiro. Negócios de compra e venda de usinas se realizaram do dia para a noite (PEREIRA PINTO, 1995: 291).

Assim, com os investimentos via PROÁLCOOL, as usinas do Norte Fluminense aumentaram em grande escala seu parque industrial. Não ampliaram, entretanto, as lavouras em tamanho suficiente para as novas demandas das unidades industriais. Mesmo com a significativa redução do número de usinas, estas ainda encontram dificuldades em adquirir matéria-prima em quantidade satisfatória⁴⁷. Isso, segundo produtor rural e também

⁴⁷ Segundo o parecer técnico do agrônomo Carlos Frederico Menezes Veiga, as usinas de Campos trabalham hoje com capacidade ociosa, pois a produtividade poderia ser aumentada em no mínimo 70%. Isso não ocorre devido a falta de cana. Conta ainda que, por haver escassez de matéria-prima, a partir de 2000 fechou-se na região praticamente uma usina por ano (ver tabela das usinas que fecharam no anexo III, ao final da Dissertação). Condição que parece ser uma incoerência, de certa forma, já que os produtores vendem cana para usinas do Estado do Espírito Santo. Isso ocorre devido a dificuldades com transporte e infra-estrutura adequada no que tange as rodovias do município. “Para um produtor que produz do outro lado do rio Paraíba do Sul, em Guarus, sai mais barato transportar a cana para o Espírito Santo do que para as usinas daqui devido a dificuldade de

pesquisador Demétrio Azeredo⁴⁸, ocorre principalmente porque as usinas de Campos, encontram-se localizadas muito próximas umas das outras⁴⁹, localização esta que o referido entrevistado classificou como “suicida”, o que acirra a concorrência pela matéria-prima base que é a cana-de-açúcar. As que possuíam capital disponível compraram terras de fornecedores para manterem um mínimo de “cana própria” a fim de garantirem, ao menos por um certo tempo, a moagem. A escassez de matéria-prima, portanto, para o funcionamento das usinas na região constitui-se em um fator que impulsionou a concentração das agroindústrias sucroalcooleiras, uma vez que, só se mantiveram aquelas com capital suficiente para suprir essa falta.

É importante destacar que neste período, ocorreu também uma transformação no modelo de gestão das indústrias sucroalcooleiras. A administração das usinas deixou de ser comandada segundo um modelo tradicional, no qual a família exercia um papel central, para seguirem um modelo de empresas ministradas por grupos econômicos que, inclusive, possuem investimentos em outros ramos da economia⁵⁰.

Anos 80: a “Década Perdida”

A década de 1980 foi marcada por uma forte crise na economia nacional (BRUM, 1999) desencadeada pela crise do petróleo, em 1973, quando os países da OPEP (Organização

trafegar para este lado do rio”, conta o agrônomo que também é produtor e diretor da COOPLANTA (Cooperativa dos Plantadores de Cana).

⁴⁸ Em entrevista realizada dia 08 de dezembro de 2008.

⁴⁹ De acordo com Alberto Ribeiro Lamego, em Campos, excepcionalmente, é partindo da pequena propriedade que se funda a indústria açucareira – que vieram a se concentrar somente ao longo do século XIX. Enquanto outras áreas açucareiras se desenvolveram com a grande propriedade, ali se dá início ao “Ciclo do Açúcar” com as engenhocas, pequenas unidades produtoras nas quais, na maioria das vezes, não possuindo escravos, os senhores serviam-se com as famílias para os trabalhos. As engenhocas eram montadas com materiais improvisados, pois “o fim principal é moer a cana e fazer o açúcar”. Esta rusticidade perante a qual se desenvolveu a indústria açucareira campista, que se tornou tão diversa da do resto do Brasil, teria sua origem no desmembramento natural da terra em faixas secas entre lagoas que condicionou a dispersão do homem, fazendo predominar assim, a pequena propriedade individual. Isto explicaria então, em parte, porque em Campos teriam surgido muitas usinas próximas umas das outras, enquanto em municípios vizinhos tais como Carapebus, Quissamã, São Fidélis, dentre outros, teria surgido apenas uma Agroindústria Sucroalcooleira que, configurando uma estrutura agrária extremamente concentrada, exerceram monopólio sobre os canaviais daquelas regiões (LAMEGO, 1974).

⁵⁰ Das usinas que ainda funcionam em Campos e proximidades, apenas uma conserva o título de propriedade familiar, a Usina Paraíso, em Tocos, distrito de Campos que pertence à família Hayem Coutinho. As demais foram adquiridas por “Grupos” econômicos tais como o Grupo José Pessoa de Queiroz (empresas: Agriholding, Agrisul Agrícola Ltda, Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA), Debrasa e Jotapar) que comprou a Usina Santa Cruz e a Usina de Quissamã (desativada); e o Grupo Othon, que adquiriu as Usinas Barcelos e Cupim, esta desativada e aquela em vias de fechar. Há, ainda, a Usina COAGRO, antiga Usina São José que foi reativada por uma Cooperativa de Produtores de Cana.

dos Países Exportadores de Petróleo) triplicaram o preço do barril do produto. Para compensar, os países centrais elevaram os juros da dívida externa, aumentaram sua cobrança e diminuíram o fluxo de empréstimos.

Esse período foi caracterizado do ponto de vista econômico por uma queda acentuada do crescimento econômico em relação às décadas anteriores e por um aumento na já elevada concentração de renda, sendo que somente após o plano de estabilização fiscal (Plano Real), iniciou-se um processo de reversão desta tendência ao se eliminar o chamado "imposto inflacionário" que atingia mais fortemente os setores de menor renda e ao se retomar a níveis mais altos de crescimento (COHN,2000).

Assim, muitos países, sobretudo os que possuíam elevada dívida externa, atravessaram os anos oitenta, que ficaram conhecidos como a “Década Perdida”, com a imposição de uma série de restrições ao papel do Estado, enquanto interventor na economia, como havia sendo feito nas décadas anteriores.

De acordo com o economista Argemiro Brum, “a elevada dívida externa obrigou-os [aos países endividados, sobretudo os da América Latina] a realizar programas econômicos de ajustes internos em função dos interesses dos credores internacionais” (BRUM, 1999: 419). Assim, parcela expressiva da riqueza nacional era transferida para os credores, enquanto suas próprias obras, centrais para o seu desenvolvimento, ficavam estagnadas por falta de recursos para financiá-las.



Exemplo de investimento de verba pública que não teve retorno – Fotografia panorâmica (tirada em 29/02/2006) das obras do prédio da “nova usina” de açúcar e álcool da Usina São João. Esta foi construída pelos herdeiros do dono da “usina velha”, Bartolomeu Lyzandro de Albernaz, após a sua morte⁵¹. A construção, que utilizou milhões dos cofres públicos, não funcionou tempo suficiente para dar retorno: encerrou suas atividades em 1995, pois não conseguiu se adaptar ao período de “encolhimento” dos empréstimos estatais.

⁵¹ Bartolomeu Lyzandro de Albernaz, na época Deputado Federal, morreu em 1965, aos 57 anos de idade, momentos depois de ser acometido de “mal súbito” enquanto pronunciava discurso na tribuna da Câmara Federal, então instalada no Rio de Janeiro.

Com o desdobramento da crise nos anos 1980 e início dos noventa, ocorreu uma contração dos subsídios do Estado, que perdeu a capacidade de investir devido a um esgotamento do fluxo de recursos que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Havia entrado em decadência um modelo de Estado altamente intervencionista que desempenhara um papel fundamental no período 1930-1980.

Neste período (1930-1980), a economia brasileira expandiu-se e o país industrializou-se. No entanto, no término do mesmo, o Estado nacional havia contraído uma dívida, tanto interna quanto externa, sem precedentes históricos.

Sua situação financeira deteriorou-se. Perdeu a capacidade de poupança e investimento. E diminuiu a possibilidade de conceder subsídios e incentivos fiscais ao setor privado. Endividado e tecnicamente falido, o Estado perdeu as condições de continuar a ser o principal agente condutor e financiador do desenvolvimento brasileiro (BRUM, 1999: 459).

A situação na qual se encontrava a política econômica brasileira no final dos anos oitenta significou o esgotamento de um modelo de Estado interventor, investidor, e que teve papel central no processo de industrialização do Brasil. O Estado se desvinculou de seu papel de “empresário”, reduzindo sua presença e sua proteção, e, dessa forma, deixando as empresas mais expostas às leis do mercado e da concorrência.

O Estado brasileiro, que desde a década de 1960 já contava com empréstimos estrangeiros (FIORI, 2001), teve como uma das principais causas da falência de sua capacidade de investir na economia nacional, as mudanças ocorridas em relação ao financiamento externo, pois o cenário internacional nos anos oitenta era de crise. Assim, não apenas no Brasil, mas “nesse novo cenário internacional, algumas características do panorama político global se destacam. A mais evidente é o enfraquecimento relativo do Estado nacional, instituição central da política desde a ‘Era das Revoluções’, devido tanto a seu monopólio do poder público e da lei, quanto à constituição do campo efetivo de ação política para a maioria dos fins” (AZEVEDO, 2006: 148).

Uma observação, entretanto, não pode deixar de feita. Apesar do enorme aumento de concentração de renda nos anos 80, estudos recentes mostram que do ponto de vista dos índices sociais não se poderia considerar aquele período como a “década perdida”. Com efeito, os indicadores sociais disponíveis mostram que, pelo menos no nível quantitativo, aumentou consideravelmente o universo da população coberta por serviços de infra-estrutura e de políticas sociais básicas: saneamento, rede elétrica, expansão de serviços de telefonia, educação e saúde. Além disso, em geral, ocorreu também uma melhora relativa na

participação dos estados e regiões mais pobres em relação aos mencionados serviços (MÉDICE & AGUNE,1994).

Esta melhora relativa, contudo, não significou uma mudança substantiva na grande discrepância entre as diversas regiões – pois o Nordeste continua apresentando índices bem inferiores à média do país. Tampouco significou uma mudança positiva nas condições dos nossos indicadores sociais "vis-a-vis" a outros países em desenvolvimento. (MÉDICE & AGUNE,1994; BANCO MUNDIAL,1994; PNUD,1996).

Anos 90: desestímulo ao PROÁLCOOL e extinção do IAA

Na década de 1990, devido à abertura comercial, à ausência de políticas industriais e agrícolas, à sobrevalorização da moeda (real) e os elevados juros, as empresas que operavam em território nacional foram colocadas em uma difícil situação. A consequência mais imediata expressou-se em um rápido movimento de aquisições ou fusões de empresas por aquelas que estavam, por assim dizer, mais capacitadas a enfrentar essa nova fase da economia nacional (PIQUET, 2004).

No que tange ao setor agroindustrial sucroalcooleiro especificamente, no início dos anos 1990, a queda constante do preço do petróleo no cenário mundial tornou o álcool pouco competitivo. Nessa conjuntura, na Administração Collor de Mello, o setor recebeu dois fortes golpes com a política de desregulamentação do Estado, que retirou o suporte do governo às usinas e destilarias: o fracasso do PROÁLCOOL e o desmonte do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que promoveu a liberação dos preços do açúcar e do álcool (COSTA, 2003).

Sem a administração dos preços (cana, açúcar e álcool) feita pelo Estado, via IAA, as empresas do setor passaram a competir mais entre si do que outrora. Se antes as empresas disputavam favores especiais junto ao governo, nos dias atuais a concorrência interna entre as usinas é mediada pela competição por mercado, onde a redução dos custos da produção é tomada pelos empresários como necessidade de primeira ordem.

A desregulamentação da economia agroindustrial sucroalcooleira e a liberação dos preços significando o “fim de uma tradição subvencionista por parte do Estado, no início dos anos noventa” (BARBOSA, 2003), somadas à escassez regional de matéria-prima, a cana-de-açúcar, agravaram a situação do setor produtivo canavieiro no Norte Fluminense. Esse tendeu a concentrar-se: neste momento houve um crescimento acelerado das indústrias mais ricas e o

desaparecimento das pequenas e atrasadas. Foi neste contexto de concentração que a maioria das “tradicionais” usinas do Norte Fluminense encerrou suas atividades.

Nesse ínterim, a decadência econômica de famílias inteiras na sociedade campista possui semelhanças com o que descreveu Gilberto Freyre em um de seus clássicos, *Sobrados e Mucambos*:

“A transformação de antigos sobrados urbanos ou suburbanos, outrora de habitações de famílias solidamente patriarcais, em hospitais, cortiços, “cabeças de porco”, prostíbulos, escolas, museus, conventos, colégios, pensões, hotéis, fábricas, depósitos de mercadoria, armazéns” (FREYRE, 1951: 45).

Em Campos, o que se vê em muitos pontos da cidade são as ruínas, devido ao abandono, por parte dos seus proprietários, das construções de antigos sobrados ou antigas usinas; ou então, a sua utilização com outra função, como é o caso da Usina de Queimados, transformada em uma casa de shows.

Para além do caso da Usina Queimado há outros exemplos. Como o imponente sobrado da Escola da Usina São João, transformado em moradia para pessoas desabrigadas; a Usina Santa Isabel, localizada na divisa com o município de Bom Jesus do Itabapoana, que teve parte de seu pátio industrial abrigando, há poucos anos, uma casa de forró; os inúmeros casarões no centro da cidade doados ou comprados pela Prefeitura e transformados em museus, como é o caso do Museu Olavo Cardoso⁵², por exemplo, ou transformado em sede de alguma secretaria municipal.

Em muitos casos, a não manutenção da propriedade de tais construções por seus herdeiros se deve ao fato de que a conservação destes prédios é muito dispendiosa e “excede, frequentemente, à capacidade econômica dos descendentes dos senhores ricos que levantaram tais monumentos nos dias de sua máxima opulência patriarcal” (FREYRE, 1951: 45).

⁵² Olavo Cardoso foi proprietário da Usina Pureza, localizada no Município de São Fidelis-RJ, e fundador do Automóvel Clube Fluminense (ACF).





Fogos Mortos – Fotografias das ruínas de três usinas no Norte Fluminense. Na ordem em que aparecem: Cambaíba, em Campos dos Goytacazes e Santa Isabel e Santa Maria, em Bom Jesus do Itabapoana. (Fotografadas em 03/12/2005).

Neste capítulo falou-se sobre a trajetória do setor canavieiro em Campos dos Goytacazes e região desde a primeira muda de cana plantada por Pero de Góes, em 1538, até o final do século XX.

Nos dois capítulos a seguir serão abordadas algumas configurações dessa atividade no norte do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo em território campista, nos primeiros anos do século vinte e um. Assim, serão apresentadas e discutidas questões referentes às ineficiências e potencialidades do setor, bem como os investimentos empregados no mesmo com recursos dos *royalties* do petróleo pelo poder público municipal, via Fundo de Desenvolvimento de Campos, o FUNDECAM, criado em 2001.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS DA CADEIA PRODUTIVA DA CANA-DE-AÇÚCAR

Embora haja opiniões contrárias como as dos ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Antonio Delfim Netto⁵³, o setor canavieiro ao longo de sua trajetória demonstrou ser uma área econômica que sente a necessidade de reivindicar investimentos do setor público. Segundo Márcia Azanha de Moraes, diversas singularidades existentes na cadeia produtiva da cana-de-açúcar tornam muito frágil o equilíbrio entre a oferta e a demanda em um ambiente de “livre mercado” e por isso “reforçam a necessidade do desenvolvimento de novo modelo de gestão, que associe políticas públicas e privadas, de modo a assegurar a estabilidade dos principais produtos (...)” (MORAES & SHIKIDA, 2002). Expõem-se a seguir algumas dessas características.

Em primeiro lugar, como o principal insumo é a cana, de origem agrícola, esta – assim como muitas outras cadeias produtivas que utilizam como matéria-prima base um produto agrícola – está sujeita aos riscos relativos ao clima, à sazonalidade da produção e a variação da renda dos produtores. Questões como estas, uma vez que interferem na quantidade e na qualidade da matéria-prima, fazem com que a oferta de cana tenha variações não planejadas⁵⁴.

⁵³ Ver “O maior perigo para o etanol é o governo”. In: Revista *MasterCana* – Os vencedores do ano. Ribeirão Preto-SP, 2007/2008. p. 26. Para o ex-ministro Delfim Netto, “o setor só conseguiu se tornar competitivo internacionalmente depois que saiu da tutela do governo e o produtor foi exposto ao mercado”. Para Palocci, o setor sucroalcooleiro se modernizou depois que o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) foi extinto no início dos anos 1990.

⁵⁴ Vale lembrar que um dos grandes projetos referentes ao setor canavieiro, os chamados Engenhos Centrais, implementados no Brasil no final do Império de Dom Pedro II, fracassou devido a inconstância no fornecimento de cana pelos produtores (PEREIRA PINTO, 1995).

Soma-se a isso o fato de que a cana possui um ciclo longo. Neste sentido há a necessidade de uma intensa coordenação de toda a cadeia produtiva, não somente das unidades industriais, mas também dos fornecedores de cana (MORAES & SHIKIDA, 2002).

Outra característica diz respeito a diversificação dos derivados de cana:

uma característica que a diferencia das demais cadeias agrícolas e que torna bastante complexo o seu funcionamento com ausência completa de governo e sem um modelo de gestão é a flexibilidade de produzir produtos ligados a um mercado tão distinto: açúcar, álcool e energia elétrica (...). Essa interligação faz com que o equilíbrio simultâneo dos mercados de álcool, de açúcar e de cana dificilmente ocorra em ambiente de livre mercado (MORAES & SHIKIDA, 2002: 28).

Ora, se para regiões como a de São Paulo, a situação de livre mercado trouxe benefícios no que se refere ao setor sucroalcooleiro, por outro lado, outras regiões como o Nordeste e também o Norte Fluminense, por serem pouco competitivos, não conseguiram se adaptar ao novo cenário nacional no qual o Estado diminuía seu papel de intervenção na economia⁵⁵. No caso do Norte Fluminense essa região possui condições muito precárias para a manutenção da produtividade da cana-de-açúcar. Vejamos alguns dos problemas enfrentados pelos produtores canavieiros bem como para os industriais que utilizaram essa matéria-prima.

1. DIFICULDADES DO SETOR CANAVIEIRO EM CAMPOS-RJ

Solo e Clima

Em Campos dos Goytacazes⁵⁶, terra que convive há cerca de 400 anos com o plantio da cana e pastagem para o gado (LAMEGO, 1974), as condições edafoclimáticas não favorecem a agricultura. O solo, sobretudo na Baixada Campista, onde se dá a maior

⁵⁵ Apenas citaremos rapidamente, neste trabalho, a situação da zona canavieira nordestina que possui muitos traços semelhantes com a do Norte Fluminense.

⁵⁶ Nesta dissertação, em alguns momentos referencio-me à região Norte Fluminense e em outros somente à Campos dos Goytacazes - município que se destaca dos demais da chamada Região Norte Fluminense (nomenclatura que se deu, sobretudo, em função das características históricas quanto socioeconômicas, políticas, culturais etc, em comum dadas pelas condições da produção de cana-de-açúcar e seus derivados). Na maioria dos casos, entretanto, embora as associações, cooperativas e sindicatos sejam de abrangência regional, preferi restringir-me à Campos pois todas as entrevistas realizadas bem como as visitas de campo foram realizadas em sedes deste município, com atores sociais que aqui vivem, para não generalizações falsas em relação aos demais municípios da região, ainda que estes possuam muitas características em comum.

produção de cana, possui uma elevada salinidade, característica que constitui-se em uma das várias causas do baixo rendimento da cana campista (FERREIRA, 2002: 2008).

E, por sua vez, não há o que se poderia chamar de uma regularidade pluviométrica. Nesta região intercalam-se períodos de cheias e períodos de estiagens. Nos meses do verão, final de dezembro até princípios de março, sobretudo, as “enchentes” inundam a Baixada Campista, trazendo grandes prejuízos aos produtores de cana⁵⁷.

Campos não possui tradição na produção de alimentos diversificados. O PIB do setor agropecuário se concentra em sua maior parte em cana e gado. Em declaração recente, a representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵⁸, destacou que no Estado do Rio de Janeiro como um todo “há um vácuo no que se refere à produção de alimento”, para além da produção de açúcar e gado⁵⁹.

Alguns produtores de cana⁶⁰ relatam que o que se chama por “vocaçãõ”, tanto por parte dos produtores quanto por parte da própria terra para o plantio, não se trata apenas da manutenção de velhos costumes. O produtor Frederico Paes Rangel, presidente da COAGRO, relata que ele mesmo, que possui uma pequena propriedade de terra, após ter concluído seu Bacharelado em Agronomia, tentou diversificar a produção de sua fazenda, plantando coco e abacaxi. Tal empreendimento, entretanto, não obteve sucesso, pois, segundo o produtor, as condições do solo e a falta de regularidade das chuvas não ofereceram condições favoráveis.

Outra questão que envolve também a baixa produtividade da cana em Campos é a falta de investimento na recuperação do solo. Os produtores alegam que, devido às enchentes, os investimentos no solo no que diz respeito à adubação não são seguros, pois as fortes chuvas podem levar a perder as aplicações dos insumos agrícolas, tais como os fertilizantes. Neste caso, há ainda outra variável concernente a toda mercadoria sujeita às variações de mercado: a queda dos preços. O produtor pode investir e não ter retorno devido a uma queda de preço da

⁵⁷ Ver “Quando a chuva prejudica” e “Chuva e Prejuízo na Baixada”, Monitor Campista, respectivamente em 13 e 14 de fevereiro de 2008.

⁵⁸ Declaração realizada por Edna de Cássia Carmélio, representante do MDA, no 32º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Caxambu-MG, 2008.

⁵⁹ O próprio Getúlio Vargas, na época em que era presidente, nos anos 1930, já alertava sobre os efeitos nocivos da dependência do município para com a cana e a necessidade de diversificar a produção de gêneros agrícolas para que sua agricultura não ficasse dependente de um único produto: “Campos precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquiri-lo, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver, também, a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num produto único, melhorando, ao mesmo tempo, os métodos de exploração do solo, não somente quanto à técnica, mas, ainda, quanto à forma” (VARGAS, 1941: 165).

⁶⁰ Em entrevista Luis Eduardo Campos Crespo ex-presidente da ASFLUCAN (Associação dos Plantadores de Cana) e atual presidente do FUNDECAM (Fundo de Desenvolvimento de Campos); Frederico Rangel Paes, Diretor da COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro) e Frederico de Menezes Veiga, presidente da COOPLANTA (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais), todos também produtores de cana.

cana. Embora seja menos produtivo não investir no solo (escolha sub-ótima), ao menos trata-se uma “não-atitude” que oferece menos riscos.

Dessa forma, mesmo considerando que se plantassem outros gêneros agrícolas poderiam obter mais lucro, visto que poderiam encontrar preços mais favoráveis – já que a cana não possui preços muito altos no mercado (pois trata-se de um produto que ganha em escala, como explica o produtor Eduardo Crespo) – muitos produtores afirmam que o plantio de cana, ainda assim, oferece mais garantias.

Defende o representante dos plantadores de cana que tanto a cultura “tradicional” de plantar cana quanto a forma com que tal atividade é executada, permanecem não apenas como resquícios do passado, como uma tradição passada de pai para filho, mas também porque as condições de solo e de clima não favorecem a transição para outros cultivos agrícolas e outras formas de manipulação das lavouras.

Em contrapartida, há uma opinião contrária a esta. Segundo o agrônomo e ex-diretor da Usina São José, atual COAGRO, Demétrio Azeredo, os produtores não investem em melhorias das lavouras de cana, dentre outros motivos, porque a maioria dos produtores rurais canavieiros possui também outras atividades, às quais se dedicam mais em detrimento da produção de canaveira. Ele conta que há casos em que realmente as condições expostas acima afetam as plantações, mas que em outros, entretanto, não se consegue produzir outro gênero agrícola por total falta de dedicação:

Nós temos 3 situações de cultivo no nosso Estado, ou na Região. Nós temos cultivos na área que a gente chama de Baixada; na área dos Tabuleiros e na área de declividade maior que são áreas de morros. São três situações: uma [com terreno] bem plano, outra numa região de condições intermediárias, também com variações de topografia mas em uma altitude menor, e nas áreas mais de morro. Fala-se muito que não dá mais nada que não seja cana, que só cana aguenta seca, só cana aguenta isso, só cana aguenta aquilo. Acontece que existe tecnologia para tudo quanto é coisa. Você não tem mais como ficar plantando para colher 40 toneladas [por hectare]. E sem tecnologia de irrigação, de adubação, sem controle de praga, não cai do céu. Então, se [dizem que] não dá nada, não é bem essa a história. Mas porque a cana dá? Estou falando da maioria desses que não dá nada por nada, o cara planta, espera as dádivas do céu, se vai cair chuva ou não e fica esperando. Qualquer tecnologia, ou melhor, qualquer atividade agrícola tecnicizada produz até em areia, até no deserto. Tem um custo? Tem. Mas depende de como você vai fazer. Então hoje nós temos gente plantando uva em Bom Jesus do Itabapoana [RJ], temos gente plantando uva em Cardoso Moreira [RJ]... Uva! Estou falando uva, tá?! Nós temos área pra plantio de arroz em grandes extensões na Baixada.

Havendo condições possíveis ou não da produção de outros gêneros agrícolas ou até mesmo de um melhoramento na própria produção de cana-de-açúcar, o fato é que as últimas cheias acarretaram muitas perdas e danos ao setor canavieiro campista. A parte mais afetada foi a Baixada Campista, área que comporta a maioria dos pequenos produtores do município de Campos dos Goytacazes. Segundo Luis Marcos, técnico agrônomo da ASFLUCAN, a inundação destas áreas já vinha ocorrendo com mais frequência nos últimos verões, devido a má manutenção⁶¹ da rede de canais de escoamento da água, obras feitas entre o período de 1930 e 19670, inicialmente pela “Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense” e a partir da década de 1940, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

O DNOS foi criado em 04 de julho de 1940, pelo Decreto Lei nº 2.367 para executar obras de saneamento geral e básico, em áreas rurais e urbanas na defesa contra inundações, controle de enchentes, recuperação de áreas para o aproveitamento agrícola ou instalação de indústrias e fábricas, controle da poluição das águas e instalação de sistemas de água e esgoto. Este órgão deveria atuar em todo o Brasil; suas maiores obras, porém, se deram na Baixada Campista, onde os trabalhos já haviam sido iniciados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense que contou com patrocínio dos produtores rurais (de cana principalmente)⁶². As obras do DNOS faziam parte das políticas nacionais de saneamento do primeiro governo Vargas, como podemos observar neste trecho de seu discurso pronunciado em Campos:

Outro empreendimento que interessa fundamentalmente ao progresso de toda esta região é o saneamento da baixada. Retomado com vigor, ele vem restituindo, progressivamente, à economia nacional 17 mil quilômetros quadrados de terras fertilíssimas assoladas pelo impaludismo e onde já mourejam mais de quinhentos mil brasileiros. Se o saneamento da baixada constitui, para o Governo Federal, obra de grande interesse patriótico e

⁶¹ Segundo informações do *Blog* de Fernando Gabeira, o Gabeira.com, “o procurador-geral da República em Campos, Eduardo Santos de Oliveira, disse que a verba de R\$ 40 milhões do governo estadual para limpeza de canais na cidade, bloqueada a seu pedido, será liberada quando a SERLA apresentar documentos que apontem detalhes técnicos das obras”. Cf. “Polícia já investiga Sabotagem em Campos”, postado em 22/12/2008 In: <<http://www.gabeira.com.br>>. Em entrevista realizada dia 25/03/2009 com o superintendente regional na SERLA (atual INEA), Alan Carlos Vieira Vargas, perguntado sobre o motivo de tal bloqueio de verba, este esclareceu que, em primeiro lugar, não eram mais 40 milhões, o MP reduziu para 15 milhões. Disse não saber, entretanto, precisar o motivo da redução uma vez que ele não participou dessa negociação com o Governo Federal; disse apenas que a redução foi devido “a um problema de repasse de verba, de mais de uma fonte. Na realidade eram duas ou 3 fontes, e não poderia ter mais de uma fonte com um mesmo objeto, umas complicações lá que não vale a pena citar porque eu não sei explicar de fato”. Quando foi cumprido o que estava escrito na liminar, o MP liberou a verba, então de 15 milhões, somente para reparos de emergência.

⁶² O obelisco que fica na Av. 15 de Novembro (beira-rio) no início do canal Campos-Macaé é uma homenagem aos industriais sucroalcooleiros de Campos e produtores de cana que teriam criado, por conta própria, uma lei especificamente para este fim. No monumento está escrito: “Lei no. 1.037 de 11 de novembro de 1911. Manda arrecadar a taxa sobre o assucar oferecida pelos usineiros do município de Campos para custear as obras de saneamento e melhoramento da cidade”.

humano, para os fluminenses, representará uma verdadeira revolução econômica” (VARGAS, 1941: 164-65).

As obras do DNOS, que segundo Carneiro (2003: 56) foi o “patrocinador da expansão fundiária na Baixada”, visavam tanto o combate a enorme quantidade de doenças (tifo, febre amarela, malária, entre outras) que afetavam a população e eram relacionadas à presença de pântanos, quanto a valorização fundiária e das atividades agrícolas. A partir de 1970, com o processo de modernização das usinas sucroalcooleiras impulsionado pelos incentivos do PROÁLCOOL, a capacidade produtiva adquirida por estas unidades passou a exigir maiores quantidades de matéria-prima: a cana-de-açúcar. Com isso cresceu a pressão para a prática da irrigação da Baixada Campista onde a maior parte é plantada com cana. Assim, o conjunto de rede de canais montados pelo DNOS para drenar a Baixada, passou a ter também outra função: a irrigação. Isto fez com que emergisse um tipo de conflito que até então não existia: o conflito entre os produtores de cana, e destes com os usineiros que também produziam cana, pela utilização da água.

Voltando aos tempos atuais, no verão de final de 2008 e princípio de 2009 houve a inundação de grande extensão da Baixada Campista. A ocorrência deste fenômeno se deu em função do antigo problema da obstrução, por falta de limpeza, dos canais de drenagem desta região que somou-se a dois eventos inéditos: o grande índice pluviométrico verificado nestes meses e a explosão dos diques de contenção da Lagoa Feia no mês de dezembro de 2008 por conta de um processo liderado pelo Ministério Público e executado pela, então, Superintendência Estadual de Rio e Lagoas (SERLA). Conforme relata Eduardo Crespo, na ocasião, presidindo a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN):

os produtores da Baixada estão completamente prejudicados por causa da enchente que se agravou com a perda de proteção dos diques que fazem parte de um complexo de macrodrenagem que envolve não só os diques da Lagoa Feia, mas todos os diques construídos pelo DNOS, inclusive o dique do Rio Paraíba do Sul, todos os canais, complexos e comportas. Sempre existiu inundação, mas de 2005 para cá passamos a enfrentar o efeito danoso do abandono.

O referido “abandono” dos canais ocorreu a partir da extinção do DNOS. Segundo Alan Carlos Vieira Vargas, superintendente regional do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), ex-SERLA, o Departamento construiu os canais e, depois que foi extinto, o Governo Federal não substituiu-o por outra estrutura de gestão. As obras ficaram, dessa forma, sem um gestor legalmente responsável:

“Desde 1995 quando eu vim para cá [INEA, SERLA na ocasião] acompanhei alguns procedimentos do Estado [do RJ] falando sobre delegação de competências. Quando a União queria o Estado não queria, quando o Estado queria a União não queria. Aí, a partir de 2000, a partir da política de recursos hídricos, a gente passou a ter que cumprir a lei, a ter que estudar a lei e eu me lembro que em 2002 ou 2003, não sei bem, a Prefeitura de Campos, através da secretaria [municipal] de meio ambiente, começou a fazer umas limpezas de canais a pedido de alguns proprietários ou a pedido sei lá de quem, enfim, pediram pra limpar os canais, tinha uns canais fechados. Então, como os canais não são patrimônio da Prefeitura de Campos e ela não tem competência pra agir sobre eles, ela tem que pedir autorização de quem fosse a competência. E não tinha quem era o competente. Sabia que o patrimônio era do Governo Federal, mas não tinha a quem pedir, não era ao IBAMA. Então, a gente fez uma questão com o Estado, tomou uma posição de tentar, na ausência completa de alguém que pudesse licenciar as atividades, ou mesmo autorizar isso, a SERLA avançou e fez uma negociação no sentido de regular aquele tipo de intervenção, com critérios técnicos como ela faria se fosse do domínio dela. E o Ministério Público aceitou. Ruim com a SERLA, pior sem a SERLA. Ruim no sentido da legalidade, mas, pior sem a SERLA.

A Lagoa Feia é a segunda maior lagoa de água doce do Brasil; somam-se a esta um grande número de Rios e Canais existentes no interior do Estado que, segundo Alan Vargas, o próprio nome da região já indica: fluminense é derivado do termo em latim *flumen* que quer dizer rio, correnteza, água corrente. A recuperação de tais obras, devido a sua magnitude, é muito onerosa, e tanto a Prefeitura quanto o Estado do Rio de Janeiro não se disponibilizam a arcar com as despesas sem uma maior contrapartida do Governo Federal, autor das mesmas. Assim, o orçamento, que ainda não foi concluído, para tal recuperação está sendo estimado em 250 (duzentos e cinquenta) milhões e deverá ser pago, majoritariamente, pela União.

Há pressões para esta limpeza de várias partes, sobretudo do setor produtivo rural referentes à pecuária e ao setor canavieiro, representados pelos Sindicato Rural de Campos e pela ASFLUCAN. Conta Alan Vargas que as reivindicações destas entidades é tanto no que diz respeito à limpeza dos canais de modo que possibilite melhor fluxo nas inundações, quanto pelo manejo de comportas, pois estas têm que ser abertas e fechadas de acordo com a situação de maior ou menor vazão d'água nos rios e canais; e também medidas de armazenamento de água, como garantia do fluxo diante da estiagem. O que, segundo o superintendente, na realidade, significa uma demanda por gestão.

De modo a resolver o problema da gestão do complexo de canais - pois a população e os produtores rurais demandavam que se fizesse uma limpeza pois a situação, sobretudo do entorno da Lagoa Feia, estava em estado de calamidade com muitas inundações devido ao não escoamento das águas das chuvas - foi feito um acordo entre o Governo Federal e o Estado do Rio de Janeiro. Neste acordo pretende-se que a União financie as despesas com a recuperação

dos canais e, uma vez recuperados, a gestão passará ao Governo de Estado, prevendo-se a contratação de uma empresa que irá realizar a manutenção em uma parceria público-privada (PPP).

Para Alan Vargas as obras do DNOS trouxeram muitos dos problemas que a região hoje enfrenta:

“Do ponto de vista que a gente observa hoje, acha que o DNOS fez muita coisa errada. Mas certamente à época em que as coisas foram pensadas o cenário era outro, as circunstâncias de observação eram outras. Em momento algum se pensou em um rio como um ecossistema, nem lagoa como ecossistema; a propósito, o objetivo era drenagem. (...) Hoje a gente percebe que os solos estão aí desidratados, a gente tem um período irregular de chuva. Estamos com muita chuva em 2 ou 3 meses do ano e uma estiagem severíssima nos outros 9 ou 10 meses. Então, isso, é consequência de obra do DNOS. Qual a grande macrointervenção que tivemos nos últimos 40 anos? Não houve outra. Então, eu acho, não posso provar, mas acho que salta aos olhos, que o que a gente está enfrentando aí, claro, você tem questões globais, aquecimento global, todo um comportamento climático, não é só da região (...). Mas a região hoje tem áreas que não consegue mais reservar água, e aí, você verifica o seguinte, como se provocou uma desidratação muito grande nos solos, as pessoas correram para as áreas baixas para produzirem onde a área era mais fresca, mais úmida. E aí são aquelas áreas mais perto dos brejos, perto das lagoas, e até mesmo leito de lagoas que se perdeu. O DNOS não existe mais para cuidar disso aí que era um dinheiro grande (...). Então eles [os canais] não conseguem mais dar conta do sistema de drenagem, o povo vai buscar água em lugares mais baixos. Quando chove eu perco e dificulto a reservação de água, e se eu não posso reservar água, vou ficar sem água no período de estiagem. É isto que acontecendo. (...) Nós tivemos enchente em novembro, dezembro e janeiro; a Lagoa Feia já está na cota mínimo-alta para a época, mas nós já estamos tendo que segurar água em marco, já deveríamos ter começado a segurar em final de fevereiro. Então a gente saiu de uma inundação e estamos entrando numa estiagem, escassez. Vai ter que começar a reservar água, a irrigar e tudo o mais. Então, eu acho, não posso defender isso cientificamente, mas eu acho que com o grande impacto que teve na região foi obra do DNOS, hoje a gente sobrevive de dois impactos: das obras e da falta de gestão do patrimônio que está aí.

E, continuando, ao ser perguntando sobre os malefícios que as obras causaram o engenheiro ambiental fala dos dois grandes problemas que a região enfrenta já há algumas décadas, mas que se agravaram nos últimos anos, a saber, as estiagens e as inundações:

Malefícios a gente está vendo aí. Questão de falta d' água e inundação. É uma coisa antagônica, mas é o que acontece. Porque se tem tanta inundação? Porque as pessoas ocuparam as áreas baixas a procura de umidade e áreas melhores para a produção. O conceito de inundação significa: perdas por inundação; você perdeu ou porque [a água] invadiu a sua casa, invadiu o seu curral, ou porque invadiu a sua lavoura ou porque invadiu a sua estrada. Mas

a gente observa, não é a água que está invadindo a área delas [das fazendas], elas que ocuparam indevidamente algumas áreas que são alagáveis. Então, inundou o quê? Aquilo é inundável! Então não está inundando nada... Os malefícios que eu acho são esses sociais que você induziu com essa cultura as pessoas a ocuparem as áreas baixas e hoje você não tem área de preservação de nada. Não, não está inundado, o conceito é que está equivocado.

Com relação as inundações a partir das explosões dos diques referenciadas anteriormente e a polêmica que se gerou em torno deste evento, mais adiante ele comenta:

Do ponto de vista da inundação: os proprietários rurais falaram que foi um desperdício de dinheiro e que não melhorou em nada a inundação e que o que foi feito de explosão de dique foi um fogueteiro, que foi pirotecnia. Eu não fiz esse cálculo ainda, mas me disseram que as áreas que foram inundadas tiveram duas ou três vezes a área da Lagoa de Cima, não é área pequena. O Sofiatti fez uma apresentação lá no Ministério Público dizendo que em 1920, ou em 1930, tem documentos, ele não disse isso ele mostrou documentos de que a Lagoa Feia na quota 5 ela tinha 270 km² de área de espelho d' água. Ora, a SERLA mediu essa área de espelho d' água da Lagoa Feia em 2002 e deu 170 km² e ela estava na quota 4,80, quase 4,90. Bom, como você consegue fazer uma massa d' água ficar na mesma quota de quase 90 anos atrás, porém com a área quase a metade? Então, sob esse ponto de vista, nessa análise preliminar, tem muita área ainda que você pode alagar em torno da Lagoa Feia. Aí volta àquela questão: nós estamos inundando área ocupada ou nós estamos ocupando área inundável?

Se houve ou não a construção de diques ilegais e se tal advento foi direcionado ou não ao benefício de grande produtores rurais e usineiros, o fato é que os produtores alegam que a explosão dos diques desencadeou perdas significativas da produção de cana-de-açúcar⁶³ com o alagamento⁶⁴ de canaviais no entorno da Lagoa Feia, diminuindo o fornecimento de cana para a moagem (safra) de 2009. Segundo a ASFLUCAN, foram afetadas diretamente as propriedades de cerca de 5 mil pequenos produtores de cana⁶⁵, muitos dos quais beneficiados com empréstimos do FUNDECANA, programa do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) que visa incentivar a produção da lavoura canavieira, o qual será abordado no capítulo a seguir.

⁶³ Segundo a ASFLUCAN, os dados quantitativos referentes a perda de matéria-prima e a interferência desta na produção sucroalcooleira regional, só poderão ser avaliados mais precisamente quando forem obtidos os dados referentes a produção da safra 2009/2010.

⁶⁴ Não se pode deixar de mencionar, entretanto, o fato de que o referido alagamento se deu também em consequência de um atípico fenômeno ocorrido no final de 2008. Segundo Alan Vargas, a medição pluviométrica feita por produtores rurais na Baixada Campista indicou que o índice pluviométrico foi de 800mm em uma semana, quando o comum é que chova 150mm por mês.

⁶⁵ Segundo a Associação Fluminense dos Produtores de Cana (ASFLUCAN) Campos possui cerca de 10 mil produtores de cana-de-açúcar.

As ações judiciais tanto por parte dos produtores lesados quanto por parte do MP que acusa alguns produtores de “apropriação de uma área pública” continuam em tramitação e deverão ocorrer muitos desdobramentos do mesmo⁶⁶.

Estrutura Fundiária

Outra questão envolvida na baixa produtividade de cana do município, segundo os entrevistados, diz respeito a uma questão que envolve a configuração da estrutura fundiária da região.

O Norte Fluminense, sobretudo o município de Campos dos Goytacazes, possui uma estrutura fundiária, no que concerne às áreas com cana plantada, diferenciada de outras regiões canavieiras do país. Nessa região, no que se refere a monocultura da cana-açúcar, o que predominam são as pequenas propriedades de agricultores⁶⁷. Devido a fatores históricos de mais de 400 anos de atividade canavieira, conforme citado anteriormente, as terras foram sendo divididas por meio das heranças.

Em 2008, a grande maioria da cana, cerca de 85% do total, que vai para o setor industrial é originária da plantação de pequenos produtores⁶⁸. Tal característica, segundo produtores entrevistados, embora signifique uma situação mais equitativa em termos de distribuição de terras para os fornecedores, dificulta a mecanização das lavouras:

Não se pode mecanizar porque as propriedades são pequenas e as máquinas disponíveis no mercado atualmente são feitas para grandes terrenos. Não compensaria a compra destas por um médio ou pequeno produtor. A saída seria a associação de vários produtores que comprassem em conjunto uma máquina de uso comum⁶⁹.

Dito isto, uma das possíveis resoluções para a compra de máquinas por pequenos produtores de cana em Campos-RJ seria o associativismo. Estes, entretanto, de acordo com as

⁶⁶ Discutir este evento não é, entretanto, objetivo desta pesquisa; embora seja uma temática merecedora de discussão.

⁶⁷ Com relação à *estrutura fundiária referente aos fornecedores de cana*, é importante destacar que o perfil de Campos difere de outras regiões do país devido à sua quantidade de pequenos fornecedores de cana, pois nas demais regiões são mais comuns a existência de grande produtores canavieiros. Isto, porém, não significa dizer que a estrutura fundiária campista é caracterizada pela predominância das pequenas propriedades rurais como um todo. Estudos que evidenciem se há concentração fundiária ou uma distribuição mais equitativa de terra, levando em consideração o município como um todo, não foram desenvolvidos nesta pesquisa.

⁶⁸ Ver tabela com a distribuição dos produtores por estrato, em anexo, no final do texto.

⁶⁹ Luiz Eduardo Campos Crespo, em entrevista dia 19/10/2008.

entrevistas realizadas demonstraram possuir baixo “capital social”, no sentido dado por Robert Putnam (1996).

Essa questão, entretanto, também pode ser contraposta a outra visão que diz respeito a teoria do “modelo de inovação induzida” (HAYAMI & RUTTAN, 1988). Segundo esse modelo as inovações que se dão no campo são induzidas endogenamente como uma resposta dinâmica às mudanças na disponibilidade de recursos em relação às demandas. Seguindo essa lógica, quando a mão-de-obra for muito cara compensa mecanizar, mas do contrário não.

No caso de Campos, a mão-de-obra é mais barata que a compra de máquinas. Mesmo que os produtores e usineiros reclamem que há na região escassez de mão-de-obra para o corte de cana, ainda é mais barato trazê-la de outros Estados, como o interior de Minas Gerais, por exemplo, do que adquirir máquinas.

Esta situação tende a mudar, entretanto, a partir do momento em que houver a proibição definitiva da queima da cana, uma vez que o corte manual de “cana crua” é rejeitado pelos cortadores, o que torna a mão-de-obra mais escassa e, portanto, mais cara.

Das reivindicações

Neste sentido, devido às dificuldades citadas que são enfrentadas pelo setor canavieiro, os produtores de cana de Campos, bem como os industriais que utilizam este produto como matéria prima, reivindicam ajuda do poderes públicos nos níveis Municipal⁷⁰ e Federal.

No nível Federal, seguindo o exemplo da região açucareira nordestina, também em decadência face ao desenvolvimento de São Paulo, os produtores de Campos estão reivindicando ao Governo Federal, por meio da ASFLUCAN, que os investimentos do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) também sejam aplicados à cultura da cana-de-açúcar em Campos e região.

O PEPRO é uma política Federal, com caráter de subsídio, destinada ao produtor rural, sobretudo ao pequeno, e/ou sua cooperativa que visa restituir a diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo (valor mínimo) e o valor com o qual o produto é vendido no mercado. Dessa forma, se houver uma queda nos preços do mercado e estes forem

⁷⁰ No nível Municipal, Prefeitura de Campos dos Goytacazes lançou, em 2007, o FUNDECANA sobre o qual falaremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

inferiores ao valor mínimo tabelado do produto a ser vendido, o produtor cadastrado no PEPRO tem a garantia de que receberá este “prêmio” que irá equalizar tal diferença. Inicialmente, este “prêmio” foi criado para atender ao setor cafeeiro, mas, posteriormente se estendeu para outros gêneros agrícolas, como algodão, soja e milho. E, no Nordeste, os produtores canavieiros pleiteiam a extensão do PEPRO à cultura da cana-de-açúcar.

Os produtores campistas entrevistados acreditam que assim que o projeto for implantado na produção canavieira nordestina, poderá facilitar para que este também se estenda para a região Norte Fluminense, uma vez que esta apresenta condições, no que se refere ao setor agroindustrial sucroalcooleiro, semelhantes àquela.

O representante da Associação Fluminense dos Produtores de Cana acredita que se esta política pública vier a atender aos canavieiros da região, estes terão a garantia do “preço mínimo”, evitando, dessa forma, a ocorrência de prejuízos caso os preços dos derivados de cana sofram uma queda. Assim, a implementação de tal política tenderia a dinamizar o setor canavieiro norte fluminense, uma vez que os produtores, ao terem seus riscos minimizados pelo PEPRO, poderiam investir mais no plantio de cana.

2. INEFICIÊNCIAS DO SETOR CANAVIEIRO CAMPISTA

A partir do que vimos até agora neste capítulo, podemos concluir que a produção canavieira no norte fluminense apresenta uma série de ineficiências. Citarei alguns dados que justificam tal afirmativa.

A produção de álcool do Rio de Janeiro como um todo não chega a atingir 10% da demanda do Estado por este produto. Ao perguntar sobre qual a relação da produção fluminense em relação a produção nacional, o agrônomo, produtor de cana e pesquisador da UFRRJ, Demétrio Ferreira de Azeredo⁷¹, mostrou dados negativos que revelam essa constatação:

A produção do Estado do Rio hoje é na faixa de 0,5% da produção nacional, 0,5% desde cana, açúcar e álcool. Eu não tenho exatamente os números, isso muda. Mas posso dizer o seguinte, que a nível de produção para o próprio Estado, o álcool produzido no Estado do Rio de Janeiro não passa de 8% da

⁷¹ Em entrevista realizada no dia 08 de dezembro de 2008.

demanda do Estado. O álcool produzido no Estado do Rio é inferior a 10% da necessidade do Estado. E o açúcar produzido no Estado do Rio se situa na faixa de 40% ou menos, no máximo 40% da necessidade do próprio Estado, ou seja, aqui chega produto importado mesmo.

Outros números dizem respeito a produtividade tanto no que se refere à quantidade de tonelada de cana produzida por hectare, ou seja 10 mil metros quadrados ($10.000 \text{ m}^2 = 100 \text{ metros} \times 100 \text{ metros}$) de terra plantada, quanto ao que diz respeito à quantidade de sacos de açúcar (que são, geralmente, de 50 quilos) produzidos por cada tonelada de cana, quando comparada a produtividade da região agroindustrial de São Paulo e até mesmo à média nacional.

Enquanto a produtividade nacional de cana por área se dá em torno de 75 toneladas por hectare, a produção da região Norte Fluminense se dá em torno de 45t/ha. A produtividade do Estado de São Paulo corresponde a valores que vão de 80 a 90t/ha (IBGE, 2007). Observe a tabela abaixo:

Tabela I - Tabela comparativa de produtividade da cana-de-açúcar por área (ha) entre alguns municípios do Estado de São Paulo e o Município de Campos dos Goytacazes						
Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio, variação da produção em relação à do ano anterior, participação no total da produção nacional e valor da produção, segundo os principais municípios produtores de cana-de-açúcar – Brasil – 2006						
Principais Unidades da Federação e municípios produtores de cana de açúcar	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Variação da produção em relação ao ano anterior (%)	Participação no total da produção nacional (%)	Valor da produção (1.000 R\$)
Brasil	6 144 286	457 245 516	74 418	8,1	100,0	16 969 188
Morro Agudo-SP	86 602	7 835 267	90 474	0,0	1,7	223 305
Campos dos Goytacazes-RJ	84 781	3 815 145	45 000	(-) 10,9	0,8	80 118
Jaboticabal-SP	40 000	3 600 000	90 000	(-) 3,6	0,8	117 756
Paraguaçu Paulista-SP	50 000	3 500 000	70 000	27,8	0,8	101 815
Batatais-SP	38 500	3 272 500	85 000	3,1	0,7	130 900
Barretos-SP	36 967	3 270 300	88 465	29,9	0,7	173 326
Piracicaba-SP	40 000	3 200 000	80 000	(-) 3,6	0,7	140 800
Olímpia-SP	35 000	3 150 000	90 000	40,0	0,7	166 950
Valparaíso-SP	42 000	3 150 000	75 000	9,2	0,7	102 060
Uberaba-MG	36 000	3 060 000	85 000	61,1	0,7	102 510

Fonte: Levantamento Agrícola Municipal de 2006 (IBGE, 2007).

Na tabela I observa-se que, dos 10 maiores produtores, 8 encontram-se no Estado de São Paulo. Campos dos Goytacazes está no segundo lugar do ranking de quantidade de cana

produzida, mas encontra-se, paradoxalmente, com o menor valor em produção. Nota-se também que o seu rendimento médio de quilogramas por hectare (45.000 quilogramas ou 45 toneladas) encontra-se muito baixo da média nacional (74.418 quilogramas ou aproximadamente 75 toneladas por hectare), ou seja, corresponde a 60% da produção nacional. Evidencia-se também, que as áreas são a mesma entre Morro Agudo (SP) e Campos (RJ) e, entretanto, a quantidade produzida deste último é a metade; ou seja, em uma mesma área o referido Município situado no Estado de São Paulo produz o dobro de cana que é produzida em Campos.

Conta Manuel Pires, entrevistado que já trabalhou em usinas sucroalcooleiras, executando atividades variadas, em quatro Estados diferentes, conforme já citado no capítulo I, falou sobre seu espanto em relação a produtividade de São Paulo ao visitar a lavoura de uma Usina daquele Estado:

Pra você ver, a produção de cana, eu estive em São Paulo uns anos atrás, saí de lá pro canavial, pra ver aquelas máquinas cortando cana e o canavial... a gente vendo os canaviais daqui muito piores... aí o produtor disse assim: “esse canavial aqui nós vamos colher e parar para fazer nova plantação porque esse corte agora está dando em torno de 70 a 80 toneladas por hectare” (...). Aqui [em Campos] a média por hectare das lavouras todas dá 60 (...). Mas essa cana de lá que estou falando é uma cana com cinco cortes. Aqui é um absurdo: uma cana já com cinco cortes dá 30, 40, 50... Quando dá uma seca, aí as caninhas ficam desse tamanho, não tem trato, não tem irrigação, não tem uma adubação bem feita (...).

No que se refere à produtividade de açúcar por tonelada de cana os dados também encontram-se abaixo da produção paulista. São Paulo produz, por hectare, o equivalente a 200 sacos (de 50 quilos) de açúcar, enquanto no Estado do Rio produz-se, em média, 110 sacos de açúcar por hectare. Segundo o entrevistado Demétrio de Azeredo,

Isso significa que, além da alta produtividade agrícola, da excelente qualidade da matéria-prima, a cana, você associa a esse contexto a questão da eficiência industrial. Então você soma campo e indústria, isso gera 200 sacos de açúcar por hectare. Se você confronta isso com o Estado do Rio, não passa de 110 sacos de açúcar por hectare. Ou seja, como é que um empreendimento com 50% de eficiência confrontado com outra região, outro Estado, pode competir? Esse número por si só já é apavorante, no sentido de análise pura e simples.

Quando me referi ao comentário do Diretor da COAGRO de que estava propondo a venda de açúcar com o selo da Cooperativa para o Supermercado recentemente aberto em Campos da Rede Wal-Mart e que, no entanto, estando lá ulteriormente não encontrei açúcar desta Cooperativa, mas de usinas de São Paulo, o entrevistado concluiu:

O que ocorre é o seguinte, essa questão de o Wal-Mart, que é uma empresa de comércio, um supermercado, mesmo com uma fábrica de açúcar aqui, vir a trazer o produto de São Paulo é porque no contexto fica mais barato realmente. Porque tem produtividade... porque imagine, se instala-se aqui um hipermercado não vai comprar açúcar daqui mais caro, só porque está aqui. Então, se você não tem condições de competir, você não tem condições de se estabelecer. E infelizmente a situação hoje aqui é essa: são 110 sacos de açúcar equivalente por hectare contra 200 de São Paulo⁷².

Diante de tais dados não se pode negar que o setor agroindustrial sucroalcooleiro do norte fluminense encontra-se diante de uma situação de ineficiência. As várias causas foram apontados pelos entrevistados, conforme visto anteriormente, sobre os fatores edafoclimáticos da região, a estrutura fundiária e o perfil dos pequenos produtores que dificulta medidas que aumentem a produtividade, tais como mecanização da lavoura e investimentos no solo. Além dessas questões, foram também referenciados fatores sócio-culturais, herdados da época da colonização, como as práticas de exploração exaustiva dos solos, as quais eram destituídas de investimento em insumos bem como de outras técnicas agrícolas visando a recuperação dos mesmos.

Diante de tal situação, vimos também que os produtores reivindicam subsídios. Tanto do município, via Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), conforme veremos no capítulo a seguir, quanto do PEPRO, mencionado no item anterior.

No que se refere a tais subsídios a opinião do pesquisador e também produtor de cana, Demétrio de Azeredo, entretanto, é desfavorável. A seguir reproduz-se um trecho da entrevista no qual este entrevistado se pronuncia a respeito do PEPRO:

Como tabua de salvação pra região eu acho um descalabro. Ela seria importante se estivéssemos na situação do Nordeste. O que eu quero dizer com isso? O Nordeste não tem muita opção. Nas áreas que estão inseridas as lavouras canavieiras não tem indústria, não tem desenvolvimento, não tem nada. Ou é isso ou é nada. Então é uma forma de dar sustentabilidade a produção e ao mesmo tempo manter a população naquelas comunidades, mesmo que mais carente, mas fixada no campo, trabalhando. Agora, chover no molhado com a região Norte Fluminense quando você tem uma economia diversificando e ampliando, com um domínio preponderante da questão do petróleo que vai ditar as normas, as oportunidades de emprego se multiplicando, precisa qualificar o trabalhador para outras áreas, não tem como enfiar dinheiro aqui. Eu sou contrário a essa postura, não vejo isso como benefício nenhum. Até porque existem outros Estados em condições muito mais competitivas e supre o mercado brasileiro em açúcar, álcool e tudo o mais. Então, se tiver condições de ter indústria aqui ou empreendimento que seja auto-sustentável, muito bem, caso contrario vai

⁷² Demétrio de Azeredo, em entrevista realizada dia 08/12/2008.

jogar dinheiro do cidadão em um negocio que não tem jeito. (...) É preciso encarar a coisa com realidade, não dá para tapar o sol com peneira.

Para o entrevistado não é válida a alegação dos produtores rurais campistas de que a situação na região é a mesma do Nordeste e que por este fato também deveria ter direito ao benefício do PEPRO caso o mesmo seja estendido à produção de cana-de-açúcar. Enquanto alguns Municípios daquela região dependem desta agricultura, em Campos dos Goytacazes, a atividade canavieira, apesar de ainda possuir significativa importância, não representa mais a única atividade econômica capaz de impulsionar o desenvolvimento regional do Município. Assim, para ele, o setor agroindustrial sucroalcooleiro norte fluminense

ou é competitivo ou não é competitivo. A região não demanda PEPRO. [A região não precisa] da produção de cana especificamente de pequeno produtor para alavancar a economia. Ela tem que ser alavancada e vai ser alavancada por outras razões. Se não fosse assim não estaríamos tendo nesse momento uma febre de investimento até mesmo de cadeia de supermercado, de lojas de vestuário que não tem nada a ver com economia regional. Ela não está vindo atrás da cana, ela está vindo atrás do desenvolvimento do outro lado⁷³.

Quanto ao que se refere “ao desenvolvimento do outro lado”, o entrevistado se referia à arrecadação dos *royalties* referentes à “produção” de petróleo e gás, na Bacia de Campos, que a região recebe e que consiste na “atividade” hegemônica atual do município de Campos, conforme veremos no capítulo a seguir.

Dentre as saídas apontadas pelos atores da agroindústria sucroalcooleira, expressa-se a seguir a opinião da categoria dos usineiros. Para esses, o problema da baixa produtividade regional encontra-se na estrutura fundiária, isto é, na forma com a qual a propriedade de terra com cana plantada encontra-se distribuída no Município. Apontam como solução a substituição das pequenas propriedades por propriedades maiores de modo que seus donos tenham condições de introduzir maquinário e insumos que aumentem a produtividade da cana. A utilização de máquinas no campo segundo os usineiros, iria também resolver outro dos maiores problemas por eles apontados: a falta de mão-de-obra⁷⁴ no plantio, cultivo e corte de cana.

⁷³ Demétrio de Azeredo, em entrevista dia 08/12/2009.

⁷⁴ Ver tabela, em anexo, no final do texto sobre as principais dificuldades apresentadas por cada seguimento da agroindústria canavieira em campos. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Paulo Honorato, o argumento da falta de mão-de-obra para o trabalho rural de plantio e, principalmente colheita, nos canaviais da região, trata-se na verdade de um pretexto para que os contratantes do serviço possam utilizar mão-de-obra de trabalhadores trazidos, em massa, de outros Estados do Brasil. Segundo ele, esses migrantes, por não conhecerem a região e estarem longe de suas comunidades, ficariam mais suscetíveis a conviverem com os maus

Esta “solução”, entretanto, iria reverter o processo de distribuição de renda. Sendo assim, resolveria o que dizem ser um “problema” com a criação de outro. Outra solução mais plausível, apontada por Roberto Moraes Pessanha, seria a criação, pelos próprios pequenos produtores, de cooperativas ou associações menores, pois o modelo de grande Associação como o caso da ASFLUCAN, que tem cerca de 10 mil associados, ou a COAGRO, com mais de 8 mil cooperados não funciona na prática, uma vez que, em função do grande número de membros, não há meios destas proporcionarem condições técnicas para uma efetiva “cooperação” entre seus componentes.

Ora, se por um lado a grande associação ou a grande cooperativa impressiona e oferece vantagens, enquanto “grupos de pressão”⁷⁵ na hora de reivindicar benefícios para o setor, em termos práticos, nestas há limitações técnicas para os membros cooperarem de fato.

No que se refere à criação de pequenas Cooperativas, entretanto, é necessário saber se há condições reais (em termos de desejo, de capital social, de condições sociais e econômicas) para a implementação destas. Ou, então, se há uma abertura para que o poder público municipal, ou até mesmo estadual, possa atuar de modo a diminuir os custos de transação, isto é, ajudando de modo a juntar aqueles produtores que têm afinidades e interesses de participarem de uma pequena cooperativa ou atuar no sentido de colaborar nas negociações de terra tanto para aqueles que tem interesse em comprar quanto os que tem interesse em vender suas propriedades. Dessa forma, o Estado não estaria atuando apenas como um banco de empréstimos a juros baixos, mas desempenhando um papel visando o desenvolvimento estratégico.

tratos dos empregadores, enquanto os trabalhadores da região sentem-se mais seguros na hora de migrar para outro empregador ou denunciar os maus tratos. Apesar disso, entretanto, são muito freqüentes as denúncias a respeito de alojamentos mantidos por usinas nos quais os trabalhadores, vindos de outros Estados, executam trabalhos em condições consideradas degradantes. As Usinas Santa Cruz, do Grupo J. Pessoa e as Usinas Cupim e Barcelos, do Grupo Othon, já estiveram incluídas na “lista suja” do trabalho degradante do Ministério Público do Trabalho. Cf.: “Grupo José Pessoa é excluído de Pacto contra escravidão” In: < <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1384>> e “Trabalhador é ferido em usina que já fez parte da “lista suja” In: < <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/89>>. Acesso em 31/03/2009.

⁷⁵ Os “grupos de pressão” constituem um subgrupo dentro dos “grupos de interesse”, isto é, aqueles que formam uma organização de tipo associativo em que os seus membros partilham pelo menos um interesse comum (mas não muitos interesses) e que atua em prol desse interesse. Os grupos de pressão visam, assim, pressionar uma qualquer instância do poder político (executivo, legislativo, autarquias locais etc) a alterar as suas políticas num sentido favorável ao grupo ou a mantê-las caso já sejam favoráveis ao interesse do grupo. Neste sentido, as atividades dos grupos de pressão passam sempre pela relação com entidades públicas. O que, por sua vez, não acontece necessariamente com um grupo de interesse, pois esse pode prosseguir o seu interesse de forma completamente à margem do poder político, caso a ação não vise alterar políticas públicas e caso o seu financiamento não dependa, total ou parcialmente, de organismos públicos (PEREIRA, 2000).

CAPÍTULO IV

A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NO SETOR CANAVIEIRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

1. OS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO A PARTIR DE 1997

Em 1974, a Petrobras instalou-se na Bacia de Campos. Embora essa possua o nome Bacia de Campos, seus poços petrolíferos localizam-se na plataforma continental (*offshore*) e a cidade de Macaé, sendo a mais próxima, foi eleita como base de operações das atividades de produção de petróleo e, posteriormente, também gás natural. A partir dos anos de 1970 deu-se início, no norte do Estado do Rio de Janeiro, a um novo ciclo econômico regional baseado nos recursos da exploração do petróleo (PIQUET, 2003).

A instalação de uma empresa com o porte da Petrobras gera muitos encadeamentos, tanto a jusante quanto a montante da produção petrolífera propriamente dita. Nesse sentido, pode trazer uma série de mudanças estruturais ao local onde foi instalada, ou pode também ocorrer o contrário⁷⁶. Como o destaca Rosélia Piquet (2003), uma empresa como esta pode também

⁷⁶ Ainda que mudanças estruturais positivas possam não acontecer, efeitos importantes não esperados (na maioria “perversos”), são quase inevitáveis caso não ocorra uma ação concomitante do governo local. O “favelamento” em Macaé é um caso clássico desse processo de criação de pólos econômicos. Pode haver, entretanto, ações preventivas por parte do governo local, como ocorreu no final dos anos 70 e início da década de 80, do século XX, durante a criação do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Nesse local, a atuação da Prefeitura evitou o que seria uma grande favelização da cidade ao oferecer “lotes” para as pessoas vindas de várias outras cidades do Nordeste atraídas pela construção do referido pólo.

permanecer como mero ‘enclave’ na região em que se localiza. A exploração pode ser tão pouco benéfica para uma economia quanto qualquer produção extrativista, como borracha, minérios, ou diamantes. Venezuela, Angola, Líbia e Iraque, por exemplo, são países que, apesar das riquíssimas reservas naturais, não conseguiram canalizar o dinheiro do petróleo para a criação de riqueza em outros setores da economia (PIQUET, 2003: 224).

A legislação brasileira atualmente considera a localização do poço ao território costeiro afim de definir quais áreas estarão aptas a receberem os *royalties*. Isso foi estabelecido em 1985, quando as produções de óleo, xisto betuminoso e gás extraídos da plataforma continental ficaram também sujeitas ao pagamento de *royalties*, pois antes dessa data os mesmos eram pagos somente à extração feita em terra. A partir de 1985, entretanto, “A Lei 7.453 de 27/12/85, passa a definir como ‘produtores’, os municípios confrontantes com poços em exploração em alto-mar. Como a Bacia de Campos produz cerca de 80% do petróleo brasileiro, a receita dos *royalties* que lhe é destinada é elevada” (PIQUET, 2003: 224).

Os municípios Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra, todos do Estado do Rio de Janeiro, são os que mais recebem *royalties* sobre a produção de petróleo no Brasil. Apresentam um orçamento *per capita* maior que os demais municípios brasileiros que não recebem tal benefício (PIQUET, 2003: 230). Os referidos municípios se uniram com a criação da OMPETRO (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos). Observa-se no quadro a seguir os valores dos *royalties* efetivamente recebidos pelos municípios da OMPETRO em 2008.⁷⁷

⁷⁷ Estima-se que as Rendas Petrolíferas a serem distribuídas em 2009 para os municípios brasileiros terão um decréscimo em função da queda na cotação do petróleo, ocorrida no final de 2008, ocasionada pelo somatório entre: a) a expectativa de uma redução do consumo mundial de combustíveis devido a recessão global e b) ajuste do preço anterior sobrevalorizado (TERRA, 2008). Segundo informações obtidas no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, inaugurado no dia 1º de março de 2009, a previsão é a de que em 2009 haja uma queda de 30% dos *royalties* arrecadados por Campos. Cf. < <http://transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento.php>>. Acesso em: 20 Abr 2009. Tal previsão, obviamente, em se tratando de cálculos elaborados a partir de dados sujeitos às oscilações do mercado poderão vir a sofrer alterações. A rendas petrolíferas recebidas por esse município em 2008 foram em torno de R\$ 1,18 bilhão (um bilhão e cento e oitenta milhões de reais).

Quadro II: Rendas Petrolíferas distribuídas em 2008 para os Municípios Confrontantes com Poços Petrolíferos da Bacia de Campos, no Estado do Rio.			
Municípios OMPETRO	Royalties*	Participação Especial**	Arrecadação Total
	2008	2008	
Armação de Búzios	56.152.666,64	9.135.543,06	65.288.209,70
Cabo Frio	144.061.810,98	56.621.342,20	200.683.153,18
Campos dos Goytacazes	559.005.735,26	621.148.253,38	1.180.153.988,64
Carapebus	33.748.927,55	1.812.799,17	35.561.726,72
Casimiro de Abreu	56.882.713,01	26.546.174,95	83.428.887,96
Macaé	406.961.370,68	98.728.262,54	505.689.633,22
Quissamã	101.086.492,98	50.398.783,91	151.485.276,89
Rio das Ostras	162.045.037,06	179.879.708,95	341.924.746,01
São João da Barra	79.193.445,45	68.398.890,51	147.592.335,96

* Royalties efetivamente distribuídos em 2008; conceito de caixa.

** Pelo conceito de caixa, abrangendo, pois, do quarto trimestre de 2007 ao terceiro trimestre de 2008.

Fonte: TERRA, 2008.

Se o agrupamento dos municípios do que se chamava Região Norte Fluminense se dava em função da produção agroindustrial sucroalcooleira⁷⁸, atualmente a nova classificação pela OMPETRO se dá em função dos municípios produtores de petróleo. Assim, “a definição brasileira de ‘município produtor de petróleo’ introduz um elemento diferenciador entre esses municípios, o que leva a redefinição das alianças locais, quando, então, são excluídos os municípios interioranos da antiga região do açúcar e agregados novos”(PIQUET, 2003: 226).

Para Rosélia Piquet (2003), os municípios que deveriam receber os *royalties* são aqueles diretamente atingidos, o que não é caso de Campos, por exemplo. Neste sentido, Macaé deveria ser a unidade territorial mais propensa a receber a maior parte dos *royalties*, pois, do grupo que compõe a OMPETRO, foi a cidade que mais passou pelas alterações que uma empresa como a Petrobras poderia trazer, como por exemplo, os fenômenos da superpopulação e do crescimento urbano rápido e sem planejamento, entre outros.

Tal argumento ameaça a arrecadação dos *royalties* do petróleo e gás por Campos dos Goytacazes. Outro argumento que também põem em risco o recebimento de *royalties* desse município e que está sendo, inclusive, discutido na Câmara dos Deputados, em Brasília, é o de que o petróleo é um bem público nacional e, portanto, deveria ser redistribuído também para outras regiões do país. Isso explica porque na reunião da Organização dos Municípios

⁷⁸ Os município que compunham a região de governo referida como Norte Fluminense e que possuíam em comum a produção canavieira são: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra

Produtores de Petróleo, realizada no dia 19 de março de 2009, que elegeu Rosinha Garotinho (PMDB) para presidente dessa Organização⁷⁹, um dos compromissos firmados entre os representantes dos municípios da OMPETRO foi o de “unirem forças para manter os benefícios dos *royalties*”.

Vejamos esse trecho abaixo de José Agostinho Leal e Rodrigo Serra, autores que elaboraram uma análise sobre a legislação brasileira que regulamenta a distribuição de *royalties*:

Em um quadro institucional, como o brasileiro, onde os recursos naturais do subsolo pertencem à União, ou seja, quando as jazidas são nacionalizadas, os *royalties* podem ser compreendidos como o fluxo de pagamentos associado ao preço de venda de um bem do patrimônio público (...). Com base nesse entendimento, pode-se classificar o fluxo de pagamentos decorrentes como receita da União, a ser repartida ou não com estados e municípios, por algum critério a ser definido (LEAL & SERRA, 2003: 168).

Podemos notar que as perspectivas de crescimento dos municípios que possuem suas receitas fundamentalmente apoiadas na arrecadação dos *royalties* são muito incertas se não forem pensadas maneiras estratégicas de investimento de tais recursos. Isto ocorre porque, sendo muito frágil a base de sustentação dos municípios que dependem de recursos dessa natureza, se as normas de distribuição dos mesmos forem mudadas, estando ainda dependentes da arrecadação dos *royalties*, terão dificuldades de se adaptar ao decréscimo de seus orçamentos.

Nessas unidades administrativas têm que se pensar, então, qual a melhor forma de investir em áreas estratégicas que promovam o desenvolvimento regional com a diversificação das atividades produtivas e a criação de empregos e renda para as gerações futuras que não irão dispor de tais recursos. Aliás, ao contrário do que se pensa, o principal argumento para recebimento dos *royalties* não seria “indenizar” os locais nos quais a empresa de extração de petróleo se instala pelos impactos causados por um acelerado crescimento dos mesmos. Tal adensamento provocaria, na verdade, um acréscimo na renda do município devido ao aumento de base de arrecadação de impostos, gerando, assim, uma verba que

⁷⁹ Rosinha Garotinho, prefeita de Campos dos Goytacazes a partir de 2009, foi eleita presidente da OMPETRO para o Biênio 2009/2010, em substituição ao antigo presidente, Armando Carneiro, reeleito prefeito do município de Quissamã em 2008.

poderia ser investida em infra-estrutura que minimizassem os impactos negativos dessa dinâmica.

O argumento central que fundamenta a distribuição de *royalties* aos municípios é, antes, o da “justiça intergeracional”, ou seja, “compensá-los [as gerações futuras] de uma trajetória econômica baseada em um “recurso não renovável” (LEAL & SERRA, 2003: 163).

Os recursos dos *royalties* deveriam, então, ser utilizados para promover o desenvolvimento local visando o momento em que este irá acabar, de modo que, com o fim dessa parcela significativa da receita, as próximas gerações não sejam prejudicadas. Nesse sentido, o que justificaria a arrecadação de royalties seria o investimento em áreas de desenvolvimento econômico e em infra-estrutura que lhe desse suporte.

Estudos apontam, entretanto, que estes recursos não têm sido corretamente aplicados. Destaca Renato Soares Coutinho (2008), por exemplo, que a parcela investida em desenvolvimento econômico é umas das menores do orçamento da prefeitura, e, por sua vez, na categoria gastos sociais entram investimentos em cultura e esporte, sendo contabilizados, inclusive, financiamento de “shows” em praias e praças públicas de Campos dos Goytacazes. Sobre esse ponto o Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense, a partir de estudos sobre o orçamento de Campos, destaca que:

Há questionamentos sobre os gastos [do orçamento da prefeitura de Campos dos Goytacazes] que seriam excessivos em dois setores que são considerados como despesas de desenvolvimento social: cultura e esportes. Não se discute os recursos alocados nesses setores, até porque os mesmos são vistos como investimentos e não como gastos. O que tem sido muito questionado é o número excessivo de shows em praças públicas ao longo do ano (em 2003, até 12/12/03, tinha sido autorizado a realização de 703 shows) e os altos valores pagos aos mesmos que são contratados por inexigibilidade de licitação. Nos esportes os questionamentos são semelhantes. Os gastos com as chamadas equipes altamente competitivas ou em esporte de alto rendimento, com contratação de atletas com altos salários para representar a cidade especialmente nas competições de vôlei e basquete, consomem recursos que, segundo investigações, se aproximam de R\$ 500 mil mensais (PESSANHA, 2004: 39).

Por se tratar da aplicação de um “bem público”, deveriam ser criados canais de discussão, que envolvessem setores da sociedade organizada, para pensar estrategicamente meios eficazes de utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo em prol do desenvolvimento socioeconômico da região. Algumas tentativas de participação da população na utilização/gestão de tais recursos já foram, inclusive, realizadas, não obtendo, porém,

resultados positivos: a criação do Plano Estratégico de Campos e do Fórum Permanente de Desenvolvimento se extinguíram antes mesmo que começassem a funcionar de fato.

Destaca Hélio Gomes Filho (2003), que em maio de 1996, a então Escola Técnica Federal de Campos (ETFC)⁸⁰, foi convidada pela Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE) para participar de um plano estratégico voltado para o desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes, que ficou conhecido como PEC⁸¹. Inicialmente, os debates sobre o PEC seriam feitos em reuniões quinzenais na FUNDENOR (Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional). Posteriormente, entretanto, sob o argumento de que havia a necessidade de capacitar um contingente maior de pessoas que participaria do planejamento estratégico da cidade, foi realizada uma oficina, evento a partir do qual o PEC começou a ganhar contornos de um processo de planejamento participativo.

O curso de planejamento estratégico para o desenvolvimento da cidade de Campos foi um evento realizado em novembro daquele mesmo ano, 1996, na ETFCampos. A oficina, um misto de curso de planejamento e *workshop*, intitulado “Planejando o Nosso Desenvolvimento” (GOMES FILHO, 2003), durou 3 dias e contou com a participação de vários setores da sociedade organizada e também com a presença de Anthony William Matheus de Oliveira, mais conhecido como Anthony Garotinho, à época prefeito de Campos recém eleito, e de alguns membros de seu Governo. Conforme conta o ex-diretor e atual professor do Instituto Federal Fluminense (IFF) Roberto Moraes Pessanha⁸²,

A gente fez a oficina no meio das aulas, foi quinta, sexta e sábado, nós separamos umas salas de aula, oficinas em grupos temáticos pra debater, ele [Garotinho] levou os três dias inteiros aqui no CEFET discutindo o Plano Estratégico, já como prefeito eleito pela segunda vez, e o Plano Estratégico toma algum corpo em relação a isso. E aí, o Plano Estratégico tinha um Conselho Executivo que agente conseguiu fazer um acordo político que era nós aqui do CEFET, vamos dizer, com um pé mais próximo do PT, o Governo de Estado, via FENORTE, pelo PSDB e a Prefeitura que era PDT. Ou seja, era um acordo político em nome de pensar a cidade. Garotinho fazia logo questão e dizia, “ó eu não quero que vocês me digam o que eu vou fazer, plano de governo é plano de governo. Mas pensar a cidade pro futuro eu quero estar pensando, a não ser que vocês não queiram”. E nós discutimos isso junto com ele, foi até um momento bom, mas agora Garotinho já estava de olho em voltar para ser Governador. Então, na verdade, tudo que abria

⁸⁰ Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET Campos), em janeiro de 1999 e em Instituto Federal Fluminense (IFF), em dezembro de 2008.

⁸¹ Para um estudo mais detalhado e aprofundado sobre o PEC ver a Dissertação de Hélio Gomes Filho intitulada “A Experiência de Plano Estratégico no Município de Campos dos Goytacazes: um cabra marcado para morrer”. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

⁸² Entrevista realizada no dia 29/01/2009.

espaço para ele... porque na verdade, ali ele entendeu a importância do Planejamento Estratégico... Tanto que o Frank Coelho [Franklin Dias Coelho, professor da UFF] que coordenou as oficinas contratado por nós, quando ele ganha o Governo de Estado chama Frank para fazer o Planejamento Estratégico de todas as Secretarias de Governo do Estado. Ele fica impressionado com a coisa de você pensar as linhas principais de Governo, ter Diagnóstico, ter projetos setoriais, essa coisa de pensar a administração um pouco mais estruturada, ele que sempre foi muito inteligente, com pouco estudo teórico mas uma capacidade muito grande de absorver essas coisas ele fica com uma visão que depois eu acho que ajuda ele no Governo (...).

Quando Garotinho se candidatou às eleições para Governador do Estado do Rio de Janeiro, Arnaldo França Vianna, na ocasião vice-prefeito de Garotinho, assumiu a Prefeitura de Campos e se recusou a participar das discussões do PEC:

Arnaldo não gostava dessa questão de Planejamento Estratégico. E aí, quando Garotinho sai, primeiro que o Arnaldo queria se firmar como nova liderança, (...) ele era um vice que estava subindo e não gostava daquele desenho. Desenho que a gente sentava, discutia, perdia em algumas sugestões, ganhava em outras, ele [Garotinho] sabia lidar com aquela coisa, mas Arnaldo não quis. Aí com as discussões do planejamento estratégico evoluindo, os dados sendo gerados e crescendo na mídia, o Arnaldo começou a ter medo do planejamento estratégico e aquilo foi criando uma coisa que questionava uma série de ações dele. E aí ele começa a querer sair do Planejamento Estratégico. Ele marcava uma reunião com a gente e ia querer receber 5 horas depois (...). E aí acabou o planejamento (...) cada um vai para o seu lado. Arnaldo já recolhe as suas pessoas. A FIRJAN também, nós aqui [ETFC, atual IFF] também. E aí o planejamento estratégico deixa de existir⁸³.

Assim, o PEC, que representava um instrumento de gestão urbana dotado de metodologia que permitia a participação ampla dos setores organizados da sociedade, seja no campo técnico-científico ou mesmo na representação territorial, foi sendo lentamente desativado e, finalmente, interrompido.

Em Gomes Filho (2003), a hipótese central argumentada acerca do motivo de o PEC ter sido extinto, mesmo na época tendo sido reconhecido por seus proponentes como um instrumento voltado para a gestão democrática da cidade, é a de que “o PEC era uma alternativa muito avançada para o patamar de maturidade social atingido pela comunidade campista” (GOMES FILHO, 2003: 12). Ou seja, esse instrumento de gestão urbana que

⁸³ Roberto Moraes Pessanha, em entrevista realizada dia 29/01/2009.

representava um grande avanço para um município e uma região que nunca experimentaram uma proposta de planejamento urbano efetiva, estava além do que a população campista encontrava-se preparada para pôr em prática e dar continuidade.

Decorridos alguns meses após a interrupção do PEC, algumas das pessoas que haviam participado da elaboração desse Plano voltaram a se reunir em torno da idéia de discutir o mesmo plano estratégico que havia sido pensando para a cidade de Campos dos Goytacazes, mas desta vez, voltado para a região norte fluminense. A partir desta iniciativa foi criado o Fórum Permanente de Desenvolvimento, outra tentativa de participação popular na gestão dos recursos públicos que também não teve continuidade.

Lançado em março de 2001, o Fórum contou com representantes da sociedade organizada: FIRJAN, CDL, ACIC, OAB, ONG Cidade 21, FUNDENOR, ANFEA, Fundação Rural de Campos (FRC), Sindicatos de Trabalhadores de Indústrias, Diretores de Instituições de Ensino Superior, Jornal Folha da Manhã, dentre outras. A participação do poder público municipal, entretanto, ao contrário do que havia ocorrido com o PEC, foi restrita:

[o Fórum] conseguiu uma estrutura, uma secretaria executiva, uma coordenação executiva que era técnica e um conselho comunitário da cidade que chegou a ter 70 e poucas instituições, mas só reuniu duas vezes. Que era a idéia que a gente chamava do “Conselhão” das grandes questões que você aplica a todas as entidades. Quando montamos o Fórum, você tem um movimento que parte um pouco da FIRJAN, parte um pouco da [ONG] Cidade 21, algumas entidades – na verdade mais as entidades patronais, com exceção da Cidade [ONG Cidade 21] – ACIC, FIRJAN, Fundação Rural, Sindicato Rural, FUNDENOR, FAMAC etc e os trabalhadores também discutiam uma representação. Como Arnaldo [França Vianna, então prefeito de Campos] tinha boicotado o Planejamento Estratégico, a gente compreendeu que criar um Fórum e chamar a Prefeitura pra participar dele era uma coisa ruim, ia redundar no mesmo problema. Nós entendíamos que [o Fórum] podia ser uma entidade da sociedade civil, do setor produtivo ou de instituições de ensino e pesquisa, que a gente ia fazer o debate com essa ponta e conversar com os governos depois. Então era um organismo da sociedade, mas corria em paralelo com o poder público e sem retorno, ainda mais com Arnaldo (...). Resumindo: a gente decidiu que não ia ter a participação dos governos no Fórum, com assento, mas íamos debater com eles, produzir seminários, debater junto porque a gente entendia que o governo tem ações políticas, ele pode ser orientado pelos debates, pelas sugestões do Fórum ou não (...)⁸⁴.

⁸⁴ Roberto Moraes Pessanha, em entrevista realizada dia 29/01/2009.

Conta, ainda, Moraes Pessanha que no Fórum discutia-se questões sobre o desenvolvimento da região e entre elas, a mais debatida foi a criação de um Fundo de fomento à projetos que visassem melhorias sócio-econômicas, tendo em vista o crescimento da receita dos royalties do petróleo. Este Fundo, inicialmente seria pensado para Campos, mas teria a perspectiva de se expandir para todos os municípios da OMPETRO.

Assim, o Fundo deveria financiar atividades produtivas de investidores locais ou vindos de outras regiões que tivessem interesse em investir no município, visando principalmente médias e pequenas empresas de modo a gerar emprego e renda.

Segundo Moraes Pessanha, no dia do lançamento do Fórum Permanente de Desenvolvimento, o assunto mais debatido pela imprensa foi o de aquele Fórum tinha como principal meta criar um Fundo pra Campos. A idéia, entretanto, da criação de um Fundo que utilizaria os recursos dos *royalties* do petróleo para promover o desenvolvimento estratégico do Município de Campos dos Goytacazes e da região norte fluminense como um todo, e sobre o qual a sociedade organizada iria debater, repercutiu na mídia campista e o prefeito em exercício na ocasião, Arnaldo Vianna, começou a demarcar sua oposição ao projeto e a fazer algumas articulações políticas visando inibir as discussões. Consequentemente, os membros participantes do Fórum que se pretendia permanente, reuniram-se em oficialmente somente uma única vez⁸⁵ e, da mesma forma que havia ocorrido com PEC, foram abandonando suas representações. Segundo Pessanha⁸⁶,

As entidades patronais, a prefeitura chamou e todas elas tinham interesse. O setor agrícola tinha algum interesse no financiamento, então ela começou a dar apoio ao Rio-Cana⁸⁷, que era um projeto estadual, mas que a prefeitura

⁸⁵ Essa única reunião oficial foi a do dia do lançamento do Fórum, 9 de março de 2001, na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Campos-RJ. Reuniões precedentes, entretanto, foram realizadas na sede regional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN-NF) com as representações envolvidas.

⁸⁶ Roberto Moraes Pessanha, em entrevista realizada em abril de 2007 por William Souza Passos - Observatório Sócio-econômico do Norte Fluminense e Núcleo de Desenvolvimento Estratégico do Instituto Federal Fluminense (NEED/IFF). Entrevista concedida ao projeto “As iniciativas para o desenvolvimento econômico de Campos dos Goytacazes a partir dos anos 1990: estudo de caso do FUNDECAM”. Cf. PASSOS, 2007.

⁸⁷ O Programa de Reativação da Agroindústria Sucroalcooleira Fluminense, ou simplesmente Rio-Cana, foi um projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro que teve apoio da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Instituído em 24 de setembro de 2001, pelo Decreto Nº 29.261, tinha por objetivo financiar projetos de investimentos das indústrias sucroalcooleiras e das lavouras canavieiras do Estado do Rio de Janeiro com base em um “Protocolo de Intenções” assinado, no dia 3 de julho de 2001, entre o Estado do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN), o Sindicato Rural de Campos e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool. Dentre os investimentos que este projeto fez encontram-se reparos em canais da Baixada Campista, irrigação de lavouras de cana-de-açúcar, e a criação de uma usina. A Alcana Agroenergética, como foi chamada,

entrou com o financiamento. O setor industrial e o rural fugiram. A CDL [Câmara de Dirigentes Lojistas] tinha algumas demandas de algumas coisas no comércio, a prefeitura foi lá e atendeu umas duas demandas específicas deles e eles também não quiseram mais reunir. A que resistiu talvez mais um pouco foi a ACIC [Associação Comercial e Industrial de Campos]. E aí acabou, não teve uma reunião depois, morreu naturalmente.

Consequentemente, o Fórum Permanente de Desenvolvimento também se desfez e a Prefeitura criou o Fundo de Desenvolvimento de Campos – o FUNDECAM, sobre o qual falaremos no próximo item deste capítulo – adotando parte das diretrizes do Fórum e absorvendo parte de sua liderança, mas o destituindo, porém, completamente da participação da sociedade organizada. Conta, ainda, Roberto Moraes Pessanha que,

Quando lança o desafio do Fundo, como teve um apoio popular muito grande, o que o Arnaldo faz? Ele chama alguns assessores, entre eles o Luiz Mário Concebida, manda preparar um estudo sobre a criação de um Fundo com dinheiro dos royalties, e faz esse fundo, cria uma lei, aprova na Câmara, que ele tinha maioria, a gente tem que lembrar sempre que ele e Garotinho ainda estavam juntos. Eles só se rompem em outubro de 2002 na eleição que Garotinho foi candidato a presidente da República. Isso era 2001, eles ainda estavam juntos. E aí, além de recriar um Fundo sozinho ele dá declarações nos jornais da época (...) dizendo o seguinte, “quem quiser participar do Fundo, bota dinheiro que vai participar”. E cria um Fundo sem representantes da sociedade civil, o Fundo era dele, com o secretário dele e ponto final. Então é assim que acaba nascendo o Fundo [de Desenvolvimento de Campos – FUNDECAM].

Em ambos os casos, tanto em relação ao PEC quanto ao Fórum, houve empecilhos para se levar adiante os projetos de participação da sociedade organizada na gestão dos recursos públicos tanto por parte do poder público municipal, que queria tomar controle total do rico montante dos *royalties* do petróleo, quanto por parte das entidades, que, por mais que inicialmente se mostrassem dispostas a participar, a maior parte delas ainda não estava preparada para levar adiante nem um nem outro.

Diante disto, entretanto, pode-se notar que, por mais que não tenham dado continuidade aos projetos, as entidades patronais, de trabalhadores, as instituições de ensino e pesquisa mostraram uma preocupação em participar e discutir. E, ainda que estivessem presentes tanto no Fórum quanto no PEC como o intuito de discutir seus interesses

está situada na rodovia Campos-Gargaú (distrito de São Francisco do Itabapoana-RJ). Foram investidos R\$ 350 milhões (trezentos e cinquenta milhões de reais) em sua construção, que começou em 2006 – até abril de 2009 as obras não haviam sido concluídas.

particulares, isto é, os interesses próprios de cada grupo, estavam dispostas a fazê-lo publicamente de modo a contribuir para um debate coletivo.

O poder público municipal, por sua vez, não se dispôs a ter a participação da sociedade nas discussões da gestão e aplicação dos recursos dos *royalties* e agiu de modo a inviabilizar ambos os projetos, mostrando, assim, possuir uma configuração mais atrasada do ponto de vista democrático que os demais setores da sociedade.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO FUNDECAM

O FUNDECAM, como é chamado o Fundo de Desenvolvimento de Campos, foi criado pela Lei nº 7084, de 2 de julho de 2001, na gestão do prefeito Arnaldo França Vianna, e está vinculado ao Gabinete do Chefe de Executivo do Município de Campos. Seu objetivo principal consiste em fomentar o desenvolvimento local por meio de financiamento de projetos que gerem empregos e renda.

Este Fundo, cujos recursos provêm majoritariamente dos *royalties* referentes à produção de petróleo e gás, é administrado por um Conselho Gestor que analisa e avalia os projetos. Possui como agente financeiro o Banco do Brasil, que se responsabiliza pelas garantias, formaliza os instrumentos e libera os recursos⁸⁸.

Conforme exposto anteriormente, o FUNDECAM foi criado a partir de reivindicações de várias representações da “sociedade organizada”, e, no início, as discussões envolviam cerca de 70 representantes de vários seguimentos. Mas, aos poucos estas representações foram diminuindo. Em um segundo momento, além da Diretoria do Conselho Gestor, somente aqueles que pudessem contribuir financeiramente para o Fundo poderiam compor a discussão e decidir sobre seu planejamento.

Em 2008, participavam da gestão do FUNDECAM apenas representantes da Assessoria Especial do Prefeito e Secretários Municipais, o que faz com que a nomeação do presidente como a dos demais membros do Conselho Gestor seja feita pelo(a) prefeito(a) e, portanto, seus mandatos correspondem ao mandato dele(a).

⁸⁸ Cf. *Website* do Fundo de Desenvolvimentos de Campos. Disponível em: <<http://www.fundecam.campos.rj.gov.br>>. Acesso em: 02/03/2008.

Com relação aos investimentos do Fundo, segundo José Luis Viana da Cruz (2007), ao final de 2007, o FUNDECAM possuía mais de 60 projetos aprovados e apenas cerca de 10 implantados, sendo que, apenas 07 encontravam-se efetivamente em funcionamento. Desses últimos nem todos encontravam-se em funcionamento regular. Dos 4.740⁸⁹ empregos diretos anunciados como “gerados” na página oficial do Fundo, menos de 500 postos de trabalho haviam sido, até então, efetivamente criados.

Conta ainda Cruz, que ao tentar entrar em contato ou por telefone e/ou por e-mail com as empresas listadas pelo FUNDECAM, constatou-se que:

em mais de 80% delas, que as referências para contato ou não existiam ou se tratava de locais informais, ou seja, não eram escritórios ou sedes de empresas; a quase totalidade dos empresários não queria fazer contato direto, ou conceder entrevistas; não mais do que 05 empresas se colocaram disponíveis para entrevistas; o que leva à hipótese provável de que a grande maioria não é de empresários; o que sugere que grande parte dos projetos parece não ter compromisso com o empreendimento e com a dinamização da economia local, o que poderia caracterizar desperdício de recursos e explicaria o fato de tão poucas empresas, das que já tiveram o projeto aprovados, terem iniciado as obras de instalação ou já terem sido implantadas (CRUZ, 2007: 01).

No *website* do FUNDECAM, no local onde indicava o “mapa industrial de campos” havia uma imagem mal definida indicando apenas “F” nas cores vermelha e verde, sem legenda alguma, um dos traços que indicam a falta de transparência e descaso para com a comunicação à população a respeito das atividades do Fundo⁹⁰.

Ainda com relação ao desempenho do FUNDECAM, se este teria como objetivo principal a dinamização do desenvolvimento regional e a geração de empregos, na prática, os estudos indicam que têm contribuído muito pouco para isto. Como aponta Cruz (2007: 2) “O aspecto mais grave é o fato de que o perfil dos projetos aprovados configura um padrão extremamente frágil de dinamização da economia local, e aponta para a grande probabilidade de a maioria das empresas não ter sustentabilidade, e, em poucos anos, ter que fechar as portas”.

Essa análise foi feita, conforme destacado, com relação ao levantamento feito até 2007. Os dados citados anteriormente causam certa confusão pela maneira com a qual são

⁸⁹ Ver <http://www.fundecam.campos.rj.gov.br/index.php?modulo=site&acao=projetos>. Acesso em 02/03/2008.

⁹⁰ Ver <http://www.fundecam.campos.rj.gov.br/#>, onde indica “Mapa Industrial de Campos. Clique aqui e veja!”. Acesso em 02/03/2008. Ver, também, o referido mapa em anexo ao final desta Dissertação.

divulgados. Trata-se, na verdade, neste caso específico, não necessariamente de desvios de recursos públicos, mas sim, de manipulação de informação a favor de uma boa imagem do Fundo. No que se refere propriamente a geração de empregos, por exemplo, os números fornecidos pelos projetos são divulgados sem serem explicitadas as suas reais condições: tanto as informações dos projetos aprovados já implementados e em funcionamento; projetos aprovados, implementados mas em funcionamento apenas em fase de teste; projetos aprovados mas que ainda estavam por ser implementados e projetos que haviam sido aprovados, implementados, entraram em funcionamento mas que fecharam depois, em todos esses casos, os números dos empregos são apresentados em um único bloco. Ou seja, da forma como eram divulgados os números sobre os empregos e os projetos, questões relativas ao verdadeiro estado destes não ficavam muito claras. E, assim, os números divulgados pelo FUNDECAM, em seu *website* oficial, poderiam atribuir-lhe um sucesso que na prática, em grande parte, ainda só estava na fase inicial dos projetos e eram divulgados de forma pouco esclarecida levando os espectadores a acreditarem que já estavam em funcionamento.

Não obstante essa “falta de transparência” do FUNDECAM para com a divulgação de dados referentes a utilização dos *royalties* do petróleo, as demais críticas retomam as discussões realizadas tanto pelo PEC quanto pelo Fórum, ou seja, a de se pensar meios estratégicos de desenvolver economicamente de forma sustentável, gerando emprego e renda visando o período “pós-royalties”. Com relação a este ponto, o FUNDECAM, entretanto, encontrava-se permeado de equívocos desde a época de seu “nascimento”. Conforme explicita Roberto Moraes Pessanha,

o Fundo nasce com uma série de problemas: primeiro, sem a gestão da sociedade: sem a participação da sociedade na formulação da lei nem das suas prioridades; ele nasce com problema de financiar, embora na lei dele diga que é prioritariamente para pequena empresa, [na realidade] só em casos excepcionais [atende à] pequena empresa. Tanto que o maior investimento que ele tem até hoje é pra COAGRO⁹¹, uma indústria

⁹¹ O financiamento da COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro), pelo FUNDECAM, sobre o qual falaremos no próximo item deste capítulo, teve duas visões distintas. Se por um lado acabou como símbolo do “desvirtuamento” da idéia do FUNDECAM de financiar pequenas empresas devido ao financiamento de uma grande indústria, era também utilizado à época como um discurso que tinha o apelo ao investimento em um empreendimento que envolvia cerca de 10.000 produtores de cana - sem contar suas famílias. Pois, se não seria positivo para a imagem do governo de Arnaldo França Vianna dar empréstimos para um “usineiro”, que era o antigo arrendatário da Usina São José, ainda mais considerando-se que os usineiros na região representam uma categoria à qual a população atribui características pejorativas, mas para uma associação de produtores o empréstimo poderia ser feito. Na época, segundo Roberto Moraes Pessanha, havia indícios de que a usina poderia voltar a funcionar no ano seguinte, com seu antigo arrendatário, contudo, construiu-se um discurso em torno do qual a Usina São José iria declarar regime falimentar e não voltaria a produzir, e o governo Arnaldo Vianna, via FUNDECAM, entrou como o salvador daquela indústria que, caso viesse a falir,

canavieira da Usina São José. Então ele nasce com uma série de equívocos, que estão aí até hoje, nasce com a visão de um Balcão, quer dizer, um Fundo creditício e não com a idéia de um instrumento de orientar a política de desenvolvimento, porque se você orienta a política de desenvolvimento você pode criar cadeias produtivas aonde o dinheiro pode ser importante para um, mas às vezes algum tipo de apoio ou infra-estrutura pode ser mais importante que o dinheiro.

Neste sentido, esse não tinha, até o final do ano de 2008, uma linha de créditos voltada para o financiamento de pequenas e médias empresas; não investia de forma estratégica visando áreas de desenvolvimento em potencial; ao invés disso, funcionava apenas como um banco de empréstimos à projetos “soltos”, como o destaca o referido professor e pesquisador do IFF:

o Arnaldo com a idéia de criar essa coisa solta... [seu] governo tem muito dinheiro porque cresce o orçamento muito rapidamente e aí vai fazendo coisas soltas, pontuais, tendo que agradar as pessoas. Então aquilo não tem uma orientação. Então, na verdade, o Fundo acaba se desvirtuando por completo daquilo que poderia ser uma boa política. Eu não acredito, não vejo com bons olhos, enquanto política pública de desenvolvimento, a oferta pelo Estado, seja ele Federal, Estadual ou Municipal só de créditos, eu não acredito nisso. Crédito o banco dá. (...) Mas a questão não é [emprestar] dinheiro. A questão é como você orienta os planos. Porque tem uns negócios que estão vindo para cá que eu não sei se se sustentam depois. Como são soltos, não tem sustentabilidade econômica.

Dito dessa forma, por não ter agido de modo a ordenar o desenvolvimento da cidade para garantir às gerações futuras meios que pudessem substituir a receita dos royalties quando estes não mais existirem, pois, conforme visto anteriormente disso se trata o principal argumento em defesa do recebimentos de tais recursos; mas, pelo contrário, ter agido como uma espécie de “banco de empréstimos” a juros baratos para a implantação de projetos aleatórios, concluímos que até onde foi avaliado, o FUNDECAM não tem desempenhado corretamente os objetivos difundidos no ato de sua criação.

Destaca-se, por fim, que tais avaliações são referentes à gestão anterior do FUNDECAM. Em 2009 a direção deste Fundo mudou devido a transição de governo para a gestão da prefeitura de Rosinha Garotinho. A nova diretoria do Conselho Gestor tem

prejudicaria não apenas os fornecedores, mas todos os trabalhadores a ela vinculados e também os pequenos empreendedores que viviam do comércio do entorno da usina, na localidade de Goytacazes, distrito de Campos-RJ.

divulgado⁹² que fará algumas mudanças na estrutura do Fundo, como por exemplo, a implementação de uma linha de micro-crédito, destinado a empresas menores, pois, até então só eram financiadas empresas consideradas de grandes investimentos; o financiamento de pesquisas e diagnósticos sobre a região e a criação de mecanismos para projetos estruturais.

No que se refere a gestão do Fundo, que era composta, conforme citado anteriormente, por um Conselho Diretor formado pelo presidente do Fundo, Assessoria da Prefeitura do Município e por demais Secretários Municipais, continuará, entretanto, a mesma, ou seja, sem a participação de representantes da sociedade organizada.

3. INVESTIMENTOS DO FUNDECAM NO SETOR AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO REGIONAL

Não obstante o que foi comentado no item anterior sobre os equívocos dos investimentos do FUNDECAM, os *royalties* pagos pelas empresas que atuam na “Bacia de Campos”, arcados na sua quase totalidade pela Petrobras, vêm desempenhando um papel fundamental no que diz respeito ao impulsionamento do setor agroindustrial sucroalcooleiro e de demais indústrias que utilizam a cana-de-açúcar no Município de Campos dos Goytacazes.

Os incentivos da Petrobras, por meio dos *royalties* do petróleo referentes à participação de Campos, vão desde a promoção de eventos que discutem as propostas para o melhoramento do setor canavieiro, até a aplicação de verbas na compra de equipamentos e investimentos na dinamização da produtividade de indústrias e da lavoura canavieira.

Ressalte-se, além disso, atividades patrocinadas diretamente pela Petrobras, como, por exemplo, o Seminário “Etanol — Do Norte Fluminense ao Mercado Global”, ocorrido no dia 26 de junho de 2007, realizado simultaneamente na cidade de Campos dos Goytacazes e na Capital do Rio de Janeiro, no qual estiveram presentes representantes do setor sucroalcooleiro do Estado, empresas e investidores privados interessados em participar do novo mercado do etanol⁹³.

⁹² Cf. “Fundecam terá financiamento para microempresa”. In: <<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=17830>> Acesso em 14 Abr de 2009.

⁹³ Ver “A Moeda do Futuro”. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/especial/comercial/seminario_etanol07/>. Acesso em: 24 Fev 2008.

Outra forma de incentivo ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, proporcionado pelo advento da atividade petrolífera, consiste no financiamento de projetos que visam melhorar e ampliar as condições da atividade agroindustrial canavieira via Fundo de Desenvolvimento de Campos. Há a presença de projetos tanto voltados para a lavoura canavieira quanto para as indústrias de derivados de cana.

O FUNDECAM, já financiou, por exemplo, algumas políticas destinadas à ampliação da lavoura de cana, como o Programa de Revigoração da Cana-de-Açúcar que atende a produtores de cana, os chamados “fornecedores”⁹⁴. Regulamentado em 2007 pelo Decreto Municipal N° 0376/2007, trata-se de um Programa instituído como linha especial de financiamento do FUNDECAM e é identificado pelo nome de FUNDECANA.

Os recursos destinados a tal programa, advindos do FUNDECAM, são da ordem de 5 (cinco) milhões de reais por ano e deverá ser implementado por um período máximo de 4 (quatro) anos consecutivos⁹⁵. O montante anual dos recursos do Programa FUNDECANA é passado para a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Fluminense LTDA (COOPLANTA) que toma para si toda a sua gestão. A Cooperativa, enquanto operadora única do Programa, fica, então, responsável pela seleção dos fornecedores de cana que irão receber os recursos e pela prestação de contas, parciais e finais, ao FUNDECAM, de todo o montante recebido, e é obrigada a apresentar relatórios bimestrais. Fica a cargo também da Cooperativa fornecer suporte técnico necessário a produção canavieira referente a escolha de áreas, preparação do solo, utilização de insumos agrícolas etc.

Os financiamentos aos produtores de cana são estabelecidos com um limite máximo de 50 (cinquenta) mil reais por fornecedor beneficiado, equivalentes, segundo critérios estabelecidos pelo corpo técnico de produção da COOPLANTA, a 25 (vinte e cinco) hectares de área de ampliação, renovação ou implantação – limites que ficam condicionados a contrapartida que for oferecida pelo produtor. Tais benefícios seguem as seguintes condições: taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária; carência máxima de 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos; prazo máximo de 3 (três) anos para pagamento.

E, por sua vez, a seleção dos fornecedores para receberem o financiamento seguem os seguintes requisitos: que o interessado esteja com seu cadastro de inscrição atualizado como

⁹⁴ Cf. “FUNDECANA pronto para ser lançado”. Disponível em:

<<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=10550>>. Acesso em: 02 Mar 2008.

⁹⁵ Segundo a analista do FUNDECAM, Zélia Kelby, como o projeto teve início efetivamente em 2007, até o final de 2008 a Cooperativa havia recebido um montante de 10 milhões de reais: uma parcela única de 5 milhões referente ao ano de 2007 e mais outra, também de 5 milhões referente ao ano de 2008.

cooperado na COOPLANTA; que o imóvel rural do beneficiado esteja geograficamente totalmente dentro do Município de Campos dos Goytacazes; que o imóvel objeto do financiamento possua características técnicas e agrônomicas vocacionadas para a atividade canavieira (a responsabilidade de tal constatação fica a cargo da Cooperativa); que o produtor rural interessado possua tradição na atividade canavieira, se comprometa a aplicar os recursos conforme previsto em cada projeto e siga as orientações técnicas preconizadas. Todas essas questões e outras são estabelecidas em um plano de trabalho e firmadas mediante contratos assinados entre a diretoria da COOPLANTA e o produtor rural beneficiado.

Como contrapartida o fornecedor que recebe os recursos deverá oferecer garantias que consistem em: penhor da produção correspondente à área beneficiada; fiança para o caso de arrendatários, ou hipoteca a ser imposta aos proprietários e outros bens conforme o risco do projeto.

Segundo Luis Marcos, técnico da ASFLUCAN e da COOPLANTA, por meio da utilização dos recursos do Programa FUNDECANA, foram aprovados e implementados 69 (sessenta e nove) projetos em 2007, com 1.158 hectares de terra plantados com cana e 32 projetos em 2008, com 438 hectares de terra plantada. Os resultados, defende o agrônomo, foram positivos uma vez que atribuiu um aumento de 95.760 toneladas de cana à produção total do município.

Ora, fazendo-se os cálculos, constata-se que esta produção, na qual foram empregados os recursos dos *royalties* do petróleo e gás, via FUNDECAM, são da ordem de aproximadamente 60 (sessenta) toneladas por hectare, ou seja, tal produção encontra-se acima da média do Município (que é de 45t/ha). Continua, entretanto, apesar de todo o suporte que é dado aos produtores, abaixo da média nacional (que é de aproximadamente 75t/ha). Destaca-se, porém, que o Programa teve início em 2007 e até o final de sua implementação poderá alterar esses resultados.

Dentre os projetos que recebem incentivos do FUNDECAM, encontram-se também a criação, dinamização e/ou recuperação de indústrias, dentre as quais, serão destacadas, a seguir, apenas aquelas relacionadas ao setor produtivo de derivados de cana-de-açúcar. Como exemplos, pode-se citar: a HC Sucroquímica, a Policam Campos Biotecnologia LTDA, a Cooperativa Agroindustrial do Rio de Janeiro (COAGRO), o Projeto Álcool Química Canabrava, e a Deneza Agroindústria LTDA, todas situadas dentro dos limites geográficos do Município de Campos dos Goytacazes.

A HC-Sucroquímica, também denominada Agacê Sucroquímica, indústria de solventes, foi inaugurada em agosto de 2006, no parque industrial da Usina Paraíso, no

distrito campista de Tocos. Trata-se da única fábrica no mundo que produz acetona e n-butanol a partir de substratos de cana-de-açúcar. Esses derivados são chamados “solventes verdes” e considerados ecologicamente corretos devido ao fato de serem menos poluentes, quando comparados aos solventes produzidos pela maioria das indústrias químicas que o fazem a partir do petróleo. O n-butanol é aplicado na indústria farmacêutica, na indústria de tintas, *thinners* etc. Estima-se que tenha gerado cerca de 200 empregos diretos e emprega mão-de-obra qualificada pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). Neste empreendimento foram investidos em torno de R\$ 24,27 milhões, dos quais R\$ 13 milhões foram financiados pelo FUNDECAM⁹⁶.

Construída em 2004, a Policam Campos Biotecnologia LTDA foi adquirida pelo Grupo paulista Galvani, de capital nacional⁹⁷. Trata-se da primeira fábrica da América do Sul a produzir a goma xantana a partir da sacarose de cana-de-açúcar. A goma xantana é um biopolissacarídeo bastante utilizado como estabilizante, espessante e emulsificante em indústrias farmacêutica, alimentícia, cosmética, têxtil, dentre outras (FARIA, 2008).

No Brasil, a Petrobras utiliza a goma xantana como fluido de lubrificação das brocas de perfuração e também para recuperação secundária dos poços de petróleo. Este produto é considerado estratégico na indústria de petróleo, uma vez que, atualmente, a que é utilizada no país, sobretudo pela Petrobras, é totalmente vinda do exterior. A goma xantana importada é produzida a partir da glicose do milho⁹⁸, e possui custo de produção superior e viscosidade inferior à obtida a partir da sacarose da cana, desenvolvida no Brasil. Esta empresa foi atraída para Campos devido à proximidade com o maior consumidor individual do produto, ou seja, a Petrobras e seus poços petrolíferos na Bacia de Campos; pelas vantagens oferecidas pela linha de financiamento do FUNDECAM (juros de 6%) e disponibilidade de matéria-prima na região⁹⁹. Em abril de 2009, a Policam encontrava-se funcionando apenas internamente, em fase de teste, com o emprego de 20 (vinte) funcionários.

⁹⁶ Cf. “Campos ganha primeira fábrica de solvente ecológico” e “Fábrica de solventes verdes começa a funcionar”. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=6987>> e <<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=7919>>. Acesso em: 03 Mar 2008.

⁹⁷ Cf. “FUNDECAM prevê investimentos de R\$ 190 milhões”. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=5903>>. Acesso em: 08 Jul 2007.

⁹⁸ Alguns estudos apontam a produção de goma xantana também a partir do soro do leite. Cf. NITSCHKE *et al.*, 2001.

⁹⁹ Cf. “Indústria de goma xantana impressiona prefeito”. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8846>>. Acesso em: 02 Mar 2008. Ver também: “BNDES financia tecnologia nacional para dar apoio à indústria petrolífera”. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/abdi_redesign/publicacao/engine.wsp?tmp.area=244&tmp.texto=786>. Acesso em: 03 Mar 2008.

A Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO) foi inaugurada em junho de 2003 por um grupo de 54 produtores de cana-de-açúcar¹⁰⁰, a partir do arrendamento do parque industrial da Usina São José, localizada no distrito de Goytacazes, por um prazo de quinze anos. Os mentores do projeto que deu origem a Cooperativa, intitulado “COAGRO / FUNDECAM / Usina São José”, eram membros da Diretoria da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN). Segundo Frederico Rangel Paes, hoje presidente da COAGRO, foi um “projeto pioneiro no Brasil”, pois trata-se da primeira Usina Sucroalcooleira administrada por cooperativa de produtores de cana com apoio de um Fundo de Desenvolvimento municipal.

Segundo Frederico Rangel Paes, a criação desta Cooperativa favoreceu os fornecedores de cana, pois se antes esses dependiam que as usinas definissem o preço da cana – uma vez que, após a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) não há mais a regulação desse pelo Estado – hoje são os próprios produtores que negociam o preço da cana, que tem que ser considerado “justo”¹⁰¹.

A COAGRO, em fevereiro de 2008, investiu na automação da última caldeira de um conjunto de três. Uma obra que, segundo noticiado no jornal Folha da Manhã, vai permitir à mesma um aumento de 20% no estoque de biomassa e um aumento de 5% na produção sucroalcooleira, ao mesmo tempo que reduzirá a emissão de fuligem na atmosfera, um dos problemas decorrentes da atividade canavieira que mais afetam a população campista. Com esta possibilidade de estocagem de bagaço, a usina teve uma economia de R\$ 1,5 milhão na compra de eucalipto do Espírito Santo.

A Álcool Química Canabrava, por sua vez, trata-se de uma usina cuja construção começou em 2003 e o projeto, que havia sido paralisado, foi retomado em dezembro de 2008. Está situada em São Diogo, subdistrito de Campos dos Goytacazes, que fica próximo à divisa com o Município de São Francisco do Itabapoana-RJ, localização que irá trazer vantagens do ponto de vista do fornecimento da matéria-prima, pois poderá receber cana tanto das regiões do extremo norte de Campos quanto de São Francisco do Itabapoana – matéria-prima esta que, em sua grande maioria, estava sendo vendida às usinas do Estado do Espírito Santo devido a dificuldade quanto ao transporte que teria que atravessar o Paraíba do Sul e o centro da cidade para trazerem-na para as usinas localizadas ao lado direito do Rio Paraíba do Sul.

¹⁰⁰ Em dezembro de 2008 a COAGRO possuía mais de 8.400 cooperados.

¹⁰¹ Para Rangel Paes, o que é considerado preço “justo” é aquele que a usina pode pagar sem sofrer prejuízos e sem levar vantagens sobre a matéria-prima. Este é calculado com base no preço do saco de 55 Kg de açúcar, do qual são subtraídos os descontos referentes à diferentes taxas de impostos e à taxa de CCT (custeios com o Corte, Colheita e Transporte da cana-de-açúcar).

O projeto da Usina Canabrava foi elaborado visando a produção de álcool combustível, álcool neutro e refinado – estes dois últimos, considerados mais “nobres”, são especificamente voltados para a utilização em indústrias alimentícia e farmacêutica (fabricação de medicamentos). Luiz Mário Concebida, na ocasião presidente do FUNDECAM, declarou que esta unidade industrial deverá começar a produzir em junho de 2009.¹⁰² A previsão, no entanto, é que esta funcione na safra 2009 apenas em fase de teste¹⁰³.

Por fim, o FUNDECAM financiou também a Deneza Agroindústria LTDA, que, do conjunto de empreendimentos no ramo de derivados de cana foi um dos que empregou-se menos recursos devido ao seu perfil voltado para a produção do tipo artesanal. A Deneza consiste em um alambique, ou pequena usina, voltado para a produção de melado de cana, açúcar mascavo e aguardente nas categorias prata, ouro e composta com melado de cana. Foi fundada em 2002 e funciona de acordo com os períodos de safra das usinas da região, empregando diretamente 20 (vinte) funcionários da indústria e 10 (dez) trabalhadores permanentes no campo, isto é, no cultivo e colheita da cana-de-açúcar.

Destacam-se, no quadro a seguir, os valores empreendidos no setor agroindustrial sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes-RJ, originários dos recursos da arrecadação dos *royalties* do petróleo e gás pela Prefeitura deste Município, via Fundo de Desenvolvimento de Campos – FUNDECAM:

Quadro III - Investimentos do FUNDECAM na produção de cana-de-açúcar e de seus derivados – em reais (R\$)						
(valores contabilizados e projetos implantados até abril de 2009)						
	Programa FUNDECANA	HC Sucroquímica	Policam Biotecnologia	COAGRO	Canabrava	Deneza
Projetos	10.000.000,00	12.000.000,00	7.000.000,00	4.782.858,00	3.217.728,00	393.650,80
Aportes	Não houve.	1.000.000,00	Não houve.	4.000.000,00	1.800.000,00	74.440,94
Investimentos Totais	10.000.000,00	13.000.000,00	7.000.000,00	8.782.858,00	5.017.728,00	468.091,74

*Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo FUNDECAM em 08 de abril de 2009.

¹⁰² Em entrevista ao Blog do Paulo Noel, realizada no dia 17 de dezembro de 2008. Cf. “Usina Cana Brava entra em operação em junho de 2009”. In: < <http://paulonoel.blogspot.com/2008/12/usina-cana-brava-entra-em-operao-em.html>> Acesso em 19 de dezembro de 2008.

¹⁰³ Segundo informações da analista do FUNDECAM (entrevistada no dia 08 de abril de 2009), Zélia Kelby, que visitou a Usina no final de 2008.

Os investimentos do FUNDECAM no setor agroindustrial sucroalcooleiro campista, explicitados anteriormente, trouxeram alguns benefícios para o mesmo, mas, diante de uma análise mais atenta tratam-se de poucos diante do volume de recursos dos *royalties* que a Prefeitura arrecada.

Antes dessa observação, porém, outra importante discussão a ser feita é no sentido de avaliar se as rendas originadas com a produção de petróleo e transferidas para a receita do município de Campos-RJ, devem ser ou não ser utilizadas na produção canavieira, pois, conforme visto no capítulo anterior, trata-se de um setor que, apesar de séculos de atividades, ou, paradoxalmente, por isso mesmo, mostra-se ineficiente e com sinais de incapacidade de contornar tal situação – vide o exemplo das várias usinas fechadas nos últimos anos na região e, grande parte das que ainda operam, o fazem endividadas com os fornecedores de cana e com os trabalhadores que lhes prestam serviços¹⁰⁴.

Outra questão, mencionada anteriormente, também paradoxal, advém do fato de que ao mesmo tempo em que a agroindústria canavieira apresenta fortes sinais de decadência, por um lado, ela tem a presença de indústrias de ponta e pioneiras do ramo bioenergético e biotecnológico, por outro.

Dito isso, apesar de toda a ineficiência existente, o problema da baixa produtividade da lavoura canavieira campista precisa ser resolvido, pois a produção de cana-de-açúcar encontra-se amplamente relacionada à outras atividades. Está se investindo, na região, em indústrias de ponta de derivados de cana, mas se não for resolvido o problema da base, isto é, a produção agrícola da matéria-prima que se encontra defasada, poderá desencadear sérios problemas em médio prazo, pois as referidas indústrias que foram atraídas para a região¹⁰⁵ necessitam de cana a preços sustentáveis para se manterem em funcionamento.

Se, por um lado, o investimento em um setor no qual os atores sociais não mudam suas práticas produtivas de modo a aumentar a produtividade, pode ser considerado um desperdício de verba pública, por outro lado, o poder público deve fazer sua parcela para resolver a situação. Não se trata, entretanto, é preciso destacar, de subsidiar eternamente o

¹⁰⁴ Segundo Jaudenes Carvalho Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool houve, nos últimos dois anos, demissões em massa que somaram um total de 10.000 trabalhadores demitidos devido a fechamentos de usinas na região ou crise das mesmas. Somente a Usina Sapucaia demitiu 2.300 empregados no final de 2008 – estes, em março de 2009 estavam há quatro meses sem receber seus salários.

¹⁰⁵ Além das indústrias referenciadas neste capítulo, instalou-se em Campos a Purac Síntese, indústria subsidiária do grupo econômico holandês CSM (conglomerado internacional líder mundial na produção de ácido láctico que atua em 22 países). A Purac utiliza açúcar comprado das usinas da região em seus processos industriais de fabricação do referido ácido. Essa indústria pagava adiantado pelas safras da Usina Barcelos e teve problemas com o fornecimento de açúcar com a crise desta usina no final de 2008.

setor, até mesmo porque, os recursos para isso são de uma fonte instável e finita, isto é, dos *royalties* do petróleo. Investimentos devem ser feitos ou no sentido de melhorar a produção, sendo temporários, ou de infra-estrutura, para que esse depois possa se tornar menos dependente de recursos públicos e venha a se tornar competitivo. Não seria o caso, portanto, de injetar indefinidamente recursos subsidiando uma área que, conforme destacado, não é competitiva.

Destaca-se, por fim, que o objetivo desta pesquisa não consiste em afirmar que o desenvolvimento sócio-econômico do município de Campos dos Goytacazes dependa necessariamente do aprimoramento das atividades produtivas locais da cana-de-açúcar e de seus derivados. As questões referentes ao setor canavieiro estão sendo discutidas de forma priorizada devido ao recorte escolhido nesta dissertação.

CAPÍTULO V DO PETRÓLEO AO ETANOL

Segundo o “Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro”, realizado por técnicos da Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹⁰⁶, as Regiões Serrana e Norte Fluminense apresentam os maiores índices de participação do setor agropecuário na formação do PIB estadual. No Norte Fluminense, destaca-se Campos dos Goytacazes, cujo PIB do setor agropecuário representa cerca de 66,11% do PIB do setor agropecuário da referida região.

No que tange aos gêneros agrícolas cultivados no Estado do Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar é a cultura de maior importância econômica, ocupando a maior área colhida e obtendo maior valor de produção. Na região Norte Fluminense, responsável por 93% da área colhida com cana no Estado do Rio de Janeiro, a produção deste vegetal concentra-se no Município de Campos dos Goytacazes.

Atualmente, embora considerada uma região defasada do ponto de vista do investimento tecnológico e da produtividade de açúcar e álcool e da própria matéria-prima, a cana, em comparação ao Estado de São Paulo, Campos vêm se destacando no que diz respeito à produção de derivados de cana-de-açúcar.

De acordo com o Levantamento da Produção Agrícola Municipal 2006 do IBGE, Campos dos Goytacazes é o município que apresentava maior área colhida com cana no Brasil em 2006. Em relação à quantidade total de cana produzida por municípios, Campos ocupa o segundo lugar, estando em primeiro o município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo (IBGE, 2007).

¹⁰⁶ VEIGA, Carlos Frederico de Menezes *et al.* *Diagnóstico da cadeia produtiva da cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro*: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: FAERJ: SEBRAE/RJ, 2006.

A agroindústria canavieira é a atividade econômica mais antiga do Estado do Rio de Janeiro. De 1970 a 2005 o número de usinas em atividade desse Estado reduziu-se para menos da metade do que existia em 1970, fato que provocou mudanças na economia regional, sobretudo no setor agroindustrial de produção de açúcar e álcool.

Ao final de 2008, o parque industrial sucroalcooleiro do Estado do Rio de Janeiro em funcionamento era constituído por cinco usinas privadas¹⁰⁷, uma usina arrendada por uma Cooperativa de fornecedores de cana denominada Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO) e uma destilaria autônoma, a Agrisa, em Cabo Frio. Os atacadistas são os principais compradores de açúcar e as empresas distribuidoras de derivados de petróleo, os principais agentes compradores de álcool.

Além da produção de açúcar e álcool, no que se refere ao setor produtivos de derivados de cana-de-açúcar, destacam-se em Campos dos Goytacazes também a produção de goma xantana - um biopolissacarídeo utilizado, dentre outras formas, na lubrificação das brocas de perfuração e também na recuperação secundária dos poços de petróleo - e dos chamados “solventes verdes”, pela Policam Biotecnologia e pela HC-Sucroquímica¹⁰⁸, respectivamente, ambas empresas consideradas como primeiras da América Latina no ramo.

1. POTENCIALIDADES DO SETOR CANAVIEIRO NA REGIÃO

Apesar das dificuldades do setor canavieiro em Campos dos Goytacazes mencionadas até agora, sobretudo nos capítulos III e IV, esse município possui algumas potencialidades em relação à referida atividade econômica, que devem ser consideradas, pois, se o Brasil pretende considerar o etanol, a partir de cana, como um produto energético de importância estratégica para o desenvolvimento do país, é importante que esta atividade esteja localizada em vários pólos do território nacional.

A região, devido à sua longa trajetória com experiência em atividades produtivas da cadeia da cana-de-açúcar, já possui algumas estruturas propícias ao desenvolvimento de um pólo produtor de etanol, ainda que, com algumas dificuldades conforme explicitado

¹⁰⁷ Companhia Açucareira Paraíso LTDA, Santa Cruz Açúcar e Álcool LTDA e Usina Sapucaia SA, em Campos dos Goytacazes; Companhia Açucareira Usina Barcelos LTDA, em São João da Barra; Usina Pureza Indústria e Comércio, em São Fidélis. Ver mapa sobre a relação de usinas de 1970 a 2005 em anexo no final do texto.

¹⁰⁸ A HC-Sucroquímica está acoplada a Usina Paraíso e pertence a mesma família: Hayem Coutinho.

anteriormente, e outros atributos com potencial para serem desenvolvidos. Essas “bases”, que serão apresentadas a seguir, se nelas forem investidos recursos de forma planejada e ordenada, podem transformar o norte fluminense em uma região potencialmente apta a atender eficazmente demandas da produção de etanol a partir de cana.

No que se refere à Região Norte Fluminense, da qual costuma-se dizer que tem “vocaçã¹⁰⁹ natural” para a monocultura da cana-de-açúcar, grande parte de sua área agricultável é ocupada com o plantio desta gramínea, que demarca grande presença na história nacional e principalmente na história do Município.

Segundo dados da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN), o setor sucroalcooleiro movimentava cerca de R\$ 300 milhões por ano na região Norte Fluminense¹¹⁰. Esse dado tende a aumentar, uma vez que nos últimos anos tem se investido mais nessa área.

De um modo geral, várias seriam as “vantagens” que Campos-RJ possui em relação à produção de derivados de cana-de-açúcar que encontram-se destacadas a seguir.

A primeira, diz respeito à trajetória do próprio Município, que possui uma experiência de mais de 400 anos no cultivo deste gênero agrícola e na produção de seus derivados. Esse lugar é freqüentemente apontado como terra “vocacionada”¹¹¹, como se fosse “naturalmente” propício à monocultura da cana-de-açúcar. Questão que, se é bastante discutível do ponto de vista das Ciências Sociais, por um lado, visto que o espaço não é senão ele próprio produzido socialmente pelo homem, ela nos diz algo sobre o local a ser estudado. Dessa forma, vale a pena destacar o termo “vocaçã¹¹¹ natural”, mesmo não estando de acordo que um dado espaço social possa possuir tal qualificação para esta ou aquela atividade, para apontar a tamanha identificação desta cultura com a região em destaque.

A segunda “vantagem” de Campos-RJ em relação às demais regiões canavieiras, refere-se à sua localização estratégica para escoamento da produção, ou seja, possui áreas produtoras localizadas próximas a dois Portos: o do Espírito Santo (Tubarão) e o Porto do Açu, esse último, devido ao fato de que ainda encontra-se em construção em São João da

¹⁰⁹ Sobre a “opinião” de que a Região Norte Fluminense teria uma vocação natural para atividades agrícolas, sobretudo a produção monocultora da cana-de-açúcar, consultar Pedro Paulo Barbosa (2003). Esse autor, a partir de conceitos elaborados pelo geógrafo Milton Santos, apresenta uma crítica à visão de muitos autores que “inadvertidamente insistem em chamar de ‘vocaçã¹¹¹ regional’, termo que ‘naturaliza’ os elementos de uma formação sócioespacial, como se o espaço, ele próprio, não fosse produzido pelos homens” (BARBOSA, 2003: 21).

¹¹⁰ Jornal *Folha da Manhã*, Campos-RJ, quarta-feira, 12 de maio de 2004.

¹¹¹ Cf. “*Royalties* para moldar o futuro: Programa usou parte do dinheiro do petróleo para impulsionar a vocaçã¹¹¹ sucroalcooleira da região”. Disponível em:

<http://odia.terra.com.br/especial/comercial/seminario_etanol07/noticia8.asp>. Acesso em: 24 Fev 2008.

Barra-RJ, município vizinho a Campos, representa mais uma “possibilidade” do que uma “vantagem” de fato para a região.

Há, ainda, possibilidades de expansão da atividade canavieira caso seja instalado na Região o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), comentado anteriormente, que visa incentivar o produtor rural dando-lhe um garantia a mais em sua produção.

E, por sua vez, conforme matéria publicada no Jornal Globo *Online*, o Governo do Estado do Rio de Janeiro pretende estimular o crescimento da produção de cana de açúcar, oferecendo crédito rural e investindo em obras que visem a desobstrução dos canais de drenagens para evitar os alagamentos e voltar a plantar 200 mil hectares¹¹² de cana conforme o era nos anos de apogeu da cana que foi a década de 1970¹¹³.

Destacam-se também outros investimentos neste setor como o planejamento “Decisão Rio para 2008-2010” elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a FIRJAN. Segundo este documento os grupos Alcana Agroenergética e Elcana Agroenergética, incentivados pelo aumento da demanda de biocombustíveis, serão investidos primeiramente 300 (trezentos) milhões de reais e posteriormente 180 (cento e oitenta) milhões de reais em atividade referentes ao plantio de cana-de-açúcar e também em projetos industriais voltados para a produção de álcool¹¹⁴ (SILVA NETO *et al.*, 2008).

Obviamente, trata-se aqui, nesta seção, de apenas apontamentos sobre as potencialidades que a região possui em relação a produção de cana-de-açúcar e seus derivados e não propriamente da indicação de que esta encontra-se em uma situação de vantagem em comparação à outras regiões do país que também promovem esta atividade produtiva. Pelo contrário, a economia canavieira de Campos e região apresenta uma série de ineficiências, conforme destacado em capítulos anteriores, que precisam ser superadas caso se almeje que sua produção de etanol, por exemplo, que não chega a suprir 10% da demanda do próprio Estado do Rio de Janeiro, possa atingir patamares que possibilitem falar em exportação.

De todas as medidas mencionadas, a ação prioritária é o investimentos nas lavouras canavieiras de forma a aumentar a oferta de matéria-prima, a cana-de-açúcar, conforme o destaca Hamilton Jorge de Azevedo (2004). Para este autor, no que se refere a dinamização

¹¹² Isso equivaleria a praticamente um aumento de 90% da produção canavieira do Estado do Rio.

¹¹³ Ver declarações do secretário estadual de Agricultura, Christino Áureo na matéria “Governo do Rio quer voltar a apogeu da produção de cana”, In: Jornal *O Globo Online*, 05 de novembro de 2007.

¹¹⁴ Segundo a FIRJAN os investimentos em plantações canavieiras já haviam sido iniciados em 2005 e continuarão até 2009. No segundo semestre de 2009 será dado início a implementação de uma Usina para a produção de álcool a partir de cana-de-açúcar, projeto que está programado para ser concluído em 2011 quando começará então a operar. Cf. www.firjan.org.br/decisionrio.asp. Acesso em 17 de abril de 2008.

do setor sucroalcooleiro campista a “forma mais rápida e racional de fazê-lo seria a implantação de um grande projeto de irrigação, tendo em vista a natural insuficiência e a má distribuição da precipitação pluviométrica da Região Norte Fluminense, apontada como a principal causa da baixa produtividade” (AZEVEDO, 2004: 166).

Feitas essas considerações sobre as potencialidades da produção de derivados de cana-de-açúcar no município de Campos dos Goytacazes-RJ, expõe-se a seguir uma discussão mais ampla sobre a produção canavieira inserida em um cenário global.

2. A CULTURA COMO PARÂMETRO DE “ELEIÇÃO” DOS RISCOS PELA SOCIEDADE

Em ensaio intitulado *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Enviromental Dangers*, Mary Douglas aponta uma discussão sobre o risco que envolve o meio-ambiente nas sociedades ocidentais contemporâneas que adotaram a tecnologia como parâmetro de desenvolvimento. O livro se concentra em identificar como tipos particulares de perigos se destacam em determinadas sociedades, ou seja, como as sociedades selecionam os riscos aos quais destinará maior atenção.

Para a autora, esta questão [a “eleição” de um risco dentre vários por uma sociedade] só é tão complicada porque não podemos conhecer todos os riscos que enfrentamos – isto é, entendendo-se por “risco” a relação entre a probabilidade de um evento ocorrer e a sua consequência caso ele ocorra. Temos que agir, no entanto, como se fosse possível fazê-lo. Alguns perigos podem ser conhecidos, mas outros não: porque ninguém pode estar ciente da maioria dos perigos a maior parte do tempo. Decorre dessa constatação a dificuldade em se calcular, com precisão, o total dos riscos que enfrentamos.

Nesse caso, a pergunta que a autora pretende responder é: se não podemos saber dos riscos que nos rodeiam como podemos, mesmo assim, decidir quais os riscos considerar e quais ignorar? Baseando-se em quais parâmetros uma sociedade poderá dizer quais os riscos irá lograr a primeiro plano e quais serão considerados secundários?

Para Douglas, a atual consideração do que vem a ser o risco tem peculiaridades que poderiam ser agrupadas em três categorias: 1) o desacordo sobre o problema do risco é profundo e generalizado no mundo ocidental; 2) pessoas diferentes se preocupam com riscos diferentes – guerra, poluição, emprego, inflação; 3) o conhecimento e a ação não estão caminhando no mesmo sentido: os programas promovidos para reduzirem os riscos são feitos

sem considerar os danos aos quais pretendem prevenir, e por isso falham. Parece haver nas sociedades, portanto, “desacordos substanciais a respeito do que é arriscado, o quão arriscado é e o que fazer a respeito” (DOUGLAS, 1983:1).

Para a autora, nas sociedades contemporâneas os riscos que as pessoas e o meio ambiente enfrentam advêm da tecnologia. Mas esta questão não pára por aí: assim como o desenvolvimento tecnológico trouxe malefícios, trouxe também benefícios e esses dois encontram-se de tal forma imbricados que dificilmente poderiam ser vistos de forma separada.

No que diz respeito às instituições e às políticas públicas, os riscos poderiam ser ordenados em quatro grupos: 1) medo do estrangeiro; 2) crime; 3) poluição; 4) falha econômica. Em relação a esse ponto, destaca Douglas que as instituições que se preocupam com o futuro não se preocupam igualmente sobre estes quatro tipos de risco. Em sociedades com riscos de ataques externos, por exemplo, os atores sociais, individuais e coletivos, estão menos preocupados com a poluição em seu país.

Assim, considerada a impossibilidade de não poder saber tudo, alguma forma de classificação referente às prioridades precisa ser estabelecida entre os perigos pela sociedade. E esta escala, defende Douglas, que irá definir o que pode ser considerado mais arriscado e o que pode ser menos arriscado, é elaborada de forma política – pois mesmo dispendo de avançadas tecnologias, “não há uma maneira mecânica de produzir um *ranking*” (DOUGLAS, 1983: 3).

A autora aponta, ainda, outro problema que pode surgir: o sucesso na prevenção de um determinado risco pode constituir-se em um problema na medida em que as pessoas podem relaxar a guarda em termos de superação das adversidades. Então, o próximo inesperado perigo poderá surpreendê-las. Ora, ao apostarmos na produção de etanol como uma medida de sucesso para substituir o petróleo, para citarmos um exemplo, não poderíamos estar incorrendo ao risco da fome?¹¹⁵ Ou quem sabe até mesmo não poderíamos estar caminhando para o aumento de um desequilíbrio climático ocasionado pelo avanço das fronteiras agrícolas em detrimentos das florestas nativas?

Mas não seria exatamente disso que se trata a categoria risco, o fato de que eles são imprevisíveis e incontroláveis? Conforme observa Douglas, as gerações futuras poderão, talvez, analisando as escolhas e as ações de seus antepassados, avaliar o que foi bem sucedido em termos de melhorias para a Humanidade (questão esta que, por si só, já é bastante

¹¹⁵ Retornaremos a esta questão na próxima seção mais adiante neste capítulo.

discutível) e o que poderia ter sido feito de outra forma. Mas nós, que estamos aqui, e agora, agimos – porque assim é necessário – sem saber o que irá acontecer ao longo do trajeto que escolhemos tomar.

Quais são os riscos são considerados aceitáveis para quais categorias de pessoas, é outra discussão apontada por Douglas como a “primeira questão política” (DOUGLAS, 1983: 4). A escolha depende de quais alternativas, valores e crenças são consideradas. Não há processos livres de valores para escolhas entre alternativas arriscadas. A escolha do método para decidir o que é o risco é uma decisão política, com uma mensagem sobre quem faz a regra e o que importa. Assim, como não há uma simples concepção correta do risco, ou seja, não há uma concepção mecânica, não há uma forma de fazer com que todos a aceitem.

Para Douglas não há meio de abordar as questões do risco sem considerar seus aspectos sociais e políticos, pois

A percepção do risco é um processo social. (...) Abordando questões de riscos aceitáveis sem considerar seus aspectos sociais, nós poderíamos estar falando dos problemas errados. Os diferentes princípios sociais que guiam o comportamento afetam o julgamento de quais perigos poderiam ser tomados como valor, e a quem seria permitido fazê-lo (DOUGLAS, 1983: 6).

Assim, para a autora, uma determinada sociedade produz sua própria visão a respeito do meio ambiente natural e esta irá influenciar sua escolha no que diz respeito à quais perigos devem ser dados mais atenção. Dessa forma, diferentes características da vida social elegem diferentes respostas ao perigo, pois “cada forma de vida social tem seu próprio *portfolio* de riscos típicos. Valores comuns conduzem a medos comuns (e, por decorrência, a comuns acordos sobre não temer outras coisas)” (DOUGLAS, 1983: 8).

As pessoas elegem os riscos que irão enfrentar, isto é, aqueles que deverão ser colocados em primeiro plano em detrimento de outros, de acordo com sua cultura. “Desde que um indivíduo não possa olhar em todas as direções de uma única vez, a vida social demanda organização por vieses. As pessoas organizam seu universo por meio de vieses sociais” (DOUGLAS, 1983: 9). Dessa forma, alterar a seleção de riscos e a percepção do risco, demandaria uma alteração da própria organização social. E, por sua vez,

Questões sobre aceitáveis níveis de risco podem nunca ser respondidos apenas explicando como a natureza e a tecnologia interagem. O que é necessário ser explicado é com as pessoas concordam em ignorar a maior parte dos perigos em potencial que as cercam e interagem como que concentradas em apenas aspectos selecionados (DOUGLAS, 1983: 9).

Autores com vieses de outras áreas científicas, que não os da referida antropóloga, abordaram questões como essas de forma diferenciada mas que, no entanto, tendem a se aproximar, mostrando que, por caminhos diversos pode-se captar fundamentos importantes. Na linguagem usual da ciência política, no que se refere às implementações de políticas públicas, *policy*, por exemplo, costuma-se falar de “efeitos perversos”. Por essa categoria entendemos aqueles efeitos negativos não esperados que podem advir quando se pratica alguma ação pois,

são tantas as variáveis que podem interferir na implementação de uma determinada política pública, que é impossível prever todos os seus impactos. No entanto, eles sempre existem e podem ser de dois tipos: positivos e/ou perversos. Não há formas de evitar totalmente os efeitos perversos, mas podem-se diminuir os riscos, tentando prever o comportamento provável dos atores que vão ser influenciados pelas políticas propostas e realizando previamente os ajustes necessários (SANTOS JUNIOR *et al.*, 2003).

Assim, na implementação de políticas públicas há de se fazer avaliações para se saber quais os prováveis riscos que podem aparecer e quais podem ser evitados. As decisões a serem tomadas, entretanto, explicitamente ou implicitamente estão condicionadas à uma série de pressupostos, pois, ao se fazer uma avaliação política da situação, os atores utilizam-se de seus valores para se discutir o que será priorizado. Nesse sentido, Marta Arretche explica que

É certo que qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita). Neste sentido, não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra. Nesta perspectiva, qualquer linha de abordagem das políticas públicas supõe, de parte do analista, um conjunto de princípios cuja demonstração é, no limite, impossível, dado que corresponde a opções valorativas pessoais. Neste sentido, o uso adequado dos instrumentos de análise e avaliação são fundamentais para que não se confunda opções pessoais com resultados de pesquisa (ARRETCHE, 1998: 29-30).

Dessa forma, quando se faz uma avaliação política, o que se busca é analisar e explicitar os critérios que fundamentam tal política, “as razões que a tornam preferível a qualquer outra”. Aqui não está em foco os recursos técnicos dos quais os especialistas irão se utilizar – “engenharia institucional”, como chama Arretche – e nem os resultados prováveis, mas os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública.

Com relação à questão do etanol que será discutida na seção a seguir, ao estabelecer a poluição ambiental como prioridade, bem como a possibilidade de exaustão das jazidas petrolíferas, poderíamos estar apostando em uma alternativa, por um lado, e ignorando os riscos que poderiam advir com esta opção, por outro? Discute-se um pouco desta questão adiante, mas sem, no entanto, ter a pretensão de esgotá-la, pois, segundo as teorias sobre risco, os bens e os males em uma situação de risco estão de tal forma imbricados que não os podemos prever de maneira satisfatória.

3. O ETANOL NO SÉCULO XXI

Sugere-se, nesta última seção deste último capítulo uma discussão acerca da indústria do etanol e o quadro atual que se processa em torno de sua produção a partir das considerações da noção de risco de Mary Douglas exposta anteriormente. Tal discussão, de caráter preliminar, se restringirá apenas a apontamentos para uma discussão mais aprofundada que poderá ser feita posteriormente em outro trabalho.

Em um primeiro momento, destaca-se que este combustível despontou como alternativa ao combustível fóssil, visto que, entrara para a “agenda pública”, isto é, foi à discussão pública os males apontados pela emissão de CO₂ na atmosfera bem como o iminente risco de aquecimento global. A aposta no etanol combustível se dá também, pelo fato de o mesmo representar uma fonte de energia de caráter renovável, ao contrário do petróleo e do carvão mineral, para citar alguns exemplos.

Nesse sentido, o que se tem discutido, diz respeito às vantagens do etanol nos seguintes quesitos: do ponto de vista estratégico, oferece vantagens econômicas e políticas visto que se torna mais uma fonte de energia com o controle dentro dos territórios nacionais. E, por sua vez, do ponto de vista ambiental, seria menos prejudicial ao meio ambiente, no que concerne à emissão de gases referentes ao “efeito estufa” do que a maioria dos derivados de petróleo e o carvão mineral (COSTA MATTOS & MATTOS, 2004).

Em contrapartida, em um segundo momento, partindo-se do pressuposto que a produção de etanol adquira grandes proporções no Brasil e em outros países, destaca-se a

seguir alguns dos “efeitos perversos” não esperados que a monocultura da cana-de-açúcar pode vir a produzir.

A referida atividade produtiva é constantemente apontada como causadora de danos sócio-ambientais tais como desgaste do solo; desmatamento de florestas para a expansão da lavoura canavieira; morte de animais e de microrganismos que atuam na fertilidade dos solos devido às queimadas; contaminação de mananciais d’água devido ao lançamento clandestino do chamado “vinhoto” em rios e lagoas; danos ao aparelho respiratório dos seres humanos ocasionados pela emissão dos resíduos da queima da palha da cana, a chamada “fuligem”, na atmosfera; condições de trabalho degradantes¹¹⁶ aos quais são submetidos os trabalhadores diretamente envolvidos com o plantio e a colheita da cana-de-açúcar que, em muitos lugares é a principal fonte de empregabilidade de uma grande parcela da população; entre outros.

Para além das questões referentes à sociedade de risco que a produção de etanol contribui – a possibilidade de emissão de resíduos tóxicos, o chamado “vinhoto”, nos mananciais d’água e sua conseqüente contaminação, só para citar um exemplo – há, ainda, a questão da reflexividade referente à esta atividade.

Até meados dos anos 80, a preocupação para com a preservação do meio-ambiente, embora já fosse uma questão que vinha sendo debatida, não representava uma tendência mundial generalizada. Assim como em diversas áreas, predominava no discurso empresarial agroindustrial sucroalcooleiro uma indiferença com relação à degradação do meio ambiente por parte das atividades decorrentes da produção. Os empresários justificavam que, as precauções com riscos ambientais que gerassem custos adicionais pra o setor prejudicariam a lucratividade da empresa, o que refletiria negativamente na oferta de empregos, no pagamento dos impostos, na qualidade dos produtos destinados aos consumidores (COSTA, 2003).

A partir dos anos 80, entretanto, tal discurso foi encontrando cada vez menos apoio na sociedade. Isto ocorreu porque a percepção do risco inerente a produção de derivados da cana-de-açúcar, veio a público, isto é, passou a circular nos meios públicos de veiculação de informação, discussão e debate. Vários setores da sociedade (ONGs, pastorais, movimentos sociais, conselhos municipais) passaram a demandar políticas regulatórias de proteção ao meio ambiente e teve-se por resultado o aprimoramento da regulação ambiental pelo setor público, fazendo com que os danos ambientais se tornassem um custo direto para os negócios.

¹¹⁶ Ver “O Submundo cana”, reportagem especial de Mário Magalhães e Joel Silva. Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2008. Sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana, Cf. também THOMAZ JUNIOR, 2002.

Esta mudança social, em relação à visão e à prática frente à questão sócio ambiental, advém do fato de que a percepção do risco não se restringe a uma percepção pacífica, por parte dos diversos setores da sociedade, no que concerne ao aumento das latentes perturbações socioambientais. O progresso técnico-científico e os atores sociais que fomentam este processo são criticados e cobrados a apresentarem respostas que visem à amenização, dos problemas socioambientais criados pelo desenvolvimento.

As opiniões favoráveis em torno da justificativa de que as empresas geram benefícios para a sociedade, uma vez que contribuem para o crescimento do emprego e do nível de renda da população local¹¹⁷, contrasta com a moral ecológica que não questiona apenas os aspectos econômicos e tecnológicos que envolvem a produção, mas que se mobilizam em reivindicações políticas por leis de proteção ao meio ambiente, mais fiscalização das várias etapas da produção.

Por último, mas não menos importante, há outro aspecto envolvido na questão da sociedade de risco que permeia a produção de etanol: o risco do fenômeno da fome. Nos últimos anos vem sendo destacada por teóricos de vários países que a próxima catástrofe à qual a humanidade está sujeita será a escassez de alimentos, uma vez que, a produção de gêneros agrícolas destinados à alimentação tem sido preterida em relação ao cultivo de vegetais destinados à produção de combustíveis. Nesse sentido, a próxima crise global não seria energética; mas sim alimentar.

Assim, os investimentos na produção de etanol, uma fonte energética “limpa” e renovável, pode vir a consolidar-se como um problema dependendo da forma com a qual for conduzida, ocasionando problemas ambientais, desempregos, escassez de gêneros agrícolas destinados à alimentação, dentre outros.

No caso de Campos dos Goytacazes-RJ, se este está para participar do mercado de créditos de carbono, por contribuir para diminuir as taxas de poluição ao produzir etanol e “solventes verdes” a partir de cana, por um lado; deixa a desejar no que diz respeito a políticas ambientais e sociais, por outro. Pouco se tem investido, para citar um exemplo, na recuperação do solo, que é considerado semi-árido mesmo estando situado na região Sudeste.

¹¹⁷ Vide o caso de Ribeirão Preto, SP: “Califórnia, não. Texas! É assim que os moradores de Ribeirão Preto se referem à cidade, que, graças ao etanol, vive uma fase de riqueza sem precedentes”. In: Portal Exame *on line*. Quinta-feira, 6 de dezembro de 2007. <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0899/negocios/m0135381.html>>. Acesso em: 03 Dez 2006.

Em termos mais gerais, levando essa discussão ao nível dos Estados Nacionais, se entra para a pauta de discussões da agenda pública dos Governos Federais o investimento de ampla escala em biocombustíveis com o intuito de poluir menos, por um lado, é preciso que se atente para as conseqüências disto em termos ambientais e sociais.

Não se pode ignorar, por sua vez, que tais medidas de incentivo a produção de etanol trata-se muito mais de uma questão de variação de mercado do que uma atitude pró-meio-ambiente propriamente dita. Em outras palavras: investe-se na produção de energia “limpa e renovável” em períodos que o petróleo encontra-se com preços elevados no mercado internacional, e, do ponto de vista estratégico, seria sensato investir em uma fonte alternativa ao petróleo para que as economias nacionais não fiquem tão vulneráveis a esse.

Sendo assim, com base nas idéias de Mary Douglas (1983) sobre risco e cultura, e de Marta Arretche (1998) sobre “avaliações políticas”, pode-se chegar a conclusão de que os incentivos institucionais em relação a produção de uma fonte alternativa, renovável e limpa de combustível, não é fruto apenas de preocupações com o futuro do meio ambiente; antes passa também pelo medo de uma completa escassez de petróleo, ou que o preço deste se eleve ainda mais, ocasionando entraves às economias.

No que se refere aos efeitos perversos não esperados de uma dada política pública, como visto no item anterior deste capítulo, não se pode prever tudo, mas pode-se fazer várias ações afim de saber quais conseqüências podem ocorrer. Assim, retomando a questão da utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo, poderia se fazer uso destes para a criação de um fundo para investimento tanto em pesquisas que tivessem por objetivo prever os possíveis riscos de um aumento da produção de cana-de-açúcar para a produção de etanol, quanto em ações que pudessem mitigar os possíveis problemas ambientais causados por esta atividade. Pois se o principal argumento que justifica o recebimentos dos *royalties* se pauta na preocupação com o que será deixado às gerações futuras, um fundo que financiasse pesquisas que pudessem debater sobre os riscos da produção canavieira e atuar de maneira que pudesse minimizar prováveis impactos negativos também seria uma forma de estar empregando as rendas petrolíferas dentro do critério da “justiça geracional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto ao longo da dissertação sobre as ineficiências do setor agroindustrial sucroalcooleiro, coloca-se uma importante questão a se discutir: investir ou não investir os recursos dos *royalties* no setor canavieiro? Poderia uma “economia nova” investir em uma “velha economia” que, ao longo de seus quase cinco séculos de experiência ainda não aprendeu a desenvolver-se por si só? E se a resposta for a favor do investimento, como fazê-lo?

Encontramo-nos, então, diante de um dilema! Se por um lado há a opinião de que seria desperdício de verba pública sustentar uma atividade econômica que não é competitiva, por outro lado há a defesa de que seria irresponsabilidade abandonar o contingente populacional que ainda depende dela e não atentar também para as outras questões mencionadas anteriormente em relação a produção energética brasileira do ponto de vista estratégico.

Os argumentos contra uma maior intervenção do poder público para estabilizar o setor baseiam-se em fatos concretos. A produção agrícola de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes encontra-se diante de uma série de ineficiências. Um dos principais índices, explicitado no capítulo III, que nos levam a esta conclusão diz respeito à produtividade de cana: enquanto a média nacional consiste na produção de 80 toneladas de cana por hectare, a de Campos é de 45 toneladas por hectare, ou seja, considerando-se a média do Brasil, as lavouras canavieiras campistas possuem uma produtividade que corresponde a aproximadamente 55% da produtividade nacional.

Assim, paradoxalmente, o município de Campos é o segundo maior produtor de cana do país, no que se refere a quantidade de cana produzida – em primeiro lugar está Morro Agudo (SP) – e o que possui a menor rentabilidade nessa atividade.

Da mesma forma, a produção de álcool, não apenas de Campos-RJ, mas de todo o Estado do Rio de Janeiro, não possui um resultado satisfatório: essa não chega a atingir 10% (dez por cento) do que é consumido dentro do próprio Estado. E, por sua vez, parte do açúcar consumido na cidade é comprado de outras regiões.

Dito isto, conclui-se que a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes, e também em todo o Estado do Rio de Janeiro, encontra-se permeada de deficiências e não possui competitividade em relação ao cenário nacional. Isso poderia sustentar o argumento de que a economia canavieira campista precisa tornar-se independente, pois não há mais como ser mantida pelos cofres públicos, a exemplo de outras regiões nas quais a população não conta com outras opções.

Nesse sentido, a economia canavieira de Campos dos Goytacazes teria que passar por uma série de transformações, pois mesmo na época em que era inequivocamente o primeiro município produtor de açúcar e álcool do país, sempre esteve a mercê de investimentos do setor público. Ainda hoje conta com representantes dos produtores de cana e das indústrias sucroalcooleiras nos quadros de liderança política, o que faz com que sempre tenha pequenos (ou grandes) investimentos de uma forma ou outra para se manter a cifras muito baixas comparadas a outras regiões do país.

Apesar dos problemas mencionados, haveria também questões importantes para se pensar em alternativas de reestruturação do setor, onde a participação do poder público seria indispensável.

Em primeiro lugar, a falta de investimento para a recuperação do complexo agro-industrial sucroalcooleiro poderia trazer, em médio prazo, consequências negativas para uma parte considerável da população campista. Isto ocorreria porque, ainda que decadente, se comparado ao seu passado ou a outros estados da federação, a atividade canavieira, devido à sua tradição e trajetória de mais de 400 anos desde que se estabeleceu na região norte fluminense, ainda emprega um grande volume de mão de obra. Somam-se, ainda, aos trabalhadores vinculados ao cultivo e às indústrias de derivados da cana, um conjunto de indivíduos que vivem indiretamente da atividade agroindustrial sucroalcooleira, a saber, pequenos comerciantes no entorno das usinas (padarias, armazéns, bares, farmácias etc.), prestadores de serviço diversos, entre outros.

Em segundo lugar – para além dessas questões envolvendo trabalhadores direta ou indiretamente relacionados a atividade agroindustrial sucroalcooleira – não se pode deixar de lembrar outra questão fundamental, discutida no capítulo IV. Uma das contradições do complexo canavieiro do município é o fato de que este, ao mesmo tempo que possui um setor ineficiente do ponto de vista de sua produtividade agrícola, utilizando-se de práticas defasadas de exploração do solo sem investir em melhorias, e industrial, visto que muitas usinas têm encerrado suas atividades nas últimas décadas, possui também indústrias que utilizam tecnologia pioneira no ramo da produção de derivados de cana. Nesse sentido, há indícios de formação de um embrionário complexo industrial moderno, voltado para o beneficiamento da cana-de-açúcar – atraído pelos *royalties* do petróleo – mas que pode vir a ser abortado, em médio prazo, se não for contornado o problema da escassez de matéria-prima de boa qualidade a preços competitivos.

Por fim, outra possível justificativa para investimentos nesse ramo produtivo em Campos seria sua importância estratégica para o setor energético brasileiro em função da valorização crescente do etanol derivado da cana de açúcar. Sob esse prisma, para garantir maior confiabilidade do setor – frente a probabilidade de riscos de diferentes tipos – seria importante investir nas diversas regiões produtoras. Ressalte-se que não apenas o município campista, mas também as demais zonas canavieiras do Estado do Rio de Janeiro possuem algumas características favoráveis neste campo, conforme mencionado no capítulo V.

Em suma, segundo esse ponto de vista, se atualmente a agroindústria açucareira não pode mais se valer apenas de sua importância na geração de empregos para conseguir subsídios públicos, alegando que uma crise no setor afetaria fortemente toda a região, há ainda, conforme mencionado, um contingente populacional significativo que, direta ou indiretamente, depende da atividade agroindustrial sucroalcooleira. O investimento do poder público poderia, assim, trazer uma série de transformações que pudessem minimizar perdas de postos de trabalho, já que as atividades das agroindústrias da cana geram encadeamentos para frente e para trás – ou seja, por trás de cada lavoura canavieira, usina, destilaria, fábrica de solvente há um conjunto de indivíduos que vivem dos trabalhos gerados em função da existência destas unidades.

Para recuperar o setor seria necessário reconhecer o fracasso de algumas experiências e pensar em alternativas viáveis. Conforme visto no capítulo III, o modelo de grande associação, aparentemente, não têm resolvido grande parte dos problemas dos pequenos produtores, uma vez que, tecnicamente, ficam inviabilizadas práticas realmente efetivas que visem melhorias nas lavouras de cana-de-açúcar. Uma possível opção seria a criação de

associações e/ou cooperativas menores de produtores de cana, mais participativas, nas quais seus membros pudessem discutir sob o ponto de vista de suas reais necessidades. De outra forma, corre-se o risco de que continuem com a baixa produtividade. Resta saber, no entanto, se há condições favoráveis para que isso ocorra (em termos de desejo, de capital social, de condições sociais e econômicas etc.) por parte dos produtores.

Assim, os atores do setor canavieiro apontam para uma necessidade de investimento estratégico no sentido de melhorias estruturais no setor que não pode ser ignorada. Não se trata de o FUNDECAM, ou qualquer outra entidade que utilize verba pública, atuar como um banco de empréstimos, mas intervir em melhorias visando a cadeia produtiva da cana-de-açúcar como um todo. Poder-se-ia atuar, por exemplo, em conjunto com universidades e outros centros de pesquisa, à busca de opções, quer seja no que diz respeito ao melhoramento do solo, para o cultivo da cana; do sistema de escoamento de água da Baixada Campista; incentivar empresas estratégicas que auxiliem a cadeia da cana; promover treinamento dos pequenos produtores para a formação de pequenas Cooperativas/Associações de modo que cooperem para melhorias para sua atividade no campo, entre outras.

Alguns investimentos, mencionados no capítulo IV, têm sido feitos; mas, diante do montante de recursos dos *royalties* que o município de Campos arrecada estes podem ser considerados pequenos.

Frente às questões como as expostas anteriormente – financiar ou não financiar o setor agroindustrial sucroalcooleiro com os recursos dos *royalties* e qual o modo mais eficiente de fazê-lo – não acreditamos que seja possível obter soluções baseadas somente em pressupostos técnicos. Devido ao seu grau de complexidade e à grande probabilidade dos efeitos não esperados das políticas públicas que não levam em conta os diferentes interesses, parece que o caminho menos espinhoso seria a construção de políticas discutidas em fóruns de debates em que todos os segmentos envolvidos possam negociar opções para lidar com esses dilemas. Assim, nessas esferas, os diversos atores poderiam, exigindo alguns interesses e abrindo mão de outros, pactuar possíveis soluções.

E, para que isso ocorra, o poder público municipal teria que ceder. E, assim o faria não devido a um aspecto de benevolência, mas porque há a necessidade de negociações entre o poder público e a sociedade.

Conforme exposto ao longo da dissertação, os atores sociais mais diretamente vinculados ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro apresentam especificidades que os diferenciam de outros contextos, ainda que possam ser detectadas também algumas características comuns a quase todas as regiões do país. Em relação a essa última observação,

vale lembrar que, formalmente, todas as categorias possuem atores institucionais voltados para a defesa dos seus respectivos interesses corporativos – excetuando-se os “bóias-frias” devido, em parte, a sua informalidade¹¹⁸.

Como se pode inferir das análises anteriores, o dinamismo, as formas de atuação e a maior ou menor legitimidade de cada uma dessas agências – que pleiteiam falar em nome de seus representados – apresentam diferenças importantes.

O Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (SINDAAF) que representaria diretamente os proprietários de Usinas hoje existe apenas formalmente, uma vez que o fechamento da maioria destas unidades produtivas nas últimas décadas inviabilizou o mesmo. Isso não significa que os poucos usineiros existentes fiquem sem espaços de atuação. Eles podem se afiliar a outras entidades congêneres para defenderem seus interesses ou mesmo participarem diretamente de diversos fóruns (Conselhos, Fundos, Congressos etc.). Entre essas instituições acolhedoras poder-se-ia citar a Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes (ACIC), o Sindicato Rural de Campos (SRC), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN/NF) e a própria Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN), na medida em que em alguns casos os usineiros são, também, concomitantemente, plantadores de cana.

A Associação Fluminense dos Plantadores de Cana possui mais de dez mil associados, em sua maioria pequenos proprietários, sendo a agência de maior dinamismo, com poder de pressão tanto sobre os usineiros como sobre o poder público e com facilidades de exposição à mídia local, em virtude da importância dessa lavoura para a região. Os principais constrangimentos são advindos das dificuldades de coordenação e de mobilização dos seus associados em decorrência do grande número dos mesmos e da segmentação social da categoria. Esses constrangimentos são potencializados, especialmente, em torno de agendas que envolvam incorporação de novas tecnologias ou transformações nas formas de produção.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool do Norte Fluminense na fase áurea dos anos 80 do século passado teve grande prestígio institucional e capacidade de negociação seja com os usineiros, seja com o poder público municipal e estadual. Hoje o sindicato possui um número bastante reduzido de membros, e este número vem caindo de forma constante durante as duas últimas décadas. A crise crônica dos últimos anos fragilizou o sindicato, que priorizou uma estratégia defensiva de buscar minimizar

¹¹⁸ Por se tratar de trabalhadores autônomos e irregulares, a mobilização entre estes se torna mais difícil, ainda que os mesmos também possuam interesses corporativos e os expressem em algumas ocasiões, como, por exemplo, nas manifestações contra a precariedade das condições de trabalho nos canaviais campistas.

ganhos já adquiridos e defender as iniciativas que acenem com a recuperação das atividades. Em suma, a prioridade hoje não é uma disputa entre trabalhadores e patrões em busca de aumentar os ganhos do fator trabalho, mas antes uma aliança para buscar junto à Prefeitura e demais esferas de governo, políticas capazes de reverter a atual situação.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, apesar de ter sido o mais antigo sindicato de trabalhadores rurais do Brasil, criado em 1938, enfrenta atualmente o mesmo dilema do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool do Norte Fluminense e adota estratégia similar. Representa cerca de quinze mil trabalhadores rurais, dos quais cerca de 2/3 se dedicam apenas a lavoura da cana-de-açúcar, sendo que o maior receio de seus membros é perder o emprego permanente e caírem no trabalho temporário dos “bóias-frias”.

No que diz respeito ao Estado *lato sensu* – como se viu ao longo do trabalho – há a participação de entidades dos três níveis de governo na lavoura e indústria vinculadas à cana-de-açúcar. A importância tanto de cada uma das esferas de governo, como das diversas agências públicas diretamente envolvidas nessas atividades varia de acordo com os diferentes períodos históricos e conjunturas políticas. O setor público estrategicamente mais importante, no entanto, é a Prefeitura de Campos, em virtude de sua receita proveniente dos *royalties* do petróleo e gás.

Como se trata de um ator extremamente importante vale a pena ressaltar algumas de suas características discutidas anteriormente. Em primeiro lugar a sua forte “autonomia relativa” em relação aos atores sociais, não se deve a um equilíbrio de força entre os mesmos, como descreve Marx em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, nem tampouco da existência de várias frações das classes dominantes sem um projeto hegemônico como defende Boris Fausto no seu conhecido trabalho sobre a “Revolução de 1930”, mas sim pela Prefeitura possuir uma forte receita que independe, em última instância, inclusive, do desempenho da economia local.

Ressalte-se, que mesmo autores como Claus Offe (1984) que não aceitam a universalização da tese marxista de estado classista, reconhece que a “opção preferencial” do mesmo em relação aos empresários ocorre em virtude de possuírem fortes interfaces de interesses, pois um fracasso econômico acarretaria inevitavelmente uma forte perda de arrecadação de taxas e impostos.

A situação de Campos apresenta, em tese, uma conjuntura rara em uma economia de mercado na qual seria possível uma grande “autonomia relativa” do sistema político frente ao setor empresarial, mesmo que na prática nenhum dos governos da era dos *royalties* tenha se

diferenciado de governos anteriores a este período no que se refere ao setor produtivo, ou seja, representantes da elite empresarial sempre tiveram posição de destaque no secretariado da Prefeitura.

Utiliza-se sempre o termo “autonomia relativa” pois parte-se do pressuposto de que nem mesmo na chamada Era dos “reis absolutistas”, os dirigentes políticos possuíam uma tal autonomia que não tivessem a obrigação de fazer algumas concessões aos seus súditos.

Isso é ainda mais “relativo” na chamada democracia moderna, não apenas devido a presença de uma série de instituições democráticas, mas também pelo próprio fato de que um governo necessita da “sociedade” para existir – sobretudo nessas formas políticas nas quais o corpo burocrático encontra-se de tal forma desenvolvido que o poder político demanda amplas articulações com a sociedade para preencher seus quadros administrativos.

De outro modo, a autonomia do poder público municipal também necessita ser relativizada aqui, pois esse depende não apenas do sufrágio, mas da legitimação da sociedade para se eleger e se manter no poder. Há, nesse sentido, uma “obrigação não obrigatória” de fazer concessões também à “sociedade” como um todo. Daí serem inúmeros os investimentos nas chamadas áreas de cultura e esporte, traduzidos em realizações de festas, shows em praças públicas, implantação de “programas sociais” diversificados etc.

Realizadas as ressalvas anteriores sobre “autonomia relativa” pode-se dizer que em Campos – devido às idiossincrasias decorrentes dos *royalties* do petróleo e gás – há teoricamente uma inversão da tese marxista de Estado, pois aqui seria possível ao “político” determinar ou influenciar fortemente no comportamento “econômico”. Nesse sentido, poder-se-ia supor que controlar a Prefeitura de Campos permitira, a princípio, aos detentores do poder uma grande autonomia para realizar mudanças, inclusive influir decididamente no ritmo de modernização econômica *lato sensu*.

As últimas administrações têm mostrado uma postura menos aberta que os representantes empresariais. O trabalho mostra que agentes econômicos de peso como a ACIC e a FIRJAN se mostraram dispostos a participar de um acordo policlassista de gestão sobre o uso dos *royalties*, por meio da formalização de um fórum neo-corporativo onde se pactuariam os interesses (econômicos e normativos) dos diversos representantes da sociedade organizada. Essa iniciativa, oriunda de setores médios interessados em um crescimento auto-sustentável da cidade foi abortado por pressão do poder municipal que optou pela negociação “*tête-a-tête*” com os principais atores, nos bastidores do poder. Ressalte-se, inclusive, que representantes empresariais foram reservadamente advertidos que o apoio a formação do

citado fórum público (aberto aos vários interesses e transparente para mídia e a população) poderia resultar na suspensão ou retardamento de vários programas de seus interesses.

E, por sua vez, os inúmeros processos em andamento e pedidos de prisões temporárias de representantes de dirigentes e funcionários dos poderes municipais nas últimas administrações, por exemplo, são uma indicação do pouco cuidado com o erário público.

Feitas essas observações, há de se notar que a Prefeitura de Campos dos Goytacazes, dada a concentração da gestão dos recursos dos *royalties*, possui certas vantagens em suas ações comuns a poucos municípios brasileiros. Nesse sentido, quando aponta-se que a realização de um fórum, ou outra instância equivalente, no qual os diversos atores sociais pudessem negociar seus interesses coletivamente, seria a solução mais plausível, não está se afirmando que esta seja a opção mais viável. Pelo contrário, o comportamento das classes políticas nos últimos anos indicam que, ao menos enquanto permanecerem as arrecadações das altas receitas do *royalties*, esta conjuntura, na qual os ditos recursos encontram-se sob controle dos gestores do poder público municipal e seus assessores, tende a permanecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antonio Izaías da Costa. *Municípios e Toponômios Fluminenses: histórico e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C.; NICOL, Robert. *Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.
- ANDRADE, Ana Luiza. “Açúcar: poeira, pólvora e poesia”. In: *Estudo de Literatura Brasileira Contemporânea*. Nº 21. Brasília, janeiro/junho de 2003. pp. 9-31.
- ARANHA, Paulo P. A. *Legislação Agroindustrial Canavieira*. São Paulo: Edipro, 1983.
- ARRETCHE, Marta. “Tendências no estudo sobre avaliação”. In: Elizabeth Melo Rico (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- AZEVEDO, S.; GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. “Ação coletiva, participação e políticas regulatórias: caso do orçamento participativo em Belo Horizonte”. *Caderno Crh*, Salvador, v. 35, 2001.
- AZEVEDO, Sérgio de. “Desigualdades sociais e reforma do Estado: os desafios da gestão metropolitana no federalismo brasileiro”. In: FLEURY, Sonia (Org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AZEVEDO, Hamilton Jorge de. “Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense”. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 117 a 172.
- BANCO MUNDIAL. “Informe sobre el Desarrollo Mundial 1994”. "Infraestructura y Desarrollo". *Indicadores del Desarrollo Mundial*, Washington, D.C. 1994.

- BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense”. In: MARAFON, Gláucio José & RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003. p. 111-148.
- BRUM, Argemiro J. “A ‘Década Perdida’: A crise dos anos 80”. In: BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. – 20ª ed. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. pp. 419-548.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.
- CARVALHO, José Cândido de. *Olha para o céu, Frederico!* Campos dos Goytacazes-RJ: Círculo do Livro, 1939.
- COHN, Amélia, “Gastos Sociais e Políticas Sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro”. *XXIV Encontro Anual da ANPOCS*, GT: Estrutura Social e Desigualdade, Petrópolis, Outubro de 2000.
- COSTA, Mário Luiz Oliveira da. *Setor sucroalcooleiro*. São Paulo: Editora Método, 2003.
- COUTINHO, Luciano G. e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. – 4ª ed. – Campinas: Unicamp/Instituto de Economia – IE, 1998. pp. 11-43. p. 27.
- COUTINHO, Renato Soares. *O impacto dos royalties petrolíferos sobre o desenvolvimento local: um estudo comparativo entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Niterói*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Orientador: André Borges. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre-RS, 2008.
- CRUZ, José Luis Viana da. Diagnóstico sobre o FUNDECAM baseado em pesquisa realizada no ano de 2007, com financiamento de bolsas por parte do sistema FENORTE/TECNORTE. (Relatório Resumido, 4 páginas).
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. “Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa”. In: _____. *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 2ed. Textos. Série 2, n.3, p. 33-45, 1999.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: an essay on the Technological and Environmental Dangers*. Berkeley – Los Angeles – London: University of California Press: 1983.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. Sociologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968. (Coleção Estudos). pp. 399 a 455.
- ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FARIA, Sandra. *Produção de Goma xantana empregando caldo de cana por xanthomonas campestris pv campestris NRRL B-1459 (2005)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia 2005. Publicado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://en.scientificcommons.org/9036994>>. Acesso em 02 de Mar 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. – 3a ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERREIRA, Beatriz dos Santos. *Identificação de genes envolvidos na resposta ao estresse salino em cana-de-açúcar através de mineração de dados no banco de dados do projeto SUCEST*. Dissertação (Mestrado em Biociências e Biotecnologia). Orientador: Gonçalo Apolinário de Souza Filho. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Fundação Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes-RJ, 2002.
- FERREIRA, Beatriz dos Santos. *Análise da genes envolvidos com o transporte de sódio e potássio em cana-de-açúcar*. Tese (Doutorado em Biociências e Biotecnologia). Orientador: Gonçalo Apolinário de Souza Filho. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2008.
- FIORI, José Luis. “2001: o Brasil no espaço”. In: FIORI, José Luis. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. pp. 139-157.
- FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (ORG.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 3-13.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. – 4ª edição – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. – 20ª ed. – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.
- _____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Volume I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. – 34ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GOMES FILHO, Hélio. *A Experiência de Plano Estratégico no Município de Campos dos Goytacazes: um cabra marcado para morrer*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Orientadora: Rachel Coutinho M. da Silva. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. – 4ª ed., (rev. amp.) – São Paulo: Ática, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento Agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: EMBRAPA-DPU, 1988. 583p.
- HENRIQUES, L.T. et al. *Efeito do acipin sobre a degradabilidade e taxa de passagem de silagens de capim-elefante e de milho, em bovinos Holandês × Zebu*. Bras. Med. Vet. Zootec., Belo Horizonte, v. 56, n.6, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352004000600010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar 2008. doi: 10.1590/S0102-09352004000600010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Periódico da Produção Agrícola Municipal do Ano de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=998>. Acesso em 03 de Mar de 2009.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. - 2ª ed. – Campos dos Goytacazes, RJ: Editora Lidador, 1974.
- LANG, Alice B. S. G. “Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica”. In: _____ (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. TEXTOS CERU – FFLCH/USP – Humanitas – 3 série 2, São Paulo: CERU, 1999, p. 59-72.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. – 19ª edição - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- LEAL, José Agostinho e SERRA, Rodrigo Valente. “Uma investigação sobre os critérios de repartição dos royalties petrolíferos”. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 163-184.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Traduzido por Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEVINE, Robert M. *A Velha Usina*. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos Brasileiros)

- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Práticas e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-24.
- MACEDO, Isaiás de Carvalho (Org.). *Energia da Cana-de-açúcar: Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia. ÚNICA, 2005.
- MATTOS, Katty Maria da Costa; MATTOS, Arthur. *Valoração Econômica do Meio Ambiente: uma abordagem teórica e prática*. São Carlos-SP: RiMa, Fapesp, 2004.
- MEDICE, André & AGUNE, Antonio. “Desigualdades regionais na década de 80: o Brasil não é mais o mesmo?” *XVIII Encontro Anual da ANPOCS*, GT de Políticas Públicas, Caxambu, novembro de 1994.
- MILLS, Wright. “Do Artesanato Intelectual”. In: MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 211 a 243.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. *A Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro do Brasil*. (Tese de Doutorado – ESALQ/USP). Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *Agroindústria Canavieira no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2002.
- NATALE NETTO, João. *A saga do álcool: fatos e verdades sobre os 100 anos do álcool combustível em nosso país*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2007.
- NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói-RJ: EDUFF, 1997.
- NITSCHKE, Marcia; RODRIGUES, Vanessa; SCHINATTO, Lisiane Fiorio. *Formulação de meios de cultivo à base de soro de leite a produção de goma xantana por X. campestris C7L*. Ciênc. Tecnol. Aliment. Campinas, v. 21, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612001000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar 2008. doi: 10.1590/S0101-20612001000100018.
- OFFE, Claus. “A democracia partidária competitiva e o ‘welfare state’ keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização”. In: OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.
- ORENSTEIN, Luiz. *A Estratégia da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PAES, Margot Wagner. *Desenvolvimento Regional e Reversão Produtiva: Alternativa para a Região de Campos dos Goytacazes*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Orientador: Renato Sérgio Maluf. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1999.

PASSOS, William Souza; SILVA NETO, Romeu e. “A importância do financiamento público para o desenvolvimento local: estudo de caso sobre o FUNDECAM”. In: FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 127 a 144.

PASSOS, William Souza. *Hegemonia, Dominação e Consenso na Planície: uma análise sobre a “direção” do FUNDECAM nos primeiros anos de sua existência*. Monografia (Licenciatura em Geografia). Orientador: Romeu e Silva Neto. Instituto Federal Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes-RJ, 2007.

PEREIRA, Paulo Trigo. “Governabilidade, grupos de pressão e o papel do Estado”. In: *A Reforma do Estado em Portugal: problemas e perspectivas*. Portugal, Lisboa: Ed. Bizâncio, 2000.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. *O Ciclo do Açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes, RJ. Edição do Autor, 1995.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. *Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso*. Campos-RJ, 1987.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESSANHA, Roberto Moraes. “Radiografando o Orçamento de Campos dos Goytacazes: Análise do período de 2000 a 2004”. In: *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense: IFF/UENF/UFF/UFRRJ/UNIVERSO. Boletim Técnico N° 11. Campos dos Goytacazes-RJ, Janeiro de 2004. Disponível em: < <http://web0.cefetcampos.br/portal/observatorio-socioeconomico/nossas-publicacoes>>. Acesso em 02 Mar 2008.

PIQUET, Rosélia. “A reestruturação da economia brasileira: desnacionalização e desemprego”. In: RIBEIRO, Ana C. Torres. *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. pp.145-160.

PIQUET, Rosélia. “Da cana ao petróleo: uma região em mudança”. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 219-238.

PIZZORNO, Alessandro. “Introducción al estudio de la participación política”. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos e CASTELLS, Manuel. *Participación y*

cambio social em La problemática contemporânea. Buenos Aires, Argentina: Editora SIAP, 1975.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996, PNUD/IPEA, Brasília, 1996.

PUTNAM, Robert D. “Capital social e desempenho institucional”. In: *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 173-194.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

REGO, José Lins do. *Usina*. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.

REIS, Fábio Wanderley. *Política e Racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. – 2ª edição – Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2000.

SANT’ANA, André dos Santos. *O Sucesso da Crise na Região de Campos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRRJ, 1984.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves do (Orgs.). *Políticas Públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

SILVA, Lígia Osório. “Sesmarias e posses”. In: SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996. pp. 19-113.

SILVA NETO, Romeu e; DIAS, Robson Santos; BARRAL NETO, Jayme Freitas. “Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense”. In: FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). *Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 89 a 126.

SILVA, Osório Peixoto. *500 anos de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2004.

SOUZA FRANCISCO, Quésia de. História e Memória Social do Mundo do Açúcar em Campos: um estudo das mudanças de representação social do usineiro na sociedade campista a partir do sistema de dádivas (1900-2000). Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Orientador: Marcelo Carlos Gantos. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes-RJ, 2006.

SOUSA, Horácio de. *Cyclo Áureo: História do Primeiro Centenário da Cidade de Campos (1835-1935)*. Campos dos Goytacazes-RJ: Artes gráficas: Escola de Aprendizes e Artífices, 1935.

- SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- TERRA, Denise Cunha Tavares (Coord.). “Aperto no horizonte”. In: *Petróleo, Royalties e Região*. Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos. Ano VI, N° 22. Campos dos Goytacazes-RJ, Dezembro de 2008. Disponível em: <www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>. Acesso em: 06 Mar 2009.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Traduzido por Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TILLY, Charles. “Mechanisms in political processes”. *Annual Review Political Science*, 4, 2001.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.
- VEIGA, Carlos Frederico de Menezes *et al.* *Diagnóstico da cadeia produtiva da cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro*: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: FAERJ : SEBRAE/RJ, 2006.
- VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *Agroindústria Canavieira: Estratégias Competitivas e Modernização*. Campinas-SP: Editora Atomo, 2003.
- WEBER, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”. In: WEBER, Max. *Sociologia*. – 4ª edição – Rio de Janeiro: Ática, 1989. pp. 79-127.

Jornais Consultados

- *Folha da Manhã* – Campos-RJ
- *O Diário* – Campos-RJ
- *Monitor Campista* – Campos-RJ
- *O Dia* – Rio de Janeiro-RJ
- *Caderno O Globo* – Norte Fluminense – Rio de Janeiro-RJ

Websites Pesquisados

- *Açúcar Ético*
http://www.sucre-ethique.org/?lang=pt_br
- *Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ*
<http://www.acrj.org.br/>
- *Associação dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – Canaoeste*
<http://www.canaoeste.com.br>
- *Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR*
<http://www.fundenor.com.br/>
- *Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAM*
<http://www.fundecam.campos.rj.gov.br/>
- *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*
<http://www.ibge.gov.br>
- *Instituto Estadual do Ambiente – INEA*
<http://www.inea.rj.gov.br>
- *O Dia Online*
http://odia.terra.com.br/especial/comercial/seminario_etanol07/index.asp
- *O Globo Online*
<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/03/17/294973577.asp>
- *Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO*
<http://www.pesagro.rj.gov.br/>
- *Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ*
<http://www.campos.rj.gov.br>
- *Procana*
<http://www.jornalcana.com.br/>
- *Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do rio de Janeiro – EMATER-RIO*
<http://www.emater.rj.gov.br/>
- *União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – Portal UNICA*
<http://www.unica.com.br/>

ANEXOS

Anexo I**Unidades industriais fluminenses de açúcar e álcool em 1970**

QuickTime™ and a
TIFF (Uncompressed) decompressor
are needed to see this picture.

1. Santa Maria
2. São Pedro
3. Pureza
4. Grumarim
5. Outeiro
6. Sapucaia
7. Santa Cruz
8. São João
9. Queimado
10. Santo Antônio
11. São José
12. Cambaíba
13. Jacques Richer
14. Barcelos
15. Novo Horizonte
16. Cupim
17. Paraíso
18. Mineiros
19. Baixa Grande
20. Santo Amaro
21. Quissamã
22. Carapebus
23. Conceição de Macabu

Anexo II

Unidades industriais fluminenses de açúcar e álcool em 2008



Anexo III

Relação das indústrias sucroalcooleiras em atividade no Estado do Rio de Janeiro de 1970 a 2008.

Unidade Industrial	Localização (Município)	Anos											
		1970 a 1972	1973 a 1979	1980	1981 a 1984	1985 a 1990	1991 a 1992	1993 a 1994	1995	1996 a 2001	2002	2003 a 2005	2006 a 2008
Mineiros	Campos dos Goytacazes												
Poço Gordo	Campos dos Goytacazes												
Santo Antônio	Campos dos Goytacazes												
Jacques Richer (Destilaria)	Campos dos Goytacazes												
São Pedro (Destilaria)	Itaperuna												
Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes												
Grumarim	São Fidelis												
Santa Maria	Bom Jesus do Itabapoana												
Outeiro	Campos dos Goytacazes												
Queimado	Campos dos Goytacazes												
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes												
Victor Sence	Conceição de Macabu												
Cambaíba	Campos dos Goytacazes												
São João	Campos dos Goytacazes												
Carapebus	Carapebus												
Quissamã	Quissamã												
Cupim	Campos dos Goytacazes												
Barcelos	São João da Barra												
Paraíso	Campos dos Goytacazes												
Pureza	São Fidelis												
Santa Cruz	Campos dos Goytacazes												
São José/COAGRO	Campos dos Goytacazes												
Sapucaia	Campos dos Goytacazes												
Agrisa (Destilaria)	Cabo Frio												
Número de Unidades em atividade		24	21	20	19	18	16	15	12	10	9	8	7

Fonte: VEIGA *et al*, 2006, com o acréscimo da coluna referente ao período 2006-2008 pela autora desta Dissertação.